



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,
do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO)

Dissertação de Mestrado

Ação Coletiva e Políticas Públicas: Efeitos das
Crenças Neoliberais e da Ideologia Política

Luccas Moraes Galli

Orientador: Prof. Dr. Tiago Jessé Souza de Lima

Brasília- DF

Dezembro de 2023



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,
do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO)

Ação Coletiva e Políticas Públicas: Efeitos das
Crenças Neoliberais e da Ideologia Política

Luccas Moraes Galli

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social, do Trabalho e das Organizações como
requisito parcial à obtenção do grau de Mestre
em Psicologia Social, do Trabalho e das
Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Jessé Souza de Lima

Brasília - DF

Dezembro de 2023

Dissertação de mestrado defendida diante e avaliada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Tiago Jessé Souza de Lima

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Ronaldo Pilati Rodrigues

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília

Prof. Dr. João Gabriel Nunes Modesto

Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Ricardo Silva dos Santos Durães

Universidade Metodista de São Paulo

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Tiago Lima, pelo apoio disponibilizado para a elaboração, o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. Prof. Dr. Ronaldo Pilati, Prof. Dr. João Modesto e Prof. Dr. Ricardo Durães, obrigado por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de bolsas estudos, que me possibilitaram avançar na área acadêmica e contribuir com a comunidade científica, durante a graduação e o curso de Mestrado.

Agradeço à minha família, por todo o apoio e incentivo em minha formação acadêmica, principalmente agradeço à Fernanda, minha mãe. Agradeço às minhas amigas e as que desenvolvi durante o curso de Mestrado, por toda atenção, apoio e companhia neste período. Vocês foram fundamentais para a conclusão do presente trabalho. Em especial, agradeço a Daniel, Gabriela, Mariana, Natália, Nathália e Lana por todo o suporte.

Por fim, agradeço aos participantes da pesquisa, pela consideração em participar de meus estudos, o que tornou possível uma melhor compreensão a respeito dos fenômenos investigados no presente trabalho.

Sumário

Agradecimentos	4
Lista de Tabelas	7
Lista de Figuras.....	8
Lista de Abreviações	9
Resumo Geral.....	10
General Abstract	11
Introdução Geral	12
A adaptação do Inventário de Crenças Neoliberais: Evidências de Precisão e Validade	20
Mensurando o neoliberalismo	21
Estudo 1	27
Método	29
Participantes.....	29
Instrumentos.....	29
Procedimento.....	32
Análises de Dados.....	32
Resultados.....	33
Discussão Parcial	38
Estudo 2	41
Método	41
Participantes.....	41
Instrumentos.....	41
Procedimento.....	43
Análises de Dados.....	43
Resultados.....	45
Discussão Parcial	51
Discussão.....	55
Considerações Finais	57
Ação Coletiva e Políticas Públicas: Efeitos das Crenças Neoliberais e da Ideologia Política.....	59
Ação Coletiva, Neoliberalismo e Ideologia Política	61
Método	67
Participantes.....	67
Instrumentos.....	67
Procedimento.....	71
Análises de Dados.....	72
Resultados.....	73

Análises do Modelo por Fator do ICN	76
Discussão.....	79
Considerações Finais	83
Discussão Geral	85
Implicações Teóricas.....	85
Implicações Práticas	89
Considerações Finais	90
Referências	92
Anexo A – Versão Inicial do Inventário de Crenças Neoliberais	105
Anexo B – Medida reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita.....	107
Anexo C – Versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social	108
Anexo D – Escala Global de Crenças no Mundo Justo	109
Anexo E – Medida de Autoidentificação Política Simbólica – Estudo 1	110
Anexo F – Medida reduzida da Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo.....	111
Anexo G – Medida de Ação Coletiva (Sistema de Saúde).....	112
Anexo H – Medida de Ação Coletiva (Ação Afirmativa)	113
Anexo I – Medida de Ação Coletiva (Transferência de Renda)	114
Anexo J – Medida de Motivações Epistêmicas	115
Anexo K – Medida de Motivações Relacionais.....	116
Anexo L – Medida de Motivações Existenciais.....	117
Anexo M – Medida de autoidentificação política simbólica – Estudo 2.....	118

Lista de Tabelas

Tabela 1	Cargas fatoriais da solução com 23 itens do ICN
Tabela 2	Correlações entre o ICN e os quatro fatores propostos
Tabela 3	Índices de ajustes das estruturas fatoriais investigadas para o ICN, 23 itens
Tabela 4	Cargas fatoriais da solução final proposta para o ICN, com 19 itens
Tabela 5	Correlações e índices de unidimensionalidade do ICN e os respectivos fatores
Tabela 6	Parâmetros do modelo estrutural explicativo de ação coletiva

Lista de Figuras

- Figura 1 Representação simplificada do modelo estrutural proposto
- Figura 2 Estrutura fatorial com quatro fatores do ICN
- Figura 3 Estrutura Bifatorial do ICN
- Figura 4 Modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas pública
- Figura 5 Cargas fatoriais do modelo estrutural testado

Lista de Abreviações

ANAS	Escala de Atitudes Antineoliberais
ICN	Inventário de Crenças Neoliberais
QON	Questionário de Orientação Neoliberal
TIPCSM	Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada

Resumo Geral

O objetivo deste estudo foi testar um modelo explicativo para o engajamento em ações coletivas em defesa de políticas públicas que visam o bem-estar social, especificamente o Sistema de Saúde, Ação Afirmativa e Transferência de Renda. Para atingir esse objetivo, foram realizados dois estudos para a adaptação do Inventário de Crenças Neoliberais (ICN) para o Brasil. Os Estudos 1 e 2 demonstraram evidências de precisão do ICN, por meio de análises fatoriais exploratória e confirmatória, respectivamente, evidências de validade convergente do ICN com o autoritarismo de direita, a orientação à dominância social e a crença no mundo justo, a validade preditiva do ICN nas atitudes frente à arma de fogo e a validade de critério entre grupos políticos. No Estudo 3, o modelo testado apresentou índices de ajuste aceitáveis e que as medidas utilizadas de motivações epistêmicas, existenciais e relacionais, embora parcialmente, apresentaram predizer o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social, que, por sua vez, predisseram uma autoidentificação política simbólica mais conservadora, explicando maiores níveis de crenças neoliberais. As crenças neoliberais mediaram parcialmente apenas a relação entre autoidentificação ideológica simbólica e ação coletiva para os programas de transferência de renda, e a autoidentificação ideológica simbólica explica a ação coletiva para ações afirmativas, independente das crenças neoliberais. Diante dos achados, destaca-se a forte presença da polarização política e a influência das crenças neoliberais relacionadas a tais políticas, o que pode comprometer com a consolidação e fortalecimento do sistema de proteção social.

Palavras-chaves: Ação Coletiva, Políticas Públicas, Ideologia Política, Polarização Política, Neoliberalismo

General Abstract

This study aimed to test an explanatory model for engagement in collective action in defense of public policies aimed at social welfare, specifically the Health System, Affirmative Action, and Cash Transfer. To accomplish this objective, two studies were conducted to adapt the Neoliberal Beliefs Inventory (NBI) for Brazil. Studies 1 and 2 provided evidence regarding the accuracy of the NBI, through exploratory and confirmatory factor analyses, respectively, evidence of the NBI's convergent validity with right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and belief in a just world, the NBI's predictive validity of attitudes toward guns and criterion validity between political groups. In Study 3, the model tested showed acceptable fit indices and the measures used for epistemic, existential and relational motivations, although partially, predicted right-wing authoritarianism and social dominance orientation, which in turn predicted a more conservative symbolic ideological self-placement, explaining higher levels of neoliberal beliefs. Neoliberal beliefs only partially mediated the relationship between symbolic ideological self-placement and collective action for cash transfer programs, and symbolic ideological self-placement explains collective action for affirmative action, regardless of neoliberal beliefs. The findings highlight the strong presence of political polarization and the influence of neoliberal beliefs on these policies, which could compromise the consolidation and strengthening of the social protection system.

Keywords: Collective Action, Public Policies, Political Ideology, Political Polarization, Neoliberalism

Introdução Geral

A Constituição brasileira, de 1988, é um importante marco histórico que simboliza um avanço na direção de reduzir desigualdades socioeconômicas e discriminações contra grupos sociais minoritários (Silva, 2021). Entretanto, o que se observa atualmente é que muitos dos direitos previstos na Constituição não foram concretizados para toda população, mantendo-se uma tendência histórica de beneficiar mais as pessoas de classes socioeconômicas mais altas (Campos, 2020; Coube et al., 2023). Além disso, embora existam movimentos sociais em defesa de direitos sociais e de um sistema de proteção social no território brasileiro, tais movimentos ainda não se apresentaram como suficientes para uma transformação social que promova a preservação da dignidade e da igualdade para a população (Magnano & Martins, 2023; Ricci et al., 2018).

No final da década dos anos 1990, as práticas e políticas neoliberais resultaram no declínio do acesso a serviços de saúde e educação, aumento da pobreza, concentração de riqueza, crescimento do trabalho informal e falta de segurança social, como observado no Brasil e na América Latina (Riggirozzi, 2020; Santana et al., 2018). No Brasil, a introdução do neoliberalismo tem apresentado consequências corrosivas para a população brasileira (Silva, 2020). A partir dessa época, os governos vigentes no país passaram a implementar a privatização de empresas estatais, a abertura comercial e financeira, a desregulamentação do mercado de trabalho e a reforma da previdência social, como nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil (1995-2002; Campos, 2020; Ricci et al., 2021).

Já nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013), houve uma continuidade desse modelo, de uma maneira mais “inclusiva”, que resultaram em conquistas como o crescimento do PIB, a expansão de empresas estatais e privadas, redistribuição de renda e redução da pobreza (Saad-Filho & Boffo, 2021). Durante esses governos ocorreu uma incapacidade de enfrentar a institucionalização do neoliberalismo e a transição para uma abordagem neoliberal mais tradicional, que contempla mecanismos de igualdade, o que resultou em uma crise política e econômica no Brasil (Saad-Filho, 2020).

No entanto, mobilizações massivas guiadas por grupos de direita e extrema-direita contribuíram para a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 (Avila, 2023; Ricci, 2018). Não à toa, essas mobilizações de extrema-direita coincidiram com uma agenda intensiva de privatizações e cortes nos sistemas de seguridade social nos governos seguintes (Saad-Filho & Boffo, 2021). Em 2016, o governo de Michel Temer marca o início de uma agenda de austeridade radical com a Emenda Constitucional 95/2016, que revelou uma opção antidemocrática econômica, suspendendo o projeto constituinte de 1988, de um Estado de bem-estar social, pelo novo regime fiscal (Mariano, 2019). Observa-se, nesse período, o desmantelamento de políticas fundamentais para a equalização de oportunidades no país, como de serviços realizados pelo Sistema Único de Saúde, (Agostini & Castro, 2019), das ações afirmativas (Campos & Junior, 2021) e dos programas de transferência de renda (Milhorance, 2022).

É digno de nota ressaltar o ambiente político polarizado brasileiro. Setores conservadores têm disputado pautas relacionadas ao acesso à saúde, oportunidade no mercado de trabalho e de renda básica, distorcendo o objetivo central de reparar desigualdades históricas (Gomes et al., 2021; Putzel, 2020). O que se tem observado no país desde então foi o declínio na legislação trabalhista, cortes em políticas sociais, o incentivo de privatizações na educação e na saúde e a restrição de direitos sociais conquistados por movimentos sociais (Castillo & Lemos, 2021; Santana et al., 2018).

O ponto central deste estudo é de que cidadãos, consciente ou inconscientemente, são guiados por ideologias em diferentes âmbitos, como sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, a implementação contínua de uma agenda neoliberal modula uma sociedade, fazendo com que a população se adeque, em certo nível, às dinâmicas e políticas do neoliberalismo, além de uma forma de vida neoliberal (Teo, 2018).

O neoliberalismo é entendido na presente dissertação enquanto uma ideologia dominante que compreende que as liberdades e habilidades empreendedoras são responsáveis por melhor promover o bem-estar humano e que as recompensas ou sucessos individuais são consequências do mérito, não se relacionando com desigualdades estruturais históricas (Harvey, 2005). Cabe ainda

distinguir vertentes presentes no neoliberalismo, uma vez que, no início do século XX, um dos modelos propostos visava um modelo de sociedade com base na meritocracia e no funcionamento do mercado, considerando a existência de mecanismos que assegurassem oportunidades iguais de acesso aos serviços básicos (Harvey, 2005; Hartwich, 2009). Por outro lado, o que se observa atualmente é implementação de um modelo concorrente a tal vertente, proposto também nesse período, de implementação de um modelo de sociedade com base na meritocracia, que acompanha o afastamento do Estado em relação ao sistema de proteção social, principalmente para populações em situação de vulnerabilidade, independentemente dos níveis de desigualdades de um determinado contexto sócio-histórico cultural (Bettache et al., 2020; Hartwich, 2009; O'Donnel, 2018).

Sobre o neoliberalismo hegemônico, como ideologia dominante, percebe-se que, embora as pautas neoliberais sejam geralmente endossadas por pessoas que se identifiquem mais à direita no espectro político, manifestações dessa ideologia também ocorrem em pessoas progressistas, através de atitudes pró-liberalismo econômico (Azevedo et al., 2019). De todo modo, de acordo com a Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada (TIPCSM), ideologias desempenham um papel crucial na manutenção de sociedades estáveis, mesmo quando contribuem para a consolidação de hierarquias sociais opressivas e de desigualdades socioeconômicas acentuadas (Jost, 2021; Jost et al., 2003).

Isso posto, entende-se que a ideologia conservadora e as formas de conservadorismo, como o autoritarismo, a dominância social e o neoliberalismo, possuem uma função paliativa de aliviar desconfortos em relação às injustiças presentes em uma sociedade (Bay-Cheng et al., 2015; Jost & Hunyady, 2003; Napier et al. 2020). A ideologia neoliberal dominante se alinha ao conservadorismo na medida em que compreende uma visão de mundo com tendência a reduzir diversos infortúnios observáveis em uma determinada sociedade, exclusivamente, ao fracasso individual (Bettache et al., 2020).

Consequentemente, pessoas de direita tendem a apresentar maiores níveis de felicidade e satisfação com a vida (Napier, 2020). Além disso, tem sido observado que, embora pessoas de classes socioeconômicas mais altas apresentem níveis maiores de justificação do sistema, para interesse e benefício próprio, as pessoas de classes socioeconômicas mais baixas também tendem a justificar um sistema social desigual como legítimo, contribuindo com a defesa e reforço do *status quo* (Osborne et al., 2019). Todavia, é importante notar que a função paliativa do conservadorismo diminui as intenções de reivindicar direitos sociais e participar de ações coletivas para a redução das desigualdades (Rothmud et al., 2016).

A ação coletiva se refere a qualquer ação realizada por pessoas membros de um grupo social, que envolva a reivindicação de correções de desvantagens percebidas na condição do grupo (Wright et al., 1990). Nesse sentido, vale situar que, além de ser uma ação com orientação ao grupo, que percebe estar sofrendo uma injustiça, a ação coletiva é guiada também pela percepção de eficácia do grupo na ação (Van Zomeren, 2013). Todavia, é interessante reconhecer que as ações coletivas são ações que buscam reparar uma desvantagem coletiva (Van Zomeren et al., 2008). A ideologia conservadora e as formas de conservadorismo atenuam as percepções de desigualdades e individualizam as responsabilidades pelas desvantagens presentes, por mais que possuam bases estruturais históricas, o que provavelmente motivará uma pessoa a se engajar em uma ação coletiva para a correção de injustiças sociais (Napier et al., 2020).

De acordo com a TIPCSM, a adesão de uma ideologia conservadora é motivada pela presença de uma superestrutura discursiva e uma subestrutura motivacional (Jost, 2021). A superestrutura discursiva é construída socialmente, principalmente por elites partidárias e intelectuais, fornecendo um tipo de “menu ideológico” (Jost et al., 2009). A superestrutura discursiva trata-se de um conteúdo simbólico e posicional de uma ideologia, consistindo na adesão de uma identidade política condicionada às particularidades de um contexto específico, que acompanha manifestações específicas de crenças, atitudes e valores (Federico & Malka, 2021). Ainda, cabe destacar que a adesão de uma identidade política fornece perspectivas que auxiliam

membros de um grupo político a se posicionarem e defenderem, de forma estruturalmente coerente, questões salientes na sociedade, a exemplo de políticas públicas (Federico & Malka, 2018).

A subestrutura motivacional compreende traços de processamento cognitivo, podendo ser entendidos enquanto estilos de processamento cognitivo, que tendem a favorecer a presença de necessidades psicológicas que motivam a adesão de uma ideologia conservadora e, por sua vez, guiam preferências políticas, que usualmente contribuem com a manutenção e reforço do *status quo* (Federico & Malka, 2021). Assim sendo, como previsto por Duckitt (2001), atitudes sociopolíticas de pessoas conservadoras são motivadas pela interação de dois traços disposicionais fundamentais, os quais envolvem percepções sobre a realidade.

Sobre os traços disposicionais, de acordo com o Modelo Motivacional de Processamento Dual da Ideologia e do Preconceito (Duckitt, 2001), por um lado, o autoritarismo de direita compreende uma visão de mundo perigoso, instável e ameaçador, o que motiva as pessoas a apoiarem a coerção social e punir pessoas que violam normas sociais. Por outro lado, a orientação à dominância social compreende uma visão de mundo selvagem e competitivo, o que motiva o desejo por poder e superioridade, além da percepção de determinados grupos como inerentemente superiores (Osborne et al., 2023). Em outras palavras, o autoritarismo de direita corresponde à resistência a mudanças sociais e a orientação à dominância social corresponde à aceitação das desigualdades, sendo traços cruciais para a adesão da ideologia política conservadora, mas também da neoliberal (Azevedo et al., 2019).

Ambas visões de mundo, que também são expressas em atitudes e comportamentos sociopolíticos, satisfazem motivações (ou necessidades) psicológicas de natureza epistêmica, existencial e relacional (Jost, 2021). Isso ocorre porque as preferências políticas servem necessidades de ordem e de previsibilidade (motivações epistêmicas), de segurança e de proteção (motivações existenciais), e de pertencimento social e de conformidade (motivações relacionais; Jost et al., 2017a). Motivações epistêmicas estão associadas ao desejo de um sistema de crenças fechado e estável, que envolve conhecimentos adquiridos sobre a realidade, de modo a evitar confusões e

ambiguidades que desestabilizam o sentimento de certeza e previsibilidade, como no dogmatismo e no fechamento cognitivo (Jost et al., 2003). Motivações existenciais estão associadas à propensão de práticas autoritárias e coercitivas com grupos considerados dissidentes para reduzir a percepção de insegurança diante de uma realidade considerada instável, como a percepção de um mundo perigoso (Altmeyer, 1998; Osborne et al., 2023). E as motivações relacionais estão associadas com a adesão de normas sociais hegemônicas e de conformidade social, uma vez que satisfazem a necessidade de pertencimento social, como a suscetibilidade à influência social normativa e a identificação com o grupo dominante (Jost et al., 2018). Os construtos mencionados para cada motivação tendem a explicar a adesão de visões que favorecem uma maior resistência às mudanças (autoritarismo de direita) e uma maior aceitação das desigualdades (orientação à dominância social; Jost, 2021).

Diante do exposto, a subestrutura motivacional possui características psicológicas imperativas que são relativamente universais, mas a superestrutura discursiva varia dependendo do contexto histórico, além de ser construída socialmente (Federico & Malka, 2018). Assim, o baixo engajamento da população brasileira em ações coletivas para atenuar desigualdades, reivindicando uma transformação social e buscando a concretização e expansão de políticas públicas fundamentais para o Brasil, pode ser explicado de acordo com a TIPCMS (Jost, 2021).

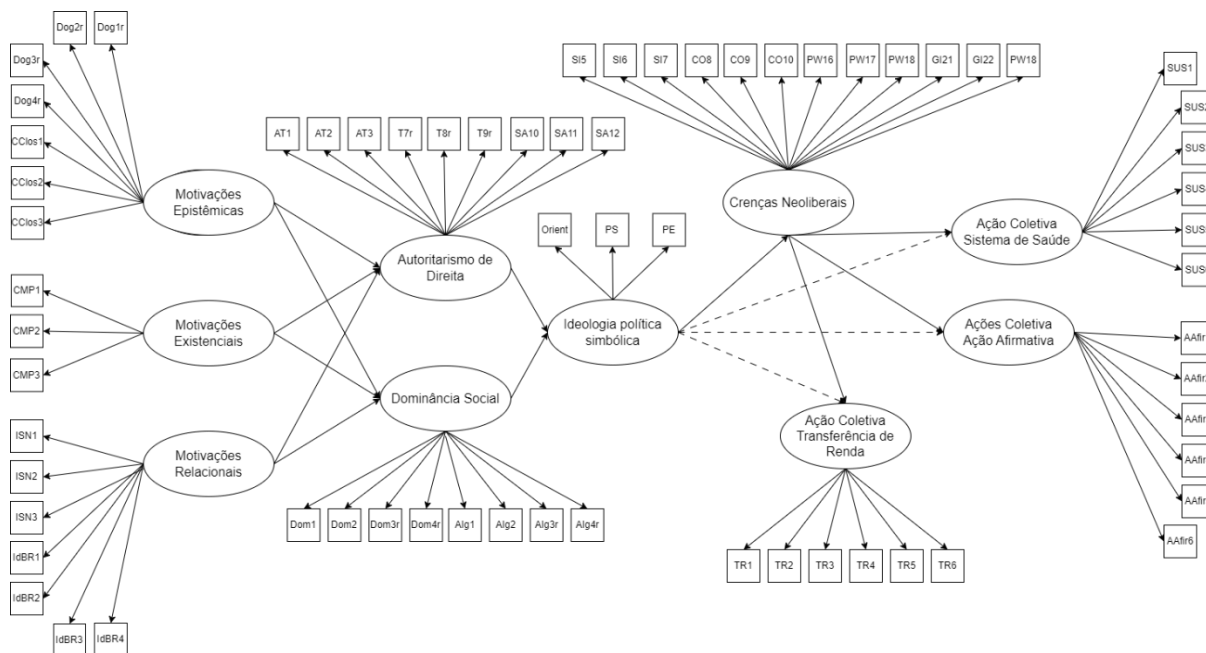
Considerando a TIPCMS, é possível que cidadãos brasileiros possam ser motivados pela presença de um processamento de informações que demanda necessidades de certeza, segurança, e de pertencimento, explicando uma maior adesão de uma autoidentificação ideológica conservadora e, por consequência, maiores preferências políticas que tendem a contribuir com a manutenção das desigualdades. Adicionalmente, considerando a presença hegemônica global da ideologia neoliberal, pode ser que uma autoidentificação política conservadora explique menores intenções de defesa de políticas públicas, por meio de crenças neoliberais. Para o presente estudo foram adotados recortes para a análise da defesa de políticas públicas, nos restringindo ao sistema público de saúde, as ações

afirmativas (cotas raciais e sociais para o ingresso no ensino superior) e programas de transferência de renda (Bolsa Família).

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral testar um modelo explicativo da ação coletiva em defesa de políticas públicas (Sistema Único de Saúde, as Ações afirmativas e os programas de transferência de renda). Especificamente, através do modelo explicativo proposto, buscamos avaliar: (I) o efeito das motivações epistêmicas, existenciais e relacionais no autoritarismo de direita e na orientação à dominância social; (II) o efeito do autoritarismo de direita e da dominância social na identificação com a ideologia política conservadora; (III) o efeito da ideologia política conservadora nas crenças neoliberais e na intenção de se engajar em ações coletivas na defesa das políticas públicas; (IV) o efeito mediador das crenças neoliberais na relação entre ideologia política conservadora e ação coletiva em defesa das políticas públicas. Ademais, para que pudéssemos alcançar tais objetivos, o Inventário de Crenças Neoliberais (ICN) foi adaptado para utilização no Brasil e foram investigadas evidências de precisão e validade de construto das crenças neoliberais. A representação simplificada do modelo estrutural proposto para o presente estudo pode ser observada na Figura 1.

Figura 1

Representação simplificada do modelo estrutural proposto



Nota. Autoria própria.

Assim sendo, a dissertação apresenta três estudos. No Capítulo 2 da dissertação, são apresentados dois estudos. O primeiro estudo consistiu na adaptação do ICN para o contexto brasileiro e na investigação de evidências de validade de construto do ICN. Foram realizadas análises fatoriais exploratórias e análises de correlação entre os fatores do ICN e para investigar a validade convergente do ICN com o autoritarismo de direita, a orientação à dominância social e a dimensão global das crenças no mundo justo. O segundo estudo consistiu em replicar a estrutura fatorial do ICN, encontrada no primeiro estudo, em uma nova amostra, compará-la com estrutura fatoriais concorrentes e testar evidências adicionais de validade do ICN. Foram realizadas análises fatoriais confirmatórias, análises de correlação entre os fatores do ICN, análises de regressão para investigar a validade preditiva do ICN nas atitudes frente à arma de fogo e análises de variância entre grupos políticos. No Capítulo 3 da dissertação, é apresentado o terceiro estudo, que consistiu na investigação do modelo explicativo do engajamento em ações coletivas de defesa das políticas públicas, testando o objetivo geral e os objetivos específicos indicados acima. Além dos três estudos, esta dissertação apresenta uma Introdução Geral (Capítulo 1) e uma Discussão Geral (Capítulo 4).

Adaptação do Inventário de Crenças Neoliberais: Evidências de Precisão e Validade

As ideologias possuem forte influência nas formas de vida de cidadãos comuns, uma vez que exercem influência em hábitos, pensamentos, sentimentos, divisões de trabalho, relações sociais, senso de agência e disposições sobre o bem-estar social (Teo, 2018). O neoliberalismo, enquanto uma ideologia global, compreende que o bem-estar social será alcançado se as ações humanas forem guiadas pelas relações contratuais do mercado, como uma “ética em si” (Harvey, 2005).

Discussões sobre o neoliberalismo surgem nas décadas de 1930, influenciadas pelo liberalismo de Adam Smith e por teóricos como Lois Rougier, Walter Lippman, Alexandre Rüstow, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, com o entendimento predominante de que o sistema capitalista *laissez-faire*, enraizado nas teorias liberais, havia fracassado (Hartwitch, 2009). Este período foi marcado pelos efeitos prejudiciais da Primeira Guerra e da Grande Depressão, além de tensões teóricas entre uma maior ênfase no coletivismo, com a presença de um Estado forte e mecanismos de igualdade social, ou no individualismo, com a presença de um Estado mínimo, que apenas garantisse as condições para o exercício de uma economia de mercado (O’Donnel, 2018).

Movimentos populistas de direita, guiados por um discurso antissistema, tendem a endossar o discurso neoliberal, com o pretexto de resposta às crises sociais e econômicas (Medina-Zárate & Oliveira, 2018; O’Donnel, 2018), a exemplo das políticas de ajuste fiscal e das privatizações em massa, adotadas na América Latina a partir dos anos 1990 (Campos, 2020; Riggiozzi, 2020). Tem sido observado que, principalmente nos contextos com maiores níveis de desigualdades, como no Brasil, tais respostas têm obtido o efeito inverso, o de piorar as crises econômicas (Bettache & Chiu, 2019; Saad-Filho & Boffo, 2021). Mais recentemente, no Brasil, a partir de 2016, com Temer e Bolsonaro, foi implementada uma agenda de austeridade radical, implicando em graves adversidades à população pobre, diante de uma realidade com profundas desigualdades, sob o apoio de uma base popular extremista com ênfase no nacionalismo, na discriminação racial e no sectarismo religioso (Saad-Filho & Boffo, 2021). Inclusive, evidências demonstram que a orientação política de direita tende a explicar uma maior oposição aos direitos humanos (Galli & Modesto,

2023). De todo modo, tem sido observado mundialmente a relação do neoliberalismo dominante com o enfraquecimento nos mecanismos de igualdade social, de distribuição de riquezas, de educação e de garantia de oportunidades de emprego a longo prazo (Beattie et al., 2019).

A partir da implementação de agendas neoliberais, as pessoas são afetadas por condições materiais, culturais e históricas, emergidas de um sistema capitalista global, o que as faz se adequar a forma de vida dominante desta época, a neoliberal (Teo, 2018). A ideologia neoliberal compreende uma visão de mundo que legitima o sofrimento de grupos estruturalmente desfavorecidos e justifica a concentração de riquezas dos “vencedores” (Bettache et al., 2020; Girerd et al., 2023). Ainda, a ideologia neoliberal se associa com formas de conservadorismo, como o autoritarismo de direita e a orientação a dominância social, relacionadas, respectivamente, com a resistência às mudanças sociais e a aceitação de desigualdades (Azevedo et al., 2019).

Dada a ascendência global dessa ideologia, torna-se imperativo avaliar sua influência e suas ramificações em diversas esferas da vida, desde as políticas públicas até as percepções individuais, como a manifestação de crenças (Bay-Cheng et al., 2015), através de instrumentos e medidas válidas e precisas. Aferir elementos da ideologia neoliberal, como as crenças neoliberais, possibilita uma análise mais profunda das transformações culturais e econômicas, especialmente em contextos como o Brasil, em que as práticas e políticas neoliberais têm influenciado significativamente o panorama social. Neste sentido, o objetivo do presente estudo foi adaptar e buscar evidências de validade e precisão do Inventário de Crenças Neoliberais para o Brasil (Bay-Cheng et al., 2015).

Mensurando o neoliberalismo

A mensuração de níveis de adesão à ideologia neoliberal torna-se crucial para compreender o impacto dessa ideologia na sociedade contemporânea. Até o presente momento, diante da literatura observada, dos instrumentos presentes que capturam aspectos, como crenças, atitudes e uma orientação ao neoliberalismo, foram desenvolvidos o Inventário de Crenças Neoliberais (ICN; Bay-Cheng et al., 2015), a Escala de Atitudes Antineoliberais (ANAS; Grzanka et al., 2019) e o Questionário de Orientação Neoliberal (QON; Girerd et al; 2023).

Ao explorar as atitudes e convicções que as pessoas têm em relação ao neoliberalismo, é possível analisar o grau de adesão à ideologia neoliberal e como essa ideologia permeia diversos aspectos da vida social e política. Sendo assim, Bay-Cheng et al. (2015) desenvolveram o Inventário de Crenças Neoliberais (ICN), em que as crenças neoliberais são um conjunto de crenças associado à percepção de que as recompensas são consequências da liberdade individual, da responsabilidade pessoal e do interesse pessoal (nível individual) e à percepção de que o governo prejudica a naturalidade e a produtividade da competitividade na sociedade (nível societal). Na adaptação do instrumento foram identificados quatro fatores correspondentes às crenças neoliberais. O primeiro fator (*System Inequality*) está relacionado à visão de que as discriminações entre grupos não existem mais e, portanto, um Estado não deve “favorecer” grupos sociais a partir de políticas de reparação de desigualdades, como as ações afirmativas, podendo ser denominada enquanto Aceitação das Desigualdades. O segundo fator (*Natural Competition*) se refere à noção de que a competição na sociedade é benéfica para a população e opera justamente entre as pessoas, além de que a competição faz parte da “natureza humana”, podendo ser denominada enquanto Competição Natural. O terceiro fator (*Personal Wherewithal*) se refere à crença de que o sucesso é alcançado apenas por meio de esforços pessoais, habilidades, trabalho duro e saber “jogar o jogo”, enquanto o fracasso ou infortúnio é determinado pela inadequação pessoal diante do mercado de trabalho, e não estaria associado às injustiças estruturais na sociedade, podendo ser denominada enquanto Meritocracia. E o quarto fator (*Government Interference*) reflete uma oposição às intervenções governamentais referentes aos programas sociais de seguridade social, como os de distribuição de riqueza, e a visão de um Estado ineficiente para lidar com políticas públicas sociais, as quais ferem os princípios neoliberais na sociedade, podendo ser denominada enquanto Oposição às Intervenções do Governo.

O ICN foi desenvolvido no contexto estadunidense, com a justificativa de que, nesse contexto cultural, a ideologia neoliberal se aproxima da identidade nacional, marcada pelo individualismo e na manifestação de crenças no sucesso por, exclusivamente, esforços pessoais (Bay-

Cheng et al., 2015). Nos estudos de Bay-Cheng et al. (2015), a estrutura de quatro fatores do ICN se mostrou estável em quatro amostras, demonstrando elevados índices de confiabilidade para o fator geral, que variou entre $\alpha = 0,91$ a $0,95$, e para os quatro fatores observados: α de $0,87$ a $0,90$ para o fator Aceitação das Desigualdades, que agregou 7 itens; α de $0,71$ a $0,87$ para o fator Competição Natural, com 5 itens; α de $0,84$ a $0,91$ para o fator Meritocracia, com 8 itens; α de $0,79$ a $0,90$ para o fator Oposição às Intervenções do Governo, com 5 itens. Além disso, a solução fatorial final com quatro fatores do ICN apresentou índices de ajuste aceitáveis (CFI = $0,97$; RMSEA = $0,07$; SRMR = $0,06$).

Ademais, Bay-Cheng et al. (2015) apresentam evidências adicionais de validade convergente do ICN. Os achados demonstraram que as crenças neoliberais se associaram positivamente com o autoritarismo, a dominância social, um *locus* de controle interno, um sentimento de agência pessoal sobre o ambiente, a crença no mundo justo e a aceitação de mitos de estupro, mas que se associaram negativamente com uma menor identificação feminista, uma menor consciência de estigma social e uma menor intenção de se envolver em uma ação coletiva na defesa dos direitos das mulheres (Bay-Cheng et al. 2015).

A ANAS, proposta por Grzanka et al. (2019), é composta por cinco fatores que mensuram o apoio ao multiculturalismo, a consciência sobre o racismo e o sexismo, a crença de que um governo deve prover serviços públicos básicos de bem-estar social e a consciência de desigualdades em uma sociedade, o que se aproxima da ideia de que pessoas em desvantagem não estão disputando justamente. Os autores encontraram que o ANAS foi um melhor preditor das crenças no acesso ao aborto legal e de que o acesso às armas de fogo estimula a criminalidade, enquanto o ICN é um melhor preditor das crenças de que o acesso à arma de fogo é um direito básico e que as armas protegem as pessoas (Grzanka et al., 2019). Apesar da relevância do construto, como aponta Girerd et al. (2023), o próprio conteúdo do instrumento está direcionado para um conceito de atitudes contrárias às atitudes neoliberais e não captura, necessariamente, atitudes neoliberais.

O QON proposto por Girerd et al. (2023) é um instrumento recente e propõe investigar os aspectos pessoais da ideologia neoliberal, desenvolvendo um instrumento com quatro fatores. Os fatores que os autores propõem demonstram capturar a desejabilidade e o sentimento de necessidade da competitividade, maior foco na responsabilidade pessoal (frente à coletiva), maior evitação de interdependência e maior preferência por um governo que não interfira em questões sociais e econômicas. Um ponto interessante entre a NBI e a QON é que ambas demonstraram prever a identificação com o feminismo, mas em direções opostas (Girerd et al., 2023).

Tais achados demonstram a existência de uma vertente neoliberal do feminismo que entende o feminismo e a equidade de gênero com base em princípios neoliberais, isto é, com base na redução de um movimento à liberdade em competir “justamente” no mercado de trabalho, e não como um movimento que reivindica a justiça social em relação aos direitos das mulheres (Fitz et al., 2012). Nos estudos de Bay-Cheng et al. (2015), destaca-se que os escores do ICN foram inversamente associados a perspectivas feministas. Contudo, Girerd et al (2023) demonstraram que o QON e ICN apresentaram prever a intenção de participar de ações coletivas para defesa dos direitos das mulheres, também em direções opostas. Além disso, apenas o ICN demonstrou prever a orientação à dominância social e foram observadas associações do QON e do ICN com uma orientação política mais à direita (Girerd et al., 2023).

De todo modo, é importante observar que o ICN tem apresentado evidências consistentes das consequências individuais e coletivas associadas às manifestações de crenças neoliberais, como a justificação do sistema, o etnocentrismo, oposição às políticas que visam o bem-estar social e, até mesmo, a ideação suicida (Beattie et al., 2019; Card & Hepburn, 2022; Dutt & Kohfeldt, 2019; Eskin & Baydar, 2022; Ginn et al., 2022; Girerd et al., 2020; Girerd & Bonnot, 2021; Vazquez et al., 2022; Zucker & Bay-Cheng; 2020). O ICN parece ser um instrumento relevante para o Brasil. Além disso, não existem, até o momento, instrumentos robustos que investiguem elementos do neoliberalismo no território brasileiro. Não foi possível utilizar o QON para o presente estudo, apesar de uma aparente maior distintividade conceitual, pois o artigo foi publicado após o início da coleta de dados.

Ainda, a estrutura fatorial do ICN tem sido replicada e apresentado evidências de associação e de predição em diferentes contextos culturais. Foram observadas evidências associadas ao ICN nos Estados Unidos (Card & Hepburn, 2022; Dutt & Kohfeldt, 2019; Eskin & Baydar, 2022; Ginn et al., 2022; Katz et al., 2018; Zucker & Bay-Cheng; 2020), em Hong Kong, na Índia (Beattie et al., 2019), na Espanha (Vazquez et al., 2022) e na França (Girerd et al., 2020, 2023; Girerd & Bonnot, 2021).

Girerd e Bonnot (2021) adaptaram o ICN para a França e excluíram os três itens do fator Aceitação das Desigualdades (itens 1, 3, 4), com menção às ações afirmativas, termo que pode não ser popular em determinadas culturas, um item do fator Competição Natural (item 12) e um item do fator Oposição às Intervenções do Governo (item 22), tendo em vista uma baixa contribuição dos itens nesse contexto. Inclusive, Beattie et al. (2019) adaptaram o ICN para o Hong Kong e a Índia, excluindo também todos os itens relacionados às ações afirmativas para as culturas orientais. Isso posto, tais achados foram encontrados após a realização de análises fatoriais, o que auxilia a compreensão sobre as diversas variabilidades culturais e contextuais e demonstra a necessidade de uma melhor adequação no conteúdo em cada cultura. No Brasil, as políticas de ação afirmativas que visam a igualdade material e neutralização das discriminações têm sido implementadas, embora de forma enfraquecida, desde dos anos 1990 (Campos & Junior, 2021; Machado & Andrade, 2021). Assim, o termo existe e é utilizado no território brasileiro.

Na Espanha, Vazquez et al. (2022) demonstraram que o fator Meritocracia foi replicado, demonstrando ser um fator consistente diante da adaptação transcultural, apresentando bons índices de confiabilidade, $\alpha > 0,90$. Esse fator também demonstrou uma estabilidade e evidências de consistência em culturas orientais (Beattie et al., 2019). O ICN tem sido replicado integralmente nos Estados Unidos (Card & Hepburn, 2022; Dutt & Kohfeldt, 2019; Eskin & Baydar, 2022; Ginn et al., 2022; Katz et al., 2018; Zucker & Bay-Cheng; 2020).

O ICN também tem apresentado evidências favoráveis de validade com medidas externas. Por exemplo, foram observadas associações do ICN com questões de gênero (Girerd & Bonnot, 2021), demonstrando que o endosso de crenças neoliberais se associa com um menor

reconhecimento da importância de defender direitos de justiça social para as mulheres. As crenças neoliberais também foram associadas à culpabilização de adolescentes vítimas de estupro por gravidez indesejada, bem como à redução da percepção de que o governo ou as instituições devem amparar essas vítimas (Katz et al., 2018). Outras evidências sugerem que crenças neoliberais predizem uma visão mais positiva da sexualidade pessoal, a adoção de "duplo padrão sexual", que beneficia os homens, e uma maior autovigilância sobre o desempenho sexual, indicando uma preocupação ampliada com a avaliação por parte dos outros (Zucker & Bay-Cheng, 2020).

O estudo realizado por Ginn et al. (2022), apenas com mulheres, demonstrou a capacidade do ICN em prever atitudes sexuais e sociopolíticas, demonstrando que mulheres classificadas enquanto tradicionais e neoliberais apresentaram índices relativamente altos de apoio à diversidade de gênero e sexual, embora menores em relação às mulheres classificadas como progressistas, mas menores intenções de participar de ações sociopolíticas na defesa de direitos de mulheres marginalizadas. Adicionalmente, Vazquez et al. (2022) também demonstraram a capacidade preditiva do ICN com a contribuição com a manutenção das desigualdades, isto é, do *status quo*.

Card e Hapburn (2022) encontraram associações dos fatores Meritocracia, Competição Natural e Oposição às Intervenções do Governo do ICN com saúde, satisfação com a vida, confiança social e apoio a políticas públicas progressistas, durante a pandemia de COVID-19. Os achados demonstraram que maiores níveis de meritocracia se associaram com uma avaliação positiva da própria saúde, uma maior responsabilização individual dos cuidados de saúde e de bem-estar, uma maior satisfação com a vida, uma maior confiança social e um menor sentimento de solidão. Ademais, os autores observaram que quanto maiores os níveis de crenças neoliberais, menor o apoio às políticas públicas de proteção social. Em resumo, os estudos com o ICN apontam que as crenças neoliberais se associam com uma maior priorização do interesse pessoal em detrimento do coletivo, uma desconexão com as outras pessoas, uma maior tendência a justificar o sistema e um menor comprometimento na defesa de direitos sociais.

Beattie et al. (2019), observaram que um maior *locus* de controle interno prediz uma maior preferência por uma sociedade desigual e uma mínima rede de seguridade social, mediado por crenças neoliberais, nos Estados Unidos, mas não em Hong Kong e na Índia. Os autores indicam que a falta de efeito pode ser explicada pela presença de uma maior orientação coletivista em sociedades orientais, demonstrando facetas da adesão à ideologia neoliberal dominante entre culturas, uma vez que as pessoas tendem a aderir ao neoliberalismo mesmo em sociedades com culturas coletivistas. Todavia, nos três países mencionados, os autores observaram que maiores níveis de crenças neoliberais apresentaram associações com uma maior orientação à dominância social e ao conservadorismo econômico, enquanto as crenças neoliberais também apresentaram associação com o conservadorismo social, mas apenas para os Estados Unidos e Hong Kong. Também foi identificada a associação positiva das crenças neoliberais com narcisismo, apenas para os Estados Unidos e Índia. Diante dos achados, nota-se a expressão do neoliberalismo em sociedades orientais, mesmo com uma tendência cultural coletivista, uma vez que foi identificada, inclusive, que maiores níveis de crenças neoliberais se associaram com maiores níveis de interesse pró-social na Índia (Beattie et al., 2019).

Considerando o exposto, diante de diversos fenômenos associados ao endosso da ideologia neoliberal na sociedade brasileira, o objetivo geral do presente capítulo foi adaptar e buscar evidências de validade e precisão para o Brasil do Inventário de Crenças Neoliberais (Bay-Cheng et al., 2015). Para responder a esse objetivo, foram realizados dois estudos. No Estudo 1, foram realizadas a adaptação e a investigação de evidências de validade de construto, por meio de análise fatorial exploratória e evidências de validade convergente. No Estudo 2, foi realizada uma análise fatorial confirmatória da estrutura fatorial do ICN encontrada no Estudo 1, bem como realizada a investigação da validade preditiva do construto e da validade de critério entre grupos políticos.

Estudo 1

O presente estudo teve como objetivo adaptar a ICN para o português brasileiro e buscar evidências de validade de construto do ICN. Como objetivo específico, foi proposto investigar a

validade convergente das crenças neoliberais com o autoritarismo de direita, a orientação à dominância social, a crença no mundo justo e a autoidentificação política. A ideologia neoliberal apresenta interseções com as demais formas de conservadorismo, por compreender disposições a apoiar um maior convencionalismo nos costumes sociais e uma maior aceitação das desigualdades sociais e econômicas (Bay-Cheng et al., 2015). Contudo, cabe apresentar a distinção entre os construtos mencionados, assim como suas consequências na vida de cidadãos comuns e na sociedade.

O autoritarismo de direita corresponde a uma visão de mundo enquanto um lugar perigoso e instável e a orientação à dominância social corresponde a uma visão de mundo enquanto um lugar inerentemente selvagem e competitivo, que compõem o Modelo Motivacional de Processamento Dual da ideologia e do preconceito, bem como se expressam em traços disposicionais e atitudes sociopolíticas (Osborne et al., 2023). Por isso, a posição autoritária pressupõe a defesa de um sistema político e social a partir de práticas autoritárias e agressivas e a posição de dominância social pressupõe a legitimação e naturalização das hierárquicas sociais (Altmeyer, 1988; Pratto et al., 1994). Por outro lado, a posição neoliberal pressupõe que a defesa coercitiva e autoritária de um sistema social pode obstruir as condições para o exercício da meritocracia, diferentemente da posição autoritária, e pressupõe também que as hierarquias sociais são resultados de competição livre e justa, e não naturais, ou que existam grupos naturalmente superiores, como na posição de dominância social (Bay-Cheng et al., 2015). A crença no mundo justo é um mecanismo adaptativo de defesa para evitar dissonâncias cognitivas diante de situações de injustiça, não sendo considerada um traço ou disposição subjacente (Hafer & Rubel, 2015; Lerner, 1980). Foram formuladas as hipóteses de que as crenças neoliberais irão apresentar associações positivas significativas com o autoritarismo de direita (H1), a orientação à dominância social (H2) e a crença no mundo justo (H3).

Método

Participantes

Inicialmente, foi estabelecido um critério de 15 participantes por item do inventário (Tabachnick & Fidell, 2007), totalizando um tamanho amostral de 375 participantes, considerando os critérios de inclusão: ter 18 anos ou mais; morar no Brasil; e ter acesso à internet. No entanto, devido à ausência de novos respondentes no decorrer de duas semanas (critério adotado para o encerramento da coleta de dados), a coleta foi encerrada e a amostra final foi composta por 301 participantes, ainda sendo considerada um tamanho de amostra satisfatório para análises fatoriais (Comrey & Lee, 1992). A idade média dos participantes foi de 40,41 (DP = 15,60), que variaram entre 18 e 80 anos. A respeito das variáveis sociodemográficas, a amostra apresentou uma maioria do gênero feminino (71,43%), heterossexual (75,75%), de identidade étnico-racial branca (70,43%), que se identificou como sendo de classe social média (49,17%), que apresentou ter como ocupação o serviço público (21,26%), sem religião (43,19%), do Distrito Federal (53,49% do Distrito Federal) e que se autodeclarou de esquerda (48,84%).

Instrumentos

Inventário de Crenças Neoliberais (ICN; Bay-Cheng et al., 2015; Anexo A). O instrumento propõe uma estrutura com 25 itens que se distribuem em quatro fatores: Aceitação das Desigualdades, Competição Natural, Meritocracia e Oposição às Intervenções do Governo. Para adaptação do instrumento ao contexto brasileiro, foram realizadas traduções independentes do inventário em inglês por duas pessoas brasileiras especialistas na língua inglesa. Foram realizadas retrotraduções das versões para a língua original e, em seguida, as versões foram comparadas para a composição da versão final do instrumento. Após a síntese das traduções, um grupo de cinco discentes da graduação em psicologia foi convidado para a realização da validade semântica dos itens do instrumento. Foram indicadas modificações sobre a tradução do item 2 e 22. No item 2 (*Discrimination does not exist today to such a degree that affirmative action policies are necessary*) foi observado que a expressão “*such a degree*” poderia ser melhor compreendida pela população

geral com a expressão “que justifique”. No item 24 (*The government does not have a right to take what I earn and give it to someone else.*), foi observado que o termo “*earn*” se refere aos ganhos de esforços pessoais, então o termo foi substituído por “conquisto”, que possui um significado associado ao termo em inglês de maior relevância para a compreensão no Brasil. Os participantes responderam cada item em uma escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Para mensurar o autoritarismo de direita, foi utilizada uma medida reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita (Duckitt et al., 2010; Vilanova et al., 2018), composta por quatro fatores (Autoritarismo, Contestação à Autoridade, Tradicionalismo e Submissão à Autoridade), sendo utilizados três itens com maiores cargas fatoriais do estudo original de investigação de evidências de validade de construto para o território brasileiro, totalizando 12 itens. Os índices de confiabilidade foram satisfatórios ($\alpha = 0,80$; $\omega = 0,79$), no entanto, os itens de Contestação à Autoridade se correlacionaram negativamente com a escala. Diante do cenário brasileiro politicamente instável, vale destacar que o fator não apresenta uma consistência durante o tempo, mas varia de acordo com aspectos situacionais (Vilanova et al., 2020a). Neste sentido, tendo em vista que fatores situacionais podem influenciar na apresentação de determinados comportamentos, a exemplo da manifestação do dia 8 de janeiro de 2023 e a consequente prisão de diversas pessoas de direita (Nikas, 2023), foi proposto utilizar uma medida reduzida com apenas três fatores (Autoritarismo, Tradicionalismo e Submissão à Autoridade), como proposto na versão original do instrumento (Altemeyer, 1988; Duckitt et al., 2010) e coerente com os estudos de Bay-Cheng et al. (2015), com o total de 9 itens (Anexo B). A medida final apresentou bons índices de confiabilidade ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,83$). Os itens foram respondidos em escalas de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Para avaliar a orientação à dominância social, foi utilizada a versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social (Anexo C; Pratto et al., 1994; Vilanova et al., 2020b), adaptada e com evidências de validade para o contexto brasileiro. A escala apresentou bons índices de confiabilidade para o presente estudo ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,80$). A medida possui oito itens e dois fatores, sendo

Dominância Social ($\alpha = 0,75$; $\omega = 0,72$) e Anti-Igualitarismo ($\alpha = 0,74$; $\omega = 0,78$). Os itens foram respondidos em escalas de 1 (Discordo Totalmente) a 7 (Concordo Totalmente).

Para mensurar as crenças no mundo justo, foi utilizada a Escala Global de Crenças no Mundo Justo, adaptada e com evidências de validade para o Brasil (Anexo D; Lipkus, 1991; Gouveia et al., 2010), com 7 itens. A dimensão global das crenças no mundo justo apresentou bons índices de confiabilidade ($\alpha = 0,92$; $\omega = 0,92$). Os participantes responderam em escalas de 1 (Discordo Totalmente) e 6 (Concordo Totalmente).

Para avaliar a autoidentificação política simbólica, foi utilizada uma adaptação da medida de autoidentificação ideológica simbólica (Anexo E), adaptada do estudo de Azevedo et al. (2019). Para a medida, foram utilizados três itens. O primeiro item corresponde à orientação política e foi respondido em uma escala de 1 (Esquerda) e 5 (Direita). O segundo item perguntava o quanto o participante era a favor em termos de pautas sociais e culturais progressistas (item invertido; como ensino de questões sobre gênero e sexualidade na escola, casamento entre pessoas do mesmo sexo, apoio a políticas de cotas nas universidades). Por último, o terceiro item perguntava sobre ser a favor, ou não, de pautas econômicas liberais (como apoio a privatizações, menor interferência do Governo Federal nas atividades econômicas e nos acordos entre empregadores e empregados, redução dos impostos sobre as empresas). Os últimos dois itens foram respondidos em escalas de 1 (Totalmente contra) a 5 (Totalmente a favor). A medida de autoidentificação ideológica simbólica com três itens apresentou um bom índice de confiabilidade ($\alpha = 0,84$; $\omega = 0,85$). Maiores escores para a medida simbólica de autoidentificação representam uma autoidentificação ideológica simbólica mais conservadora (vs. progressista).

Por fim, foram coletadas variáveis sociodemográficas, a exemplo da idade, gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial, classe social subjetiva, Estado de residência, ocupação e religião.

Procedimento

O questionário para coleta de dados foi elaborado na plataforma *Survey Monkey*. A coleta de dados ocorreu de modo on-line com a divulgação do questionário por meio de mídias sociais e e-mails. Antes do início do preenchimento do questionário, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes. Após concordarem com o termo, os participantes responderam o Inventário de Crenças Neoliberais. As medidas para avaliar o autoritarismo de direita, a orientação à dominância social e a dimensão global das crenças no mundo justo foram aleatorizadas. Assim, em seguida, responderam uma determinada sequência aleatória das medidas mencionadas, a fim de reduzir o efeito da ordem de apresentação das medidas para a investigação de validade convergente (Sansone et al., 2008). Ao final do questionário, os participantes responderam ao questionário sociodemográfico e concluíram sua participação. As pessoas que receberam o questionário foram convidadas a compartilhá-lo com outras pessoas.

Análises de Dados

Para as análises de dados, foram utilizados os Softwares R, versão 4.3.2, e RStudio, versão 2023.06.1, com os pacotes *psych* (Revelle, 2023), *GPArotation* (Bernaards & Jennrich, 2005), *correlation* (Makowski et al., 2020) e *dplyr* (Wickham et al., 2023). Em primeiro lugar, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett e o teste de KMO dos dados referentes ao Inventário de Crenças Neoliberais. Em seguida, para a análise fatorial exploratória, o método de retenção de fatores foi a análise paralela, de modo a encontrar uma estrutura fatorial adequada para realizar a análise fatorial. Foram utilizados também o método de extração de fatores Principais Eixos Fatoriais e o método de rotação promax. Foram estabelecidos os mesmos critérios propostos no estudo de Bay-Cheng et al. (2015) para retenção dos itens, de 0,50 e uma diferença nas cargas fatoriais de 0,10 entre os itens que apresentarem cargas fatoriais cruzadas (Kahn, 2006).

Após investigar a estrutura fatorial do instrumento, foram obtidos índices de ajuste da estrutura fatorial. Também foram obtidos os índices de confiabilidade do fator geral e das medidas

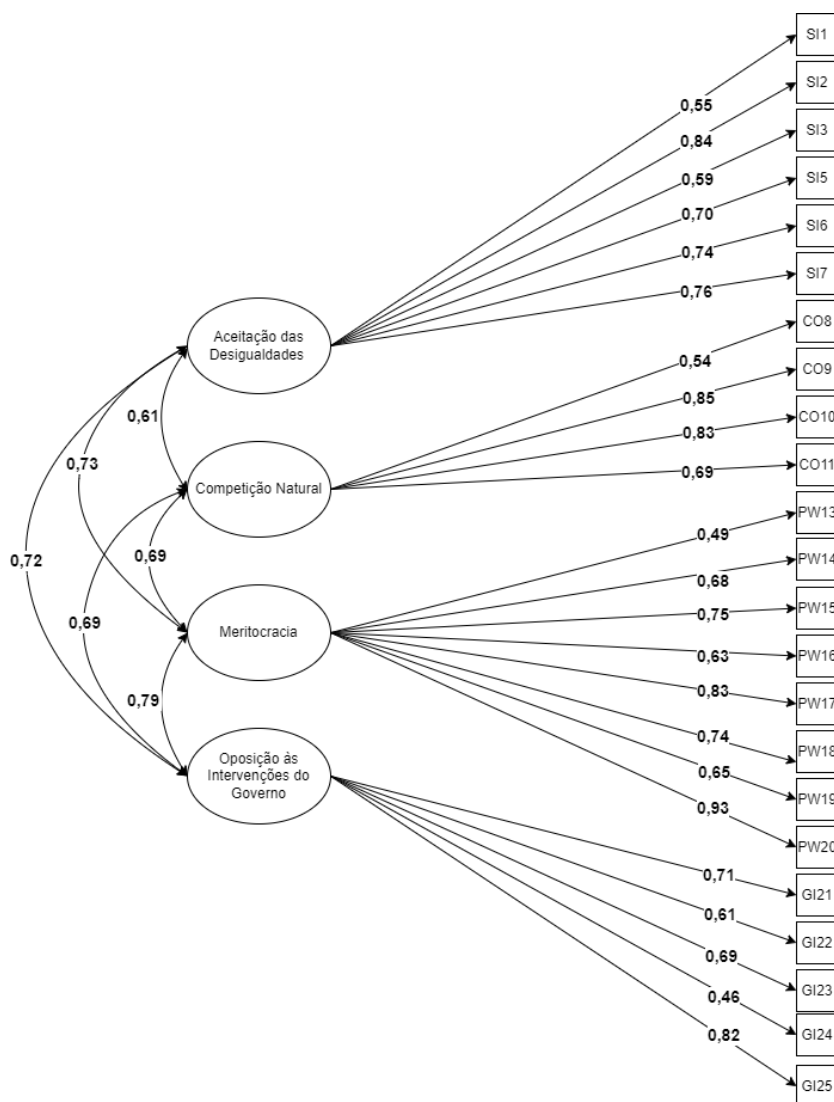
de autoritarismo de direita, orientação à dominância social e crenças no mundo justo. Por fim, foram investigadas correlações entre o ICN e seus fatores, a validade convergente com o autoritarismo de direita, a dominância social e as crenças no mundo justo, bem como incluídas correlações dos construtos mencionados com as medidas de autoidentificação ideológica política simbólica e orientação política. As correlações foram realizadas com o método *percentage bend correlation* (Wilcox, 1994), mais robusto para as análises.

Resultados

Para o início das análises, foi verificado que os dados são adequados para a realização da análise fatorial do ICN, por meio do teste de esfericidade de Bartlett ($X^2(24) = 175,2, p < 0,001$) e o critério de KMO (MSA = 0,96). Em uma primeira análise fatorial exploratória, a análise paralela indicou a extração de uma estrutura com quatro fatores, como proposta originalmente. Os resultados apontaram que o item 4 (Ações afirmativas são um problema porque tratam as pessoas de maneira desigual) apresentou cargas fatoriais cruzadas (Aceitação das Desigualdades = 0,55; Oposição às Intervenções do Governo = 0,53), com uma diferença $< 0,10$. Além disso, não era esperado conceitualmente que o item 4, previsto para o fator Aceitação das Desigualdades, migrasse para o fator Oposição às Inferências do Governo. O item 12 (Justiça é permitir que as pessoas tenham oportunidades iguais, mas não os mesmos resultados) apresentou uma carga fatorial de 0,30. Além disso, o item 12 apresentou baixa comunalidade ($h^2 = 0,16$). Neste sentido, foi realizada uma nova análise fatorial sem os itens 4 e 12. Os itens 13 e 24 apresentaram cargas de 0,47 e 0,43, respectivamente, mas, uma vez que apresentaram cargas fatoriais consideráveis ($> 0,40$) e nenhuma diferença $< 0,10$ entre as cargas nos demais fatores, optamos por manter os itens, com a finalidade de preservar as informações e a estrutura que foram propostas para o instrumento. Após a análise fatorial, com a exclusão dos itens 4 e 12, as cargas fatoriais da estrutura final variaram entre 0,46 e 0,93 e os itens apresentaram cargas significativas nos fatores para os quais foram propostos originalmente. A estrutura fatorial pode ser observada na Figura 2.

Figura 2

Estrutura fatorial com quatro fatores do ICN



Nota. Autoria própria.

O primeiro fator, Aceitação das Desigualdades, aborda a percepção da erradicação de discriminações e a dispensabilidade das ações do Estado para reparar desigualdades, explicando 23% da variância dos dados, com os itens 1, 2, 3, 5, 6 e 7. O segundo fator, Competição Natural, trata da visão de que a competição é natural e justa na sociedade em geral, explicando 18% da variância, com os itens 8, 9, 10 e 11. O terceiro fator, Meritocracia, está relacionado à percepção de que o sucesso resulta de inteligência, talento e esforço pessoal, explicando 14% da variância, com os itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Por fim, o quarto fator, Oposição às Intervenções do Governo, engloba a ideia de que as ações do Estado prejudicam a liberdade, o empreendedorismo e são

contrárias aos princípios neoliberais, explicando 11% da variância, com os itens 21, 22, 23, 24 e 25. A variância total explicada de 66%.

O ICN apresentou índices de confiabilidade excelentes ($\alpha = 0,96$; $\omega = 0,96$). Também foram apresentados ótimos índices para os quatro fatores, para o fator Aceitação das Desigualdades ($\alpha = 0,92$; $\omega = 0,92$), Competição Natural ($\alpha = 0,85$; $\omega = 0,85$), Meritocracia ($\alpha = 0,94$; $\omega = 0,94$), Oposição às Interferências do Governo ($\alpha = 0,88$; $\omega = 0,88$). As cargas fatoriais, variâncias e complexidades de cada item podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1

Cargas fatoriais da solução com 23 itens do ICN

Item	F1	F2	F3	F4	h^2	com
1. Políticas de ação afirmativa estão ultrapassadas agora que as pessoas são, em geral, tratadas como iguais.	0,55	0,03	0,12	0,12	0,56	1,2
2. Não existe discriminação hoje em dia que justifique a necessidade de políticas de ação afirmativa.	0,84	-0,04	-0,11	0,16	0,73	1,1
3. Ações afirmativas não ajudam a acabar com a discriminação. Pelo contrário, aumentam a discriminação ao favorecer as pessoas com base na sua condição de minoria em vez de seu mérito.	0,59	-0,04	0,05	0,33	0,75	1,6
5. Na maioria das vezes, pessoas que se queixam de discriminação estão apenas culpando outras pessoas por seus próprios problemas.	0,70	-0,01	0,09	0,07	0,67	1,1
6. Acho que as pessoas imaginam mais dificuldades, a exemplo da discriminação, do que realmente existem.	0,74	0,05	0,23	-0,11	0,76	1,2
7. Com base na minha experiência e na de pessoas que conheço, acho difícil sentir pena de pessoas que se queixam de discriminação.	0,76	0,07	0,04	-0,08	0,61	1,0
8. As pessoas deveriam poder competir para garantir que a melhor vença.	0,17	0,54	0,06	0,06	0,56	1,2
9. Ser competitivo faz parte da natureza humana.	-0,14	0,85	0,04	0,03	0,68	1,1

Item	F1	F2	F3	F4	h^2	com
10. A competição é uma boa maneira de descobrir e motivar as melhores pessoas.	-0,09	0,83	0,14	0,02	0,78	1,1
11. Proteger as crianças da competição não as prepara para a vida adulta.	0,20	0,69	-0,13	-0,11	0,44	1,3
13. Qualquer um pode ter sucesso no mundo se aprender a jogar o jogo.	-0,04	0,16	0,49	0,19	0,56	1,6
14. Qualquer objetivo pode ser alcançado com trabalho duro e talento.	-0,21	0,13	0,68	0,24	0,69	1,5
15. Atualmente, quase todos os brasileiros são livres para viverem qualquer tipo de vida que desejarem.	0,16	-0,09	0,75	0,01	0,69	1,1
16. Diante de dificuldades, como a discriminação, os indivíduos precisam apenas ser fortes o suficiente para superá-las	0,22	0,02	0,63	-0,01	0,66	1,2
17. Já fui recompensado por trabalhar duro, então não há razão para os outros não conseguirem o mesmo.	0,08	0,03	0,83	0,01	0,77	1,0
18. Se você for inteligente e forte o suficiente, a discriminação não te atrapalhará.	0,16	0,03	0,74	-0,07	0,69	1,1
19. O sucesso na vida de uma pessoa é determinado mais por seus esforços pessoais do que pela sociedade.	0,04	0,10	0,65	0,12	0,72	1,1
20. Qualquer um que esteja disposto a trabalhar duro pode ter sucesso no Brasil.	0,03	-0,06	0,93	-0,04	0,77	1,0
21. Um problema dos programas sociais do governo é que eles atrapalham a liberdade individual.	0,04	-0,09	0,14	0,71	0,63	1,1
22. O governo é ineficiente e, portanto, não deve interferir no setor privado.	0,07	0,03	0,14	0,61	0,65	1,1
23. O governo frequentemente prejudica a ambição individual ao realizar interferências.	0,16	0,04	-0,03	0,69	0,67	1,1
24. O governo não tem o direito de tomar o que eu conquisto e dar para outra pessoa.	-0,01	0,28	0,00	0,46	0,46	1,7
25. Programas sociais financiados pelo governo oferecem falsos incentivos e recompensas não merecidas.	0,07	-0,06	0,01	0,82	0,71	1,1

Nota. F1 = Aceitação das Desigualdades; F2 = Competição Natural; F3 = Meritocracia; F4 = Oposição às Intervenções do Governo. Cargas fatoriais em negrito indicam o fator no qual os itens foram retidos.

A solução original proposta, com 25, itens apresentou bons índices de ajuste no presente estudo (CFI = 0,95; TLI = 0,92; RMSEA = 0,071 IC de 95% [0,064; 0,079]; SRMR = 0,02). No entanto, foi observada uma melhora nos índices de ajuste do inventário com a exclusão dos itens 4 e 12, acima mencionados, (CFI = 0,96; TLI = 0,94; RMSEA = 0,064 IC de 95% [0,056; 0,073]; SRMR = 0,02).

Foram realizadas análises de correlação do ICN com os fatores da estrutura fatorial. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2. Os achados demonstram correlações altas do ICN com os seus respectivos fatores. As correlações mais fortes entre os fatores ocorreram entre os fatores Aceitação das Desigualdades, Meritocracia e Oposição às Interferências do Governo, com destaque à relação entre meritocracia e oposição ao governo. As correlações podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2

Correlações entre o ICN e os quatro fatores propostos

Construto	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4
1. Crenças Neoliberais (ICN)	1,89	0,91	–			
2. Aceitação das Desigualdades	1,56	0,93	0,82*	–		
3. Competição Natural	2,47	1,10	0,83*	0,61*	–	
4. Meritocracia	1,77	1,01	0,92*	0,73*	0,66*	–
5. Oposição ao Governo	2,03	1,04	0,90*	0,72*	0,65*	0,78*

* $p < 0,001$

Também foi investigada a validade convergente do ICN com o autoritarismo de direita, orientação à dominância social e a dimensão global da crença no mundo justo. Foram demonstradas associações fortes e estatisticamente significativas das crenças neoliberais com o autoritarismo de direita, $r = 0,75$, $p < 0,001$, e com a dimensão global da crença no mundo justo, $r = 0,70$, $p < 0,001$. Os

achados podem indicar uma ausência de redundância entre os construtos devido a presença de correlações com cargas $< 0,80$. Também foram observadas associações moderadas significativas das crenças neoliberais e da orientação à dominância social, $r = 0,44$, $p < 0,001$. Apesar das associações fortes presentes, uma vez que constituem formas do conservadorismo, os construtos apresentam relações, mas possuem distinções conceituais. A relação entre as crenças neoliberais e a ideologia política simbólica, $r = 0,85$, $p < 0,001$, apresentou indícios de sobreposição dos conteúdos presente nas duas medidas. No entanto, foi possível identificar que quanto mais a pessoa se identifica como sendo de direita, maiores as crenças neoliberais.

Discussão Parcial

O objetivo deste estudo consistiu em adaptar o Inventário de Crenças Neoliberais (ICN) para o contexto brasileiro, visando obter um instrumento que avalie manifestações associadas à adesão da ideologia neoliberal, especificamente das crenças neoliberais, suas associações e evidências de precisão e validade. A análise fatorial exploratória revelou uma estrutura de quatro fatores, consistindo nos fatores Aceitação das Desigualdades, Competição Natural, Meritocracia e Oposição às Intervenções do Governo, assim como identificado e proposto por Bay-Cheng et al. (2015) e em outros contextos culturais (Girerd & Bonnot, 2021; Beattie et al., 2019). Embora dois itens tenham sido excluídos devido à presença de cargas fatoriais consideradas inadequadas, a análise subsequente apresentou uma estrutura fatorial robusta com quatro fatores, explicando, 66% da variância total. Os índices de ajuste da solução final foram satisfatórios e os índices de confiabilidade dos fatores e do ICN indicaram alta consistência interna.

Paralelamente, foi observado que o item 4 migrou para outro fator, não esperado teoricamente, além de apresentar cargas fatoriais cruzadas, e o item 12 demonstrou uma inequação para o contexto brasileiro. Sobre os itens do fator Aceitação das Desigualdades, observa-se que os itens 1, 2, 3 e 4 mencionam o termo “ação afirmativas” e, além da exclusão do item 4, os itens 1, 2 e 3 apresentaram cargas fatoriais mais baixas no fator. O termo “ação afirmativa” pode estar distante da dinâmica popular no território brasileiro, demonstrando uma inadequação do conteúdo de tais

itens com menção direta às “políticas de ações afirmativas”. Tais achados estão em consonância com os estudos realizados em diferentes contextos culturais (Girerd & Bonnot, 2021; Beattie et al., 2019). Uma possível alternativa para utilização dos itens pode ser a substituição de “políticas de ações afirmativas” por “políticas de cotas”. O item 12 do fator Competição Natural, apresentou uma carga fatorial baixa e uma baixa contribuição com a estrutura fatorial, sendo removido, como na França (Girerd & Bonnot, 2021). A inadequação do item 12 pode ter ocorrido durante o período de adaptação semântica. Tais evidências demonstram algumas inadequações de conteúdo desses itens.

Sobre as fortes relações do fator Aceitação das Desigualdades com Meritocracia e Oposição às Intervenções do Governo, algumas considerações são necessárias. A aceitação das desigualdades se refere à noção de que as discriminações com bases sociais e econômicas não existem nos dias atuais, a meritocracia se refere à crença de que o sucesso será alcançado pelo esforço pessoal e trabalho duro, e oposição ao governo se refere à percepção de ineficiência do governo para manejar políticas públicas de proteção social, as quais podem ser facilmente violadas (Bay-Cheng et al., 2015). Sendo assim, são fatores relacionados, mas distintos. As altas correlações do fator Competição Natural com os demais fatores demonstram que as pessoas podem entender a competição enquanto justa e inerente à sociedade, mas não tendem necessariamente a aceitar que as discriminações foram erradicadas, nem que o sucesso e o fracasso dependem unicamente de esforços pessoais, além de que também podem não se opor necessariamente às políticas de seguridade social implementadas pelo governo.

A validade convergente do ICN foi investigada com o autoritarismo de direita, orientação à dominância social e crença no mundo justo. As hipóteses foram corroboradas. Os resultados indicaram associações positivas e significativas. No entanto, é importante destacar a forte relação entre crenças neoliberais e autoritarismo de direita (H1), demonstrando uma aproximação da ideologia neoliberal com o autoritarismo, e a relação moderada entre orientação à dominância social e crenças neoliberais (H2). De fato, o autoritarismo, a dominância social e o neoliberalismo estão relacionados, mas são construtos distintos. Como mencionado anteriormente, a posição neoliberal

não tende a apoiar necessariamente dinâmicas autoritárias e punições aos grupos considerados violadores de normas sociais, como a posição autoritária, uma vez que isso, no pior dos casos, comprometeria a meritocracia, a mobilidade social e as liberdades individuais (Bay-Cheng et al., 2015). Esses achados corroboram a noção de que o neoliberalismo se associa com variadas formas de conservadorismo, como o autoritarismo e a dominância social (Azevedo et al., 2019; Bay-Cheng et al., 2015; Osborne et al., 2023). Em última análise, a imposição de um modelo neoliberal autoritário no Brasil parece apresentar uma associação na individualidade e nas organizações sociais, por indicar a possível presença de uma ideologia neoliberal pervasiva com tendências autoritárias (Teo, 2018; Saad & Boffo; 2021).

Sobre a forte relação entre crenças neoliberais e crença no mundo justo (H3), as diferenciações não podem ser feitas nos mesmos termos. A crença no mundo justo é entendida enquanto um mecanismo psicológico adaptativo de defesa, e não um traço disposicional. Assim, a crença no mundo justo ocorre como um modo de enfrentamento e não como visão de mundo com objetivos motivacionais específicos (Hafer & Rubel, 2015; Lerner, 1980; Osborne et al., 2023)

É importante ressaltar que as crenças neoliberais exibiram multicolinearidade com a autoidentificação política simbólica, devido à similaridade de conteúdo dos itens. Isso ocorreu principalmente devido a escolha de pautas na medida de autoidentificação simbólica. O item sobre pautas sociais e culturais fazia menção às políticas de ação afirmativa e o conteúdo do item de pautas econômicas se aproximou do conteúdo dos itens do ICN.

Destaca-se que os achados revelam a replicabilidade do Inventário de Crenças Neoliberais, com evidências de precisão e de validade convergente satisfatórias para o Brasil. Entretanto, com a finalidade de buscar resultados mais robusto e replicar a estrutura fatorial encontrada no Estudo 1, foi realizado um segundo estudo para investigar evidências de precisão e de validade de construto do ICN em uma nova amostra e, adicionalmente, obter evidências de validade preditiva e de critério entre grupos políticos, visando fortalecer a validade e a generalização do ICN.

Estudo 2

Diante da lógica neoliberal que compreende a liberdade individual, parece que a ideologia neoliberal apresenta associações com a noção de que o acesso à arma de fogo deve ser um direito básico, de que as armas protegem as pessoas e de que diminuem a criminalidade (Branscombe et al., 1991; Granzka et al., 2019). O segundo estudo teve como objetivo replicar a estrutura fatorial do Inventário de Crenças Neoliberais (ICN), encontrada no Estudo 1, em uma nova amostra, compará-la com estruturas fatoriais concorrentes e testar evidências adicionais de validade do ICN.

Como objetivos específicos, foi proposto: investigar adequação da estrutura fatorial em um modelo bifator; investigar índices de variância comum explicada (ECV), porcentagem de correlação não contaminada (PUC), ômega hierárquico (ω_H) e confiabilidade dos fatores (α ; ω); investigar a validade preditiva do ICN nas atitudes frente à arma de fogo; e investigar a validade de critério entre grupos políticos. Sendo assim, foram formuladas as hipóteses de que as crenças neoliberais irão prever uma maior concordância com a noção da arma de fogo enquanto um direito (H4), de que as armas protegem (H5) e de que diminuem a criminalidade (H6).

Método

Participantes

A amostra foi de 810 participantes, com idades que variaram entre 18 e 84 anos ($M = 38,16$; $DP = 16,28$), sendo sua maioria do gênero feminino (76,30%), heterossexual (73,58%), de identidade étnico-racial branca (52,10%), que se identifica como sendo de classe social média-baixa (37,04%), que indicou ser estudante como ocupação (28,89%), com ensino superior incompleto (33,58%), sem religião (38,77%), do Distrito Federal (38,52%). A partir de 500 casos a amostra é bem adequada para resultados mais precisos (Comrey & Lee, 1992).

Instrumentos

Foi utilizada a versão adaptada do Inventário de Crenças Neoliberais identificada no Estudo 1, com 23 itens, distribuídos em quatro fatores (Bay-Cheng et al., 2015): Aceitação das

Desigualdades (itens 1, 2, 3, 5, 6 e 7), Competição Natural (itens 8, 9, 10 e 11), Meritocracia (itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20) e Oposição às Interferências do Governo (itens 21, 22, 23, 24 e 25). Os participantes responderam os itens em escalas que variaram de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Foi utilizada a Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo (Anexo F; Branscombe, et al., 1991; Nascimento et al., 2016), para avaliar questões relacionadas às percepções de direito, criminalidade e proteção associadas ao porte de arma. A escala possui três fatores. O primeiro fator (Direito) é referente à noção de que a posse de arma é um direito fundamental básico para qualquer cidadão. O segundo fator (Crime) possui itens invertidos e está relacionado com o pensamento de que o fácil acesso às armas resultaria no aumento da criminalidade. O terceiro fator (Proteção) se relaciona com o endosso do pensamento de que as armas estão estritamente associadas à ideia de proteção para potenciais situações de vitimização do dia a dia, e que as vítimas de crime não teriam sido vítimas se estivessem portando uma arma. Para esse estudo, foram selecionados os três itens com maiores cargas fatoriais para cada fator (Nascimento et al., 2016). Os fatores apresentaram bons índices de confiabilidade: Direito ($\alpha = 0,94$; $\omega = 0,94$), Crime ($\alpha = 0,85$; $\omega = 0,85$) e Proteção ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,82$). A escala adaptada para o Brasil apresentou excelentes índices de confiabilidade ($\alpha = 0,92$; $\omega = 0,92$). Os participantes responderam os itens em uma escala que variava de 1 (Discordo Totalmente) a 8 (Concordo Totalmente).

Para mensurar a autoidentificação política ideológica e orientação política, foram utilizados os mesmos itens do Estudo 1. Contudo, devido ao problema de multicolinearidade encontrado anteriormente no primeiro estudo, os itens sobre pautas sociais e culturais progressistas e o item sobre pautas econômicas liberais foram adaptados, incluindo novas pautas visando aumentar a capacidade discriminativa da medida com os demais construtos. Assim sendo, como no primeiro estudo, foi utilizada uma medida de autoidentificação simbólica, adaptada do estudo de Azevedo et al. (2019), incluindo novas pautas com referência no estudo de Alves e Porto (2022), buscando reduzir a multicolinearidade e redundância com o construto de crenças neoliberais. Nesta direção,

para as pautas sociais e culturais, comparando com o Estudo 1, foi retirada a pauta de apoio a políticas de cotas nas universidades, inclusive por se tratar de um conteúdo apresentado no ICN, e foram incluídas pautas sobre direitos para grupos minoritários, legalização e regulamentação das drogas, separação da igreja do Estado, adoção entre pessoas do mesmo sexo e mantidas as de ensino de gênero e sexualidade nas escolas e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para as pautas econômicas liberais, apenas foi incluída a pauta de liberalismo econômico. Os itens sobre pautas sociais e econômicas foram respondidos em uma escala de 1 (Totalmente contra) a 5 (Totalmente a favor). Sobre o primeiro item, a orientação política foi autoindicada pelos participantes em uma escala de 1 (Esquerda) a 5 (Direita). A medida de autoidentificação política simbólica apresentou um índice de confiabilidade satisfatório ($\alpha = 0,76$; $\omega = 0,78$).

Por meio de um questionário sociodemográfico, foram coletados dados sobre a idade, gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial, classe social subjetiva, escolaridade, ocupação, religião e Estado de residência.

Procedimento

O questionário foi elaborado na plataforma *Survey Monkey* e a coleta de dados foi realizada de modo on-line, com o envio de um convite para participação da pesquisa por mídias sociais e e-mails. Ao iniciar o preenchimento do questionário, foi apresentado ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após o aceite, os participantes responderam o Inventário de Crenças Neoliberais, as medidas para avaliar as atitudes frente à arma de fogo, os itens relacionados à autoidentificação ideológica simbólica e o questionário sociodemográfico. Ao encerrar a participaram, foram convidadas a convidar outras pessoas para participar da pesquisa.

Análises de Dados

Para as análises de dados, foram utilizados os Softwares R, versão 4.3.2, e RStudio, versão 2023.06.1, com os pacotes *lavaan* (Rosseel, 2012), *correlation* (Makowski et al., 2020), *dplyr* (Wickham et al., 2023), *BifactorIndicesCalculator* (Rodriguez et al., 2016), *car* (Fox & Weisberg, 2019) e *effectsize* (Ben-Shachar et al., 2020). Em primeiro lugar, foram analisados os pressupostos da

adequação da amostra para a realização das análises fatoriais confirmatórias. O teste de esfericidade de Bartlett e o teste de KMO foram realizados. Em seguida, foram realizadas a análise fatorial confirmatória da estrutura fatorial com quatro fatores e a análise das cargas fatoriais. O estimador utilizado foi o *Maximum Likelihood Robust*. Também foram obtidos os índices de ajuste e de confiabilidade do instrumento. Foram comparadas estruturas fatoriais com fator único, três fatores, quatro fatores e bifatorial, para verificar a melhor adequação do instrumento para o Brasil. O modelo bifatorial permite a observação da variância manifestada de cada variável observável explicada em um fator unidimensional, mas também em cada fator, ou domínio específico, da estrutura fatorial, facilitando compreender a contribuição de cada item para a explicação de um domínio unidimensional e dos domínios específicos da estrutura fatorial (Chen et al., 2006; Mansolf & Reise, 2017). Em seguida, foram investigados os índices de ECV, PUC e ω_H . Valores $> 0,70$ para ECV, $< 0,70$ para PUC e $> 0,80$ para ω_H indicam a presença de um construto que pode ser compreendido enquanto unidimensional, embora apresente domínios específicos (Rodrigues et al., 2016; Zhang et al., 2023).

Após encontradas evidências de fidedignidade e de ajuste da estrutura fatorial, foram realizadas análises de correlação, com o método *bend percentage correlation* (Wilcox 1994), entre os fatores do ICN e com as medidas de autoidentificação política. Aliás, foram realizadas regressões lineares simples do ICN nas atitudes frente à arma de fogo, considerando os fatores Direito, Proteção e Crime. Por fim, foram realizadas análises de variância entre grupos políticos, tendo o escore do ICN como variável dependente. Considerando a medida de orientação política, as categorias 1 e 2 foram colapsadas formando um grupo denominado Esquerda, a categoria 3 foi utilizada para o grupo denominado Centro e as categorias 4 e 5 foram colapsadas formando um grupo denominado Direita.

Assim, foi decidido realizar as análises de variância selecionando aleatoriamente 80 participantes por categoria. Uma análise de poder *a posteriori*, com base nesse número de participantes por categoria, foi realizada para a análise de variância. A análise de poder indicou que

80 participantes por grupo apresentam um poder de 94%, para detectar um tamanho de efeito médio ($f^2 = 0,25$), considerando um nível de $\alpha = 0,05$ pelo G*Power, versão 3.1.9.7 (Faul et al., 2009). Por fim, diante do pequeno número de casos e da presença de heterogeneidade de variância a partir do teste de Levene, foi utilizada a correção de Welch para as análises de variância entre os grupos políticos nos níveis de crenças neoliberais

Resultados

Os dados da amostra ($N = 810$) apresentaram adequação para a realização de uma análise fatorial ($\chi^2 (24) = 356,6, p < 0,001$; KMO = 0,96). A estrutura fatorial encontrada no Estudo 1 foi replicada, com os itens apresentando cargas fatoriais $> 0,59$ e valores de $R^2 > 0,38$. O instrumento apresentou excelentes índices de confiabilidade ($\alpha = 0,95$; $\omega = 0,96$) e ótimos índices para os fatores Aceitação das Desigualdades ($\alpha = 0,86$; $\omega = 0,89$), Competição Natural ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,84$), Meritocracia ($\alpha = 0,93$; $\omega = 0,93$) e Oposição às Interferências do Governo ($\alpha = 0,88$; $\omega = 0,91$). De modo complementar, a estrutura fatorial com quatro fatores encontrada no primeiro estudo foi replicada e apresentou bons índices de ajuste (CFI = 0,94; TLI = 0,93; RMSEA = 0,056 IC de 95% [0,056; 0,067]; SRMR = 0,045).

Tendo em vista as correlações entre os fatores do ICN, foram realizadas análises para avaliar a adequação de soluções fatoriais concorrentes com a de quatro fatores (Chen et al., 2006; Mansolf & Reise, 2017). Foram comparados quatro modelos: Fator único, três fatores, quatro fatores e um modelo bifatorial. O modelo de três fatores foi composto pelos fatores Resistência à Mudança (que agrupou o fator Aceitação das Desigualdades e o fator Oposição às Intervenções do Governo pela alta correlação entre os fatores), Meritocracia e Competição Natural. Os resultados das análises fatoriais confirmatórias e comparação com os modelos propostos podem ser visualizados na Tabela 3. Os melhores índices de ajuste foram apresentados para o modelo bifatorial do ICN. O modelo com fator único demonstrou ser o pior modelo para descrever o construto. O modelo com três fatores aparece como inferior em relação ao modelo com quatro fatores. Já modelo bifatorial apresentou ser o mais adequado para a estrutura do instrumento (Chen et al., 2006; Mansolf & Reise, 2017).

Tabela 3

Índices de ajustes das estruturas fatorais investigadas para o ICN, 23 itens

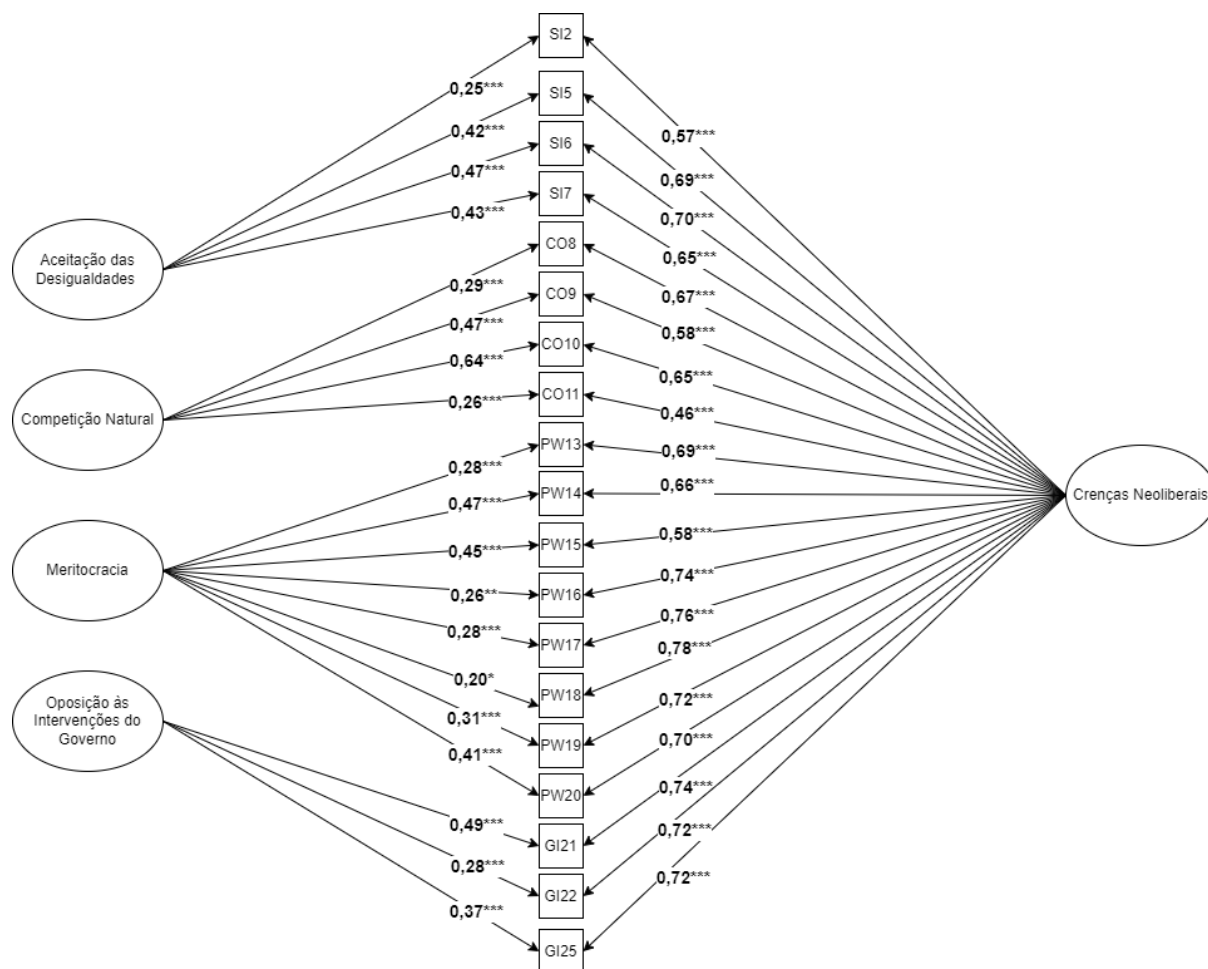
Modelo	$X^2(\text{gl})$	$\Delta X^2(\text{gl})$	AIC	CFI	TLI	RMSEA IC de 95% [LI; LS]	SRMR
1 Fator	2143,8 (230)		54887	0,86	0,8	0,077 [0,074; 0,080]	0,059
3 Fatores	1331,3 (227)	340,1 (3)*	54081	0,91	0,91	0,073 [0,067; 0,078]	0,047
4 Fatores	1033,0 (224)	95,33 (3)*	53789	0,94	0,93	0,061 [0,056; 0,067]	0,045
Bifator	821,24 (207)	92,77 (17)*	53611	0,96	0,95	0,055 [0,049; 0,061]	0,035

* $p < 0,001$

Tendo isso em vista, foi escolhido manter o modelo bifatorial por permitir análises mais precisas das contribuições dos itens e dos fatores (Chen et al., 2006; Mansolf & Reise, 2017). Assim sendo, para o fator geral (Crenças Neoliberais), foi observado que todos os itens apresentaram cargas $> 0,47$ e foram significativas. Todavia, ao analisar os fatores individualmente, foi identificada a presença de cargas não significativas em fatores específicos. No fator Aceitação das Desigualdades, os itens com baixa contribuição ao fator foram os itens 1, $b = 0,14$, $p = 0,138$, e 3, $b = -0,01$, $p = 0,828$. No fator Oposição às Intervenções do Governo, os itens com baixa contribuição ao fator foram os itens 23, $b = 0,18$, $p = 0,130$, e 24, $b = 0,08$, $p = 0,445$. A estrutura foi mantida para os fatores Competição Natural e Meritocracia, ao analisar os domínios especificamente, mantendo os itens de 8 a 11 e de 13 a 20, respectivamente. Desse modo, foi realizada uma nova análise fatorial confirmatória do modelo bifatorial removendo os itens 1, 3, 23 e 24. A estrutura bifatorial pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3

Estrutura Bifatorial do ICN



Nota. Autoria própria

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

A solução final encontrada, com 19 itens, apresentou excelentes índices de ajuste (CFI = 0,98; TLI = 0,97; RMSEA = 0,045 IC de 95% [0,037; 0,052]; SRMR = 0,029). Os índices de confiabilidade apresentados para o fator geral ($\alpha = 0,95$; $\omega = 0,96$) e para os fatores Aceitação das Desigualdades ($\alpha = 0,86$; $\omega = 0,89$) e Oposição às Interferências do Governo ($\alpha = 0,86$; $\omega = 0,86$), mantiveram níveis ótimos de confiabilidade, sendo que nenhuma alteração foi feita para os fatores Competição Natural ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,84$) e Meritocracia ($\alpha = 0,93$; $\omega = 0,93$). Apesar da leve redução nos índices nos fatores Aceitação das Desigualdades e Oposição às Interferências do Governo, nota-se que os índices do fator geral se mantiveram.

Os parâmetros da solução bifatorial podem ser observados na Tabela 4. Os achados demonstram que todos os 19 itens apresentam contribuir com o fator geral, apresentando cargas

fatoriais $> 0,46$ e $R^2 > 0,28$. Por outro lado, vale destacar que, ao analisar os fatores especificamente, alguns itens apresentaram cargas $< 0,30$. De todo modo, os itens contribuem individualmente na captura do fator geral, as crenças neoliberais.

Tabela 4

Cargas fatoriais da solução final proposta para o ICN, com 19 itens

	Item	Cargas	Crenças Neoliberais	R^2
Aceitação das Desigualdades	2.	0,25	0,57	0,39
	5.	0,42	0,69	0,66
	6.	0,47	0,70	0,72
	7.	0,43	0,65	0,60
Competição Natural	8.	0,29	0,67	0,54
	9.	0,47	0,58	0,55
	10.	0,64	0,65	0,83
	11.	0,26	0,46	0,28
Meritocracia	13.	0,28	0,69	0,55
	14.	0,47	0,66	0,65
	15.	0,45	0,58	0,54
	16.	0,26	0,74	0,61
	17.	0,28	0,76	0,65
	18.	0,20	0,78	0,65
	19.	0,31	0,72	0,61
	20.	0,41	0,70	0,67
Oposição às Intervenções do Governo	21.	0,49	0,74	0,78
	22.	0,28	0,72	0,59
	25.	0,37	0,72	0,66

Como pode ser observado na Tabela 5, o fator geral e os fatores específicos demonstraram índices de variância comum explicada (ECV), PUC e ω_H satisfatórios, que indicam que as crenças neoliberais podem ser tratadas como um construto unidimensional, mas também demonstra a unidimensionalidade de cada fator com o ECV intradomínio para os fatores específicos (ECV-GS), embora o fator de competição Natural tenha apresentado o menor valor. O valor percentual de correlações não contaminadas (PUC) foi próximo do critério de corte para tratar o construto crenças neoliberais como unidimensional (0,75). As correlações entre os fatores foram similares ao Estudo 1.

Tabela 5

Correlações e índices de unidimensionalidade do ICN e os respectivos fatores

Construto	<i>M</i>	<i>DP</i>	ECV (SS)	ECV (SG)	ECV (GS)	ω_H	1.	2.	3.	4.
1. Crenças Neoliberais	2,23	0,98	0,75	0,75	0,75	0,89	–			
2. Desigualdades	1,66	0,97	0,27	0,05	0,72	0,22	0,76*	–		
3. Competição	2,89	1,14	0,35	0,07	0,65	0,27	0,83*	0,55*	–	
4. Meritocracia	2,13	1,15	0,19	0,08	0,80	0,17	0,94*	0,67*	0,67*	–
5. Oposição Governo	2,23	1,20	0,22	0,04	0,78	0,18	0,85*	0,65*	0,64*	0,74*

* $p < 0,001$.

Para investigar a validade preditiva, foram realizadas análises de regressão linear simples do ICN nas atitudes frente à arma de fogo, sendo, especificamente, nas atitudes sobre direito, proteção e criminalidade em relação à arma de fogo. Assim, foram testados três modelos. O primeiro modelo demonstrou que as crenças neoliberais predizem positivamente a crença no direito à arma de fogo, $F(1, 765) = 449,6$, $p < 0,001$, $R^2_{ajustado} = 0,38$. Assim, quanto maiores os níveis de crenças neoliberais, maiores as percepções de que o acesso à arma de fogo é um direito básico, $B = 1,38$, $b = 0,61$, $t(765) = 21,20$, $p < 0,001$. As crenças neoliberais demonstraram ser preditoras da noção de que armas protegem pessoas, $F(1, 765) = 357,7$, $p < 0,001$, $R^2_{ajustado} = 0,32$. Quanto maior o endosso de crenças neoliberais, maior é a tendência em acreditar que as armas funcionam como proteção, $B = 0,99$, $b =$

0,56, $t(765) = 18,91$, $p < 0,001$. As crenças neoliberais também são preditoras de atitudes relacionadas sobre a percepção do aumento da criminalidade com o fácil acesso às armas, $F(1, 765) = 156,7$, $p < 0,001$, $R^2_{ajustado} = 0,17$. Nesse sentido, quanto menor o endosso de crenças neoliberais, mais as pessoas tendem a perceber que o livre acesso às armas pode favorecer o crime na sociedade, $B = -0,89$, $b = -0,41$, $t(765) = -12,51$, $p < 0,001$.

Também foram evidenciadas correlações significativas entre as atitudes frente à arma fogo, autoidentificação ideológica simbólica e orientação política. Os achados demonstraram que pessoas com maiores níveis de uma autoidentificação ideológica simbólica mais conservadora e com uma orientação política mais à direita, tendem a apresentar, respectivamente, atitudes mais favoráveis à arma de fogo ($r = 0,61$, $p = 0,001$; e $r = 0,56$, $p = 0,001$), considerando o acesso à posse ($r = 0,59$, $p = 0,001$; e $r = 0,56$, $p = 0,001$), a noção atrelada à proteção ($r = 0,51$, $p = 0,001$; e $r = 0,44$, $p = 0,001$) e a ideia de que as armas não aumentam a criminalidade ($r = -0,44$, $p = 0,001$; e $r = -0,40$, $p = 0,001$). Além disso, quanto maiores os níveis de crenças neoliberais, mais as pessoas tendem a apresentar uma autoidentificação ideológica simbólica mais próxima do conservadorismo, $r = 0,74$, $p = 0,001$ e apresentam uma orientação política mais à direita, $r = 0,60$, $p = 0,001$. Nenhuma das correlações demonstrou redundância entre tais construtos ($> 0,80$), apesar das altas correlações, basicamente por possuírem distintividades conceituais.

Por último, foram realizadas análises de variância para investigar a diferença de níveis de crenças neoliberais de grupos políticos. A análise com as crenças neoliberais evidenciou uma diferença estatística entre os níveis de crenças neoliberais entre os grupos políticos, $F(2, 145,94) = 142,5$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,66$. Contrastes planejados evidenciaram que pessoas de direita ($M = 3,29$; $DP = 0,86$) apresentam níveis significativamente maiores do que pessoas de centro ($M = 2,76$; $DP = 0,87$), $p < 0,001$, e maiores do que pessoas de esquerda ($M = 1,58$; $DP = 0,50$), $p < 0,001$. Pessoas de centro apresentaram significativamente mais crenças neoliberais do que pessoas de esquerda, $p < 0,001$.

Também foram realizadas análises em relação aos fatores presentes na estrutura do ICN. Deste modo, os achados demonstraram diferenças estatísticas significativas entre os níveis de aceitação das desigualdades, $F(2, 141,81) = 51,62$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,42$, tendo que pessoas de direita ($M = 2,67$; $DP = 1,17$) tendem a aceitar mais as desigualdades quando comparadas com pessoas de centro ($M = 1,98$; $DP = 1,00$), $p < 0,001$, e de esquerda ($M = 1,27$; $DP = 0,56$), $p < 0,001$, além de que pessoas de centro apresentaram maiores níveis do que pessoas de esquerda, $p < 0,001$. Sobre a tendência em naturalizar e legitimar a competição entre as pessoas, também foram encontradas evidências significativas, $F(2, 157,67) = 47,89$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,38$. Pessoas de esquerda ($M = 2,37$; $DP = 0,98$) apresentaram diferenças significativas quando comparadas com pessoas de centro ($M = 3,52$; $DP = 1,08$), $p < 0,001$ e pessoas de direita ($M = 3,83$; $DP = 0,99$), $p < 0,001$. Não foram observadas diferenças significativas entre o grupo de centro e de direita, $p = 0,16$.

Os grupos políticos diferiram significativamente em relação aos níveis de endosso da meritocracia, $F(2, 140,41) = 129,33$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,65$. As pessoas mais à direita ($M = 3,24$; $DP = 1,01$) acreditam mais na meritocracia quando comparadas com as pessoas de centro ($M = 2,76$; $DP = 1,14$), $p = 0,004$, e pessoas de esquerda ($M = 1,38$; $DP = 0,54$), $p < 0,001$. Pessoas de esquerda apresentaram níveis significativamente menores de crença na meritocracia frente às pessoas de centro, $p < 0,001$. Por fim, as diferenças também foram significativas para os níveis de oposição às intervenções do governo $F(2, 141,45) = 141,1$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,67$. As pessoas de esquerda ($M = 1,45$; $DP = 0,56$) foram as que apresentaram significativamente menos oposição às interferências do governo, como a implementação de programas sociais, quando comparado com as pessoas de centro ($M = 2,80$; $DP = 1,13$), $p < 0,001$, e de direita ($M = 3,55$; $DP = 1,07$), $p < 0,001$. As pessoas de centro apresentam significativamente menos níveis de oposição à tais interferências do governo do que pessoas de direita, $p = 0,001$.

Discussão Parcial

O objetivo do presente estudo foi o de replicar a estrutura fatorial obtida no Estudo 1, a partir da realização de Análise Fatorial Confirmatória. Destaca-se que foram testados modelos

confirmatórios, com a finalidade de investigar solução mais adequada para o Inventário de Crenças Neoliberais (ICN; Bay-Cheng et al., 2015) no Brasil. O melhor modelo foi um modelo bifatorial, que apresentou índices de ajustes excelentes. A análise a partir de um modelo bifator contribuiu para uma melhor compreensão da análise dos itens em relação ao fator geral e aos fatores específicos (Chen et al., 2006; Mansolf & Reise, 2017).

A partir da análise do modelo bifatorial, foi proposta uma solução final com 19 itens, com evidências de precisão e validade, que, inclusive, corroboram achados de outros contextos culturais (Beattie et al., 2019; Girerd & Bonnot, 2021), mas algumas considerações a respeito dos itens são necessárias. Os itens 1 e 3 (Aceitação das Desigualdades) e os itens 23 e 24 (Oposição às Intervenções do Governo) foram excluídos por não apresentarem contribuições específicas com os seus respectivos fatores, prejudicando a estrutura fatorial do modelo.

Sobre os itens removidos, cabe ressaltar que, em relação ao fator Aceitação das Desigualdades, a exclusão dos itens está em consonância com os achados do Estudo 1. Em certa medida, parece que o termo “ações afirmativas” não é familiar no Brasil, assim como em outros contextos culturais (Beattie et al., 2019; Girerd & Bonnot, 2021). A eliminação dos itens 1 a 4 em nossos resultados ecoam com as considerações feitas sobre outros contextos, tanto a nível nacional, como internacional, apontando a complexidade e a dinâmica mutável desses construtos em diferentes contextos sociais e culturais. O termo “ação afirmativa”, embora utilizado no país, é um termo que parece se distanciar da vivência de muitos brasileiros, referindo-se usualmente às políticas de ações afirmativas como políticas de cotas para a erradicação da desigualdade no acesso à educação e de desigualdades econômicas (Campos & Junior, 2021; Mesquita, 2021). Tal achado é coerente com a necessidade de garantir a precisão e a relevância cultural do conteúdo dos itens do instrumento (Beattie et al., 2019).

“Ações afirmativas” parece ser um termo não popularmente utilizado no dia a dia entre as pessoas (Girerd et al., 2023). Entretanto, ocorre que o termo Ação Afirmativa é utilizado no Brasil e não é utilizado outro termo para se referir a tais políticas, como na Índia, em que tais políticas são

nomeadas enquanto “políticas de reserva” (Beattie et al., 2019). As políticas de ação afirmativa no Brasil não têm conquistado espaço público e político suficientes para a sua expansão enquanto uma política pública central, abarcando não apenas questões raciais, mas também de gênero, de pessoas com deficiência e de renda (Campos & Junior, 2021; Machado & Andrade, 2021). Entretanto, recomenda-se uma alteração nos itens que apresentam “ação afirmativa” para “cota”, uma vez que tal mudança no conteúdo pode auxiliar em uma melhor equivalência de resultados com os resultados do instrumento original proposto (Bay-Cheng et al., 2015). Sobre os demais itens excluídos, uma nova tradução e adaptação de cada item pode contribuir com evidências mais robustas de precisão sobre o conteúdo dos itens.

Em relação ao fator Oposição às Intervenções do Governo, a tradução pode não ter sido a melhor adequada, diante do conteúdo presente em cada item, o que pode ter confundido os participantes. De todo modo, destaca-se que tais itens contribuíram para a explicação do fator geral correspondente às crenças neoliberais, embora não para os fatores específicos.

A relação entre os fatores do ICN foi explorada, evidenciando correlações significativas e coerentes com as dimensões propostas. A relação mais forte ocorreu entre os fatores Aceitação das Desigualdade e Oposição às Intervenções do Governo. Não à toa, os respectivos fatores capturam a lógica do neoliberalismo moderno, que enfatiza uma maior autonomia individual, sendo as pessoas unicamente responsáveis pelo sucesso na vida, e a preferência de um Estado Mínimo, que deixa questões de seguridade social de lado (Bettache et al., 2020; Hartwitch, 2009; Harvey, 2005).

Como identificado, as crenças neoliberais predizem atitudes mais favoráveis à arma de fogo. No estudo de Granzka et al. (2019), o ICN predisse a concordância de que é um direito ter acesso à arma de fogo e de que elas oferecem proteção às pessoas, e discordância com a noção que de armas aumentam a criminalidade. No presente estudo, pessoas de direita tenderam a apresentar maiores níveis de crenças neoliberais em todos os fatores, com a exceção do fator Competição Natural. No fator Competição Natural, foi identificado que as pessoas de centro não se diferenciaram das pessoas de direita. De fato, tais achados indicam uma maior adesão da percepção da competição

como natural e legítima. Em conjunto, tais achados indicam a relação da presença predominante da concordância com o neoliberalismo por pessoas mais à direita no espectro político, corroborando o que tem sido encontrado em estudos anteriores (Azevedo et al., 2019; Beattie et al., 2019; Girerd et al., 2023).

No entanto, é necessário que as análises de variância do ICN entre grupos políticos sejam realizadas com amostras maiores, devido à baixa representatividade presente, buscando resultados mais robustos para uma maior compreensão das associações entre os construtos investigados na população brasileira. Outro ponto, as exclusões dos itens 12, 23 e 24 podem ter sido ocasionadas devido o processo de adaptação do ICN. Pode ser que uma nova tradução possa ir de encontro com uma melhor adequação do conteúdo e para a compreensão dos itens.

Foram encontradas associações das crenças neoliberais com as atitudes frente à arma de fogo. Entretanto, existem diferentes configurações de atitudes sobre o quanto as armas protegem e o quanto aumentam a criminalidade, principalmente diante de um país considerado politicamente instável, que possui uma alta probabilidade de apresentação de manifestações violentas e transições de poder desorganizadas (Vilanova et al., 2020a), além de altas desigualdades e pobreza (Saad-Filho & Boffo, 2021). Futuros estudos podem considerar variáveis socioeconômicas para uma melhor avaliação do fenômeno.

Convém ressaltar que, as análises de variância realizadas no presente estudo podem indicar uma direção da manifestação do fenômeno dentro dos grupos políticos. Entretanto, por se tratar de um fenômeno complexo, e diante das diversidades culturais e pensamentos no Brasil, além da existência de um sistema político multipartidário, é fundamental que sejam realizadas análises com amostras maiores e mais representativas.

É importante considerar a investigação do ICN com diferentes construtos para avaliar como o neoliberalismo se manifesta no Brasil. O neoliberalismo é um construto complexo, apresentando variabilidades em diversos contextos culturais, assim, pode ser que a utilização de métodos mistos contribua para uma maior compreensão das ideias dominantes da presente época no Brasil, bem

como a forma que se manifestam, o que proporcionará avançar na investigação das dimensões concernentes ao neoliberalismo.

Apesar disso, é realmente importante conceber o neoliberalismo com uma ideologia pervasiva na vida da população. Além de ser uma ideologia que responsabiliza individualmente fracassos e, até mesmo, a miséria, culpabilizando as pessoas por inadequações pessoais, é também uma ideologia que desvia a atenção de problemas sociais causados pela implementação do modelo de sociedade neoliberal, fazendo com que as pessoas acreditem que os verdadeiros culpados são pessoas marginalizadas na sociedade (Saad-Filho & Boffo, 2021). O Inventário de Crenças Neoliberais foi adaptado para o Brasil. As evidências corroboram a adequação da solução fatorial proposta neste estudo para utilização do ICN com brasileiros e no país.

Discussão

No Estudo 1, foram realizadas análises fatoriais exploratórias do ICN e investigada a validade convergente do ICN com o autoritarismo de direita, orientação à dominância social e crença no mundo justo. Foram observadas associações das crenças neoliberais com o autoritarismo de direita e a dominância social. Como mencionado anteriormente, a posição neoliberal não compreende a necessidade de práticas autoritárias e da preservação de uma “tradição” para o bom funcionamento da sociedade, além de não compreender que a organização hierárquica social existe devido à existência de grupos “inerentemente” superiores (Bay-Cheng et al., 2015). Por outro lado, vale considerar a alta relação com o autoritarismo. A imposição de um modelo neoliberal autoritário, conforme discutido por Saad e Boffo (2021), parece fortalecer a convergência entre a ideologia neoliberal e o autoritarismo, proporcionando uma perspectiva adicional sobre a natureza complexa dessas relações (Teo, 2018).

Sobre a relação com a dimensão global da crença no mundo justo, os termos para comparação são diferentes, pois o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social são traços disposicionais, que compreendem objetivos motivacionais e preferências, por exemplo, que refletem visões de mundo (Osborne et al., 2023). A crença no mundo justo está relacionada com o

alívio da dissonância cognitiva diante de injustiças, sendo um mecanismo psicológico adaptativo de defesa, baseado situacionalmente (Hafer & Rubel, 2015; Lerner, 1980) Em última análise, essas descobertas sustentam a compreensão de que as crenças neoliberais não apenas se relacionam com outras perspectivas políticas, mas também possuem características distintivas que influenciam suas interações com diferentes elementos ideológicos. Essa abordagem multifacetada enriquece a compreensão das crenças neoliberais e suas implicações nas dinâmicas sociais e políticas.

Destaca-se que os achados revelam a replicabilidade do Inventário de Crenças Neoliberais, com evidências de precisão e de validade convergente satisfatórias para o Brasil. Entretanto, com a finalidade de buscar resultados mais robusto e replicar a estrutura fatorial encontrada no Estudo 1, foi realizado um segundo estudo para investigar evidências de precisão e de validade de construto do ICN em uma nova amostra e, adicionalmente, obter evidências de validade preditiva e de critério entre grupos políticos, visando fortalecer a validade e a generalização do ICN.

No Estudo 2, foram realizadas análises fatoriais confirmatórias do ICN para identificar a estrutura fatorial mais adequada e foram demonstradas evidências de precisão de construto, de validade de predição do ICN nas atitudes frente à arma de fogo e de critério entre grupos políticos. Assim como no primeiro estudo, o segundo estudo identificou associações entre crenças neoliberais, a autoidentificação ideológica simbólica e a orientação política. Ao analisar os fatores individualmente, foi identificado que apenas o fator Meritocracia demonstrou consistência e estabilidade com o fator proposto originalmente (Bay-Cheng, 2015). Isso também foi observado na adaptação e investigação de evidências de validade e precisão em outros contextos culturais, como em Hong Kong, na Índia (Beattie et al., 2019), na Espanha (Vazquez et al., 2022) e na França (Girerd & Bonnot, 2020), para além do contexto estadunidense, em que o ICN foi desenvolvido e proposto. Nesse sentido, os achados indicam que a meritocracia parece ser uma dimensão transculturalmente presente nas sociedades. É possível que a apropriação que as pessoas fazem do neoliberalismo funcione como uma representação social, com o núcleo central das crenças neoliberais sendo composto pela meritocracia, com os seus outros fatores constituindo associações periféricas mais

maleáveis e contextualmente mutáveis (Abric, 2001; Moscovici, 1998). Por exemplo, países podem variar na lógica de políticas de proteção social e nos níveis de desigualdades, o que pode modular a aceitação das desigualdades, a percepção da competição como natural e oposição às políticas de bem-estar social do governo.

Além disso, existem variáveis relevantes que têm apresentado associação com as crenças neoliberais, sendo uma sugestão para investigações em estudos futuros, para além dos achados das crenças neoliberais em atitudes mais favoráveis frente à arma de fogo. Entre essas variáveis, podem ser destacadas as atitudes sobre o acesso ao aborto legal, o *locus* de controle interno (vs. externo), o sentimento de agência pessoal (vs. ambiental), o mito da aceitação do estupro, a identificação feminista, uma menor intenção de se envolver em uma ação coletiva na defesa de direitos sociais, bem como uma maior oposição às políticas de bem-estar social financiadas pelo governo (Beattie et al., 2019; Card & Hepburn, 2023; Ginn et al., 2022; Zucker & Bay-Cheng, 2021). Ainda podem ser observadas manifestações severas das crenças neoliberais, como com o sentimento de desconexão com os outros, sentimento de solidão, discriminação contra grupos minoritários e ideias suicidas (Dutt & Kohfeldt, 2019; Eskin & Baydar, 2022; Vazquez et al., 2022). Estudos futuros podem contribuir para uma maior compreensão dos fenômenos supracitados.

Considerações Finais

Partindo da premissa de que as crenças neoliberais abrangem diferentes aspectos relacionados à economia e à sociedade, e considerando a diversidade cultural brasileira, foi adaptado para o Brasil um instrumento que visa mensurar crenças neoliberais. A ordem neoliberal é de que as pessoas devem competir, supostamente, de forma justa e legítima, como algo natural da sociedade, e que as hierarquias sociais vigentes são resultadas dessa competição, em termos meritocráticos (Beattie & Chiu, 2019; Hartwitch, 2009; Harvey, 2005).

Considerando os níveis de desigualdades no país (Bettache et al., 2020; Campos & Junior, 2021; Saad-Filho, 2021), o endosso da ideologia neoliberal tem impactos corrosivos. Destaca-se a relevância da adaptação e investigação de evidências de validade do ICN para o Brasil, uma vez que

o neoliberalismo é construto complexo, multifacetado e, até mesmo, contraditório, como a ideologia neoliberal (Ginn et al., 2022), o que contribui com o avanço do conhecimento a respeito da ideologia neoliberal no território brasileiro. Tendo isso em vista, este estudo fornece evidências de precisão e validade do Inventário de Crenças Neoliberais para investigação das ramificações, manifestações e consequências do endosso da ideologia neoliberal. A solução fatorial proposta, com 19 itens, demonstrou índices excelentes de ajuste e ótimos índices de confiabilidade. Assim sendo, o presente capítulo apresenta evidências de precisão e de validade satisfatórias. Os achados demonstram a adequação do ICN, a partir de sua solução final proposta, com 19 itens, para ser utilizado no Brasil.

Ação Coletiva e Políticas Públicas: Efeitos das Crenças Neoliberais e da Ideologia Política

As ações coletivas populares no período dos anos 1980, centradas em uma posição contra o poder das elites vigentes, desempenharam um importante papel na criação e desenvolvimento da Constituição Federal de 1988 (CF de 88) e na conquista de direitos sociais e trabalhistas (Ricci, 2021). Entretanto, desde a década de 1990, tem sido observado no país que a participação política e “democrática” tende a se restringir, basicamente, ao voto (Campos, 2020).

Desde então, o modelo de democracia e cidadania proposto na época da promulgação da CF de 88 não se concretizou de fato para toda população, e o país segue apresentando um modelo de sociedade que não prioriza a igualdade entre os grupos sociais (Silva, 2021). Além disso, os anos 2014 e 2015 apresentaram uma outra feição às ações coletivas no Brasil, com a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, que culminaram com a destituição da ex-presidente Dilma do Partido dos Trabalhadores (Avila, 2022). Destaca-se a presença no país de uma base de extrema-direita contrária aos direitos humanos (Galli & Modesto, 2023) e com ênfase no nacionalismo, no sectarismo religioso e na discriminação racial e de gênero (Saad-Filho & Boffo, 2021).

Assim, a partir de 2016, os anos seguintes acompanharam uma agenda neoliberal de austeridade fiscal radical, com cortes em investimentos públicos nas políticas de proteção social, como as que visam garantir acesso à moradia, saúde e educação, a redução de direitos trabalhistas, com uma crescente taxa de trabalho informal e precarizado, e o enfraquecimento de conselhos gestores de políticas públicas, em um sentido de extinção da participação social (Magnano & Martins; 2023; Milhorange, 2021; Riggirozzi, 2020; Santana et al., 2018; Souza & Hoff, 2019). Todavia, apesar da adoção de políticas neoliberais, o Brasil é um país considerado aspiracional ao neoliberalismo, diferentemente de uma sociedade prototípica neoliberal, por apresentar baixa liberdade econômica e baixo Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa, mas alto índice de pessoas com a crença na meritocracia, uma taxa moderada de crescimento do PIB e altos níveis de desigualdades econômicas (Bettache et al., 2020). Contudo, desde então, o modelo de sociedade implementado, neoliberal e com tendências autoritárias, resultou em um retrocesso sem precedentes nos direitos

conquistados na CF de 88, enfraquecendo e desmantelando sistematicamente políticas públicas com o foco na proteção de populações vulneráveis e na reparação de desigualdades, como o Sistema Único de Saúde, as ações afirmativas e os programas de transferência de renda (Milhorce, 2022).

O Sistema Único de Saúde é um serviço nacional que tem como premissa que o Estado deve garantir o acesso à saúde universal e integral, tendo como princípios organizativos a participação e o controle social (Agostini & Castro, 2019). Entende-se políticas de ações afirmativas como o alocamento de recursos em benefício de grupos sociais historicamente marginalizados e/ou estigmatizados, objetivando reparações históricas a esses grupos ao promover a participação destes no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, entre outros (Machado & Andrade, 2021). E os programas de transferência de renda desempenham um importante papel na melhoria da qualidade de vida, particularmente importante para trabalhadores informais, mas que também apoiam o aumento do consumo e a expansão do mercado interno (Andrade, 2020). O Bolsa Família, por exemplo, é um programa de transferência de renda que possui condicionalidades com o objetivo de reparar desigualdades de renda, educacionais e de saúde, além de má nutrição, principalmente de famílias em pobreza extrema (Neves et al., 2020). De todo modo, cabe ainda ressaltar que o avanço da extrema direita revelou o ambiente de intensa polarização política no país, em que a preservação ou não das políticas mencionadas se tornou o foco dos debates (Agostini & Castro; Milhorce et al., 2021; Putzel, 2020).

Diante do exposto, ressalta-se que o modelo neoliberal pressupõe que qualquer instituição não mercantil se ajuste ao livre-mercado (Bettache et al., 2020). Assim, o neoliberalismo coloniza todas as áreas da vida, modulando as pessoas à uma visão empresarial de si e da sociedade (Teo, 2018). Ademais, diante de injustiças sociais estruturais, a ideologia conservadora e as formas de conservadorismo, como o neoliberalismo, autoritarismo e dominância social, possuem uma função paliativa que aliviam desconfortos das injustiças e são entendidas enquanto ideologias justificadoras do sistema (Azevedo et al., 2019; Napier et al., 2020). No entanto, o endosso de ideologias

justificadoras do sistema tende a reduzir as intenções de participar de ações coletivas na defesa de direitos sociais e de políticas públicas de proteção social (Rothmund et al., 2016).

Diante de um contexto brasileiro com diversas adversidades e desigualdades presentes, a ausência de uma transformação social condicionada à equidade entre os grupos pode ser explicada pela ideologia política, como cognição social motivada (Jost, 2021), e pelas manifestações do neoliberalismo, por meio de crenças neoliberais. Isto posto, o objetivo deste estudo foi o de testar um modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas públicas que visam o bem-estar social e a reparação de desigualdades, especificamente foram consideradas as intenções de ações coletivas em defesa do Sistema Único de Saúde, de Ações Afirmativas (cotas raciais e sociais na universidade) e dos Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família).

Ação Coletiva, Neoliberalismo e Ideologia Política

A participação em ações coletiva envolve a percepção de injustiça entre grupos, uma identidade compartilhada com o grupo que sofre a injustiça e o sentimento de eficácia do grupo (Van Zomeren et al., 2008). Contudo, membros de grupos em desvantagem podem compreender as relações sociais, as hierarquias grupais, as instituições presentes e as desigualdades como legítimas e estáveis (Hennes et al., 2012; Jost, 2017).

Inclusive, membros de grupos em desvantagem, como pessoas pobres e estigmatizadas socialmente, podem expressar que as desvantagens sociais e econômicas, as desventuras e os infortúnios são consequências merecidas e justas, de modo meritocrático (Nappier et al., 2020). Não à toa, pessoas com maiores níveis de conservadorismo apresentam maiores níveis de satisfação com a vida em comparação com progressistas, enquanto ativistas políticos apresentam maiores índices de burnout e estresse (Jost et al., 2017a). Isso posto, cidadãos podem legitimar um sistema social estável, como o capitalismo global, por mais que por meio de crenças que favoreçam a própria opressão (Azevedo et al., 2019; Jost, 2003).

Ideologias são visões de mundo, que ajudam a interpretar e descrever o mundo, a natureza humana e acontecimentos históricos, que se associam com a percepção de meios aceitáveis para

concretizar ideais culturais, sociais, econômicos e políticos (Jost et al., 2009). Apesar disso, atualmente, o apoio ao capitalismo *laissez-faire* e a oposição às políticas de bem-estar social são aspectos centrais do modo de pensamento conservador e neoliberal (Azevedo et al., 2019). Evidências têm apontado que as crenças neoliberais se associam positivamente com uma ideologia política mais conservadora (Beattie et al., 2019).

Isso pode ser explicado porque, ao mesmo tempo em que é observada uma recente intensificação da erosão de serviços sociais públicos e da precarização de condições no trabalho, a implementação de práticas e políticas neoliberais auxilia tende a proporcionar com que as pessoas se adequem à uma visão individualista associada ao empreendedorismo, se tornando as únicas responsáveis por si, o tende a legitimar e justificar a condição, estruturalmente injusta, de grupos pobres e marginalizados (Bettache et al., 2020; Teo, 2018). O endosso da ideologia neoliberal tem sido associado ao narcisismo, uma maior preferência por hierarquias grupais e desigualdades socioeconômicas, em que as pessoas apresentam maior foco no autodesenvolvimento em sociedades hierarquizadas, o que compromete qualquer noção de manutenção das relações sociais e da coletividade (Beattie et al., 2019). Nesse sentido, destaca-se que a ideologia possui uma superestrutura discursiva, que é construída socialmente (Jost et al., 2009).

No entanto, a ideologia também pode ser pensada a partir de uma subestrutura motivacional (Jost, 2021), que apresenta traços ou estilos de processamento cognitivo. O apoio ao capitalismo *laissez-faire* e a oposição às políticas de bem-estar social, correspondem a interesses psicológicos que operam como objetivos motivacionais – isto é, a resistência à mudança e a aceitação das desigualdades (Azevedo et al., 2019). Tais objetivos motivacionais se relacionam, respectivamente, com o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social (Jost et al., 2009). O autoritarismo e a dominância social compõem o Modelo de Processamento Cognitivo Dual da Ideologia e do Preconceito e podem ser entendidos enquanto traços disposicionais centrais no processamento cognitivo de informações, mas que também podem ser manifestados em atitudes sociopolíticas (Duckitt, 2001).

O autoritarismo de direita parte da crença de que o mundo é um lugar perigoso, instável e imprevisível, e, portanto, deve existir um controle social coercitivo, com ênfase na ordem, endosso de práticas autoritárias, submissão às autoridades, conformidade às normas sociais dominantes, e punição aos que violam tais normas (Altemeyer, 1988), enquanto a orientação à dominância social parte da crença de que o mundo é um lugar selvagem e competitivo, em que apenas os mais fortes vencem, apresentando maior preferência por sociedades com hierarquias grupais desiguais e ênfase no poder, na dominância e na superioridade (Pratto et al., 1994). Ambas as visões de mundo operam em consonância como heurísticas centrais que moldam o processamento de informações, o que tende a proporcionar preferências extremistas e coercitivas, explicando a ideologia política conservadora e o preconceito contra grupos estigmatizados (Osborne et al., 2023).

Vale destacar que o autoritarismo de direita foi proposto teoricamente com três dimensões, que são: o autoritarismo, a submissão à autoridade e tradicionalismo (Altemeyer, 1988). Contudo, no Brasil, o autoritarismo se manifesta também por um contra-traço, opositor à obediência à autoridade, nomeado enquanto contestação à autoridade, que pode ser explicado diante da submissão seletiva a determinadas autoridades, tanto como a contestação e mobilização seletiva contra determinadas autoridades, pelo fato do país ser definido enquanto um contexto politicamente instável, pela alta probabilidade de ocorrer manifestações violentas, conflitos armados e transições de poder desordenadas, por exemplo (Vilanova et al., 2023).

A exemplo da contestação seletiva, as mobilizações de extrema-direita, desde 2013, favoreceram a destituição de Dilma, em 2016, para além da consideração do posicionamento de membros importantes do Congresso Nacional, da mídia e do Sistema Judiciário, entretanto, mesmo com Temer apresentando uma baixa popularidade, foram as mesmas mobilizações que apoiaram Temer e defenderam a eleição de Bolsonaro, atendendo a imposição de um modelo de neoliberalismo autoritário, com políticas de “austeridade fiscal”, que incluem cortes em políticas de seguridade social e direitos sociais (Saad-Filho, 2020; Saad-Filho & Boffo, 2021). Isto posto, perante o contexto de instabilidade política, bem como de mudanças abruptas de governo e de leis,

autoritários de direita não devem considerar uma submissão acrítica às autoridades vigentes, o que pode explicar a maleabilidade da contestação e obediência à autoridade no Brasil (Vilanova et al., 2023). Diante de questões salientes para grupos políticos de direita, que apresentem ameaças às normas sociais dominantes e ao controle social coercitivo, membros desses grupos tendem a se engajar em ações coletivas na defesa e no reforço do *status quo* (Choma et al., 2020).

Apesar disso, a adesão do autoritarismo de direita e da orientação à dominância social satisfazem necessidade psicológicas precedentes, que são motivações relacionadas à previsibilidade, ordem, certeza, segurança, proteção e pertencimento social (Jost et al., 2009; Jost et al., 2017a). Assim, algumas motivações podem contribuir com uma melhor compreensão para o modelo proposto. De acordo com a Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada (Jost et al., 2018), o endosso de formas de conservadorismo, relacionadas ao autoritarismo de direita e a orientação à dominância social, é explicado pela presença de motivações psicológicas antecedentes, de natureza epistêmica, existencial e relacional (Jost et al., 2003).

As motivações epistêmicas capturam necessidades de redução da imprevisibilidade e da incerteza (Jost et al., 2017a). Por exemplo, o dogmatismo é entendido enquanto um traço disposicional que compreende uma mente fechada (vs. aberta), o que tende a tornar as pessoas com maiores níveis de dogmatismo em pessoas mais rígidas e inflexíveis frente a novas ideias (Rokeach, 1960; Shearman & Levine). Ainda sobre as motivações epistêmicas, o fechamento cognitivo, por outro lado, se refere ao processo de tomada de decisão, tendo em vista a presença de uma maior necessidade de possuir uma informação ou conhecimento estável, mantendo o fechamento para outras perspectivas, com a finalidade de evitar a presença de informações que conduzam à ambiguidade (Roets & Hiel, 2011; Kruglanski, 1990).

As motivações existenciais capturam necessidades de segurança e proteção, destacando-se a visão de um mundo perigoso, em que se impera o mal e a violência (Duckitt, 2001). A percepção em um mundo perigoso é uma motivação existencial que apresenta o objetivo motivacional de garantir uma segurança coletiva e estabilidade nas relações sociais, a partir de dinâmicas autoritárias

e coercitivas para a manutenção da ordem social tradicional (Osborne, 2023). Inclusive, existem associações da exposição de ameaças, como situações de terrorismo, com o aumento na aprovação de líderes conservadores (Jost & Amodio, 2012). Em conjunto, as motivações epistêmicas e existenciais apresentam ressonâncias que auxiliam a lidar com incertezas e ameaças, respectivamente, explicando uma maior preferência pela manutenção da “tradição” e da hierarquia, além de uma maior legitimação das desigualdades associadas às hierarquias sociais (Jost et al., 2017b).

Por fim, as motivações relacionais capturam necessidades de conformidade social, a partir da influência social dos grupos de referência e das normas sociais, tanto como a necessidade de compartilhar a realidade com outros membros do endogrupo, promovendo uma maior percepção de consenso (Jost et al., 2008; Stern et al., 2014). O pertencimento social é fundamental para pessoas que apresentam maiores níveis de motivações relacionais, a ponto de aumentar tendências de justificação do sistema quando as pessoas experienciam a exclusão social (Jost, 2019). O desejo de compartilhar a realidade pode possivelmente servir como função para satisfazer motivações epistêmicas e existenciais, à medida em que favorecem a presença de uma “câmara de eco” ao compartilhar a realidade com a corrente convencional, ou dominante, em uma sociedade, mas que tende a conduzir desproporcionalmente à justificação do sistema, uma vez que a maior parte de uma sociedade “convencional” tende a endossar crenças justificadoras do sistema (Jost et al. 2018; Jost, 2021).

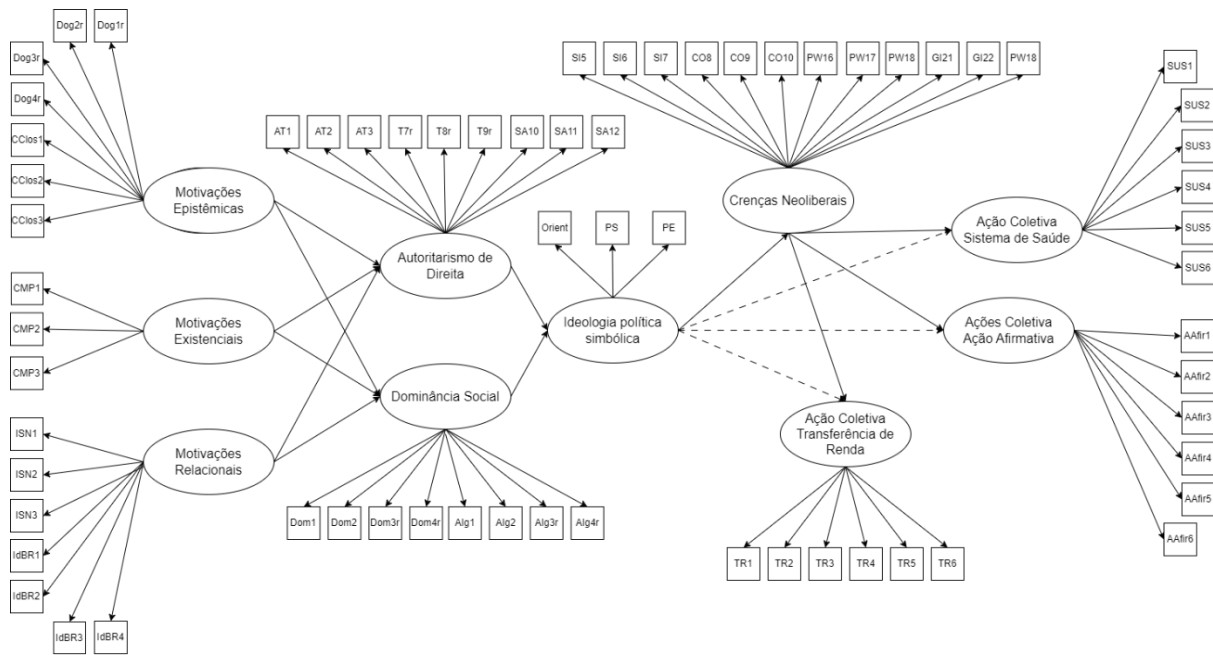
Nessa direção, formas de conservadorismo tendem a apresentar tendências de defesa e reforço do *status quo*, pela presença de motivações psicológicas, além de uma redução na participação social em defesa de direitos sociais para a reparação de desigualdades (Rothmund, 2016). Como proposto por Jost (2021), na Teoria da Ideologia como Cognição Social Motivada (Jost, 2021), as motivações psicológicas tendem a prever o aumento do autoritarismo de direita e da orientação à dominância social, referentes à subestrutura motivacional, que, em conjunto, preveem o endosso da ideologia política conservadora. Tal relação também é coerente como no Modelo Dual

da Ideologia e do Preconceito (Duckitt & Sibley, 2017). De todo modo, o endosso de uma superestrutura discursiva apresenta importantes consequências, em termos políticos e sociais (Jost et al., 2009). Assim sendo, pode ser que, no Brasil, uma menor intenção de participar de ações coletivas para defesa de políticas do sistema de proteção social pode estar relacionada com um maior endosso do conservadorismo político. Aliás, o efeito das ideologias políticas conservadoras nas ações coletivas para defesa das políticas públicas pode ser mediado pelas crenças neoliberais, uma vez que essas crenças podem ser utilizadas como fatores justificadores e de racionalização para a oposição a tais ações por parte dos conservadores.

Desse modo, o objetivo deste estudo foi o de testar um modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas públicas (Sistema Único de Saúde, ações afirmativas e programas de transferência de renda). Para o modelo estrutural proposto, foram elaboradas as hipóteses de que: as motivações epistêmicas, existenciais e relacionais irão predizer maiores níveis de autoritarismo de direita (H1a, H1b e H1c, respectivamente) e de orientação à dominância social (H2a, H2b, H2c, respectivamente). Maiores níveis de autoritarismo de direita (H3a) e de dominância social (H3b) irão predizer a uma maior autoidentificação ideológica simbólica conservadora, que, por sua vez, irá predizer uma maior adesão de crenças neoliberais (H4), o que irá predizer uma menor intenção de se engajar em ação coletiva na defesa das políticas públicas (H5), considerando o Sistema Único de Saúde (H5a), Ações Afirmativas (H5b) e Transferência de Renda (H5c). Também foi formulada a hipótese de que (H6) as crenças neoliberais mediarão a relação entre ideologia política e ação coletiva. O modelo estrutural proposto pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4

Modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas pública



Método

Participantes

Considerando as variáveis latentes e observáveis no modelo estrutural proposto, uma análise de poder *a priori* indicou que eram recomendados 400 participantes para a estrutura do modelo, mas pelo menos 190 participantes, para detectar um tamanho de efeito médio ($r = 0,30$), considerando um nível de $\alpha = 0,05$ e um poder de 80% (Soper, 2020). A amostra final foi composta por 567 participantes, com idade média de 37,77 (DP = 16,02), que variaram entre 18 e 77 anos. A maioria dos participantes indicou ser do gênero feminino (74,4%), de orientação heterossexual (71,8%), de identidade étnico-racial branca (52,2%), de classe social média baixa (37,7%), com o ensino superior incompleto (33,9%), sem religião (40,07%), do Distrito Federal (39,30%), tendo como ocupação a de estudante (29,1%) e de esquerda (41,4%).

Instrumentos

Para mensurar as motivações epistêmicas foi utilizada uma medida com quatro itens para mensurar os níveis de Dogmatismo (Shearman & Levine, 2006; $\alpha = 0,82$; $\omega = 0,84$) e uma medida com três itens para mensurar os níveis de Fechamento Cognitivo (Roets et al., 2011; $\alpha = 0,58$; $\omega =$

0,59). A medida de motivações epistêmicas (Anexo J) apresentou índices de confiabilidade satisfatórios ($\alpha = 0,74$; $\omega = 0,81$). Na análise de consistência interna, foi identificado que a remoção do segundo item de fechamento cognitivo melhoraria o índice geral da medida, mas foi decidido manter ao menos três itens por construto. Ademais, uma análise fatorial da medida demonstrou uma estrutura com dois fatores e ótimos índices de ajuste (CFI = 0,99; TLI = 0,98; RMSEA = 0,070 IC de 95% [0,044; 0,097]; SRMR = 0,017), com variância explicada de 59%. Os itens para as motivações epistêmicas foram respondidos de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Também foi adaptada uma medida para avaliar as motivações relacionais. Para as motivações relacionais, os participantes responderam três itens sobre suscetibilidade à influência social normativa (Stöckli & Hofer, 2020; $\alpha = 0,81$; $\omega = 0,81$) e quatro itens sobre identificação positiva com os brasileiros (Souza et al. 2019; $\alpha = 0,93$; $\omega = 0,93$). A medida de motivações relacionais (Anexo K) apresentou bons índices de confiabilidade ($\alpha = 0,80$; $\omega = 0,87$). Uma análise fatorial desta medida indicou, assim como na medida de motivações epistêmicas, uma estrutura com dois fatores e ótimos índices de ajuste (CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,023 IC de 95% [0,000; 0,057]; SRMR = 0,005), com variância explicada de 79%. Os itens de influência social normativa foram respondidos de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) e os de identificação social de 1 (Discordo Totalmente) a 7 (Concordo Totalmente). Para a resposta dos itens da medida de identificação, os participantes responderam um item dicotômico de pré-seleção, em que indicaram se eram brasileiros ou não.

Para mensurar as motivações existenciais, foram utilizados apenas três itens da Escala de Percepção de um Mundo Perigoso (Duckitt, 2001). A medida para as motivações existenciais (Anexo L) apresentou bons índices de consistência interna ($\alpha = 0,86$; $\omega = 0,87$). Participantes responderam os itens de motivações existenciais em escalas de 1 (Discordo Totalmente) a 7 (Concordo Totalmente).

Uma medida reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita foi utilizada para avaliar os níveis de autoritarismo de direita (Duckitt et al., 2010; Vilanova et al., 2018). Foram selecionados os três itens com as maiores cargas fatoriais no estudo original de adaptação e da investigação de

evidências de validade de construto para o Brasil. A escala é composta por quatro fatores: Autoritarismo ($\alpha = 0,88$; $\omega = 0,88$), Contestação à Autoridade ($\alpha = 0,82$; $\omega = 0,83$), Tradicionalismo ($\alpha = 0,72$; $\omega = 0,73$) e Submissão à Autoridade ($\alpha = 0,70$; $\omega = 0,76$). Os índices de consistência interna da medida de autoritarismo de direita foram satisfatórios ($\alpha = 0,76$; $\omega = 0,84$), entretanto, os itens de Contestação à Autoridade estavam prejudicando a estrutura do modelo. Foram observadas correlações negativas de dois itens do fator Contestação à Autoridade com a medida total. Este fator, que representa um contra-traço, não é estável no cenário político brasileiro, uma vez que as pessoas de direita não são submissas a qualquer autoridade indistintamente (Vilanova et al., 2023). Assim, optamos por manter os três fatores relacionados ao construto de interesse, sendo o autoritarismo, o tradicionalismo e a submissão, totalizando uma medida com 9 itens. A medida final apresentou bons índices de consistência interna ($\alpha = 0,80$; $\omega = 0,87$). Uma análise fatorial foi realizada para a medida de autoritarismo de direita, com 9 itens e três fatores (autoritarismo, tradicionalismo e submissão), como proposto originalmente (Altemeyer, 1988; Duckitt, 2001), demonstrando índices satisfatórios de ajuste (CFI = 0,98; TLI = 0,95; RMSEA = 0,094 IC de 95% [0,074; 0,115]; SRMR = 0,015) e variância explicada de 73%. Participantes responderam os itens em escalas de cinco pontos, sendo 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Para avaliar a orientação à dominância social, foi utilizada a Escala de Orientação à Dominância Social (Pratto et al., 1994), versão reduzida, adaptada e com evidências de validade para o contexto brasileiro (Vilanova et al., 2020b). A medida apresentou bons índices de consistência interna para o presente estudo ($\alpha = 0,80$; $\omega = 0,79$). Mas apresentou índices inferiores para os fatores separadamente, sendo: Dominância Social ($\alpha = 0,78$; $\omega = 0,76$) e Anti-Igualitarismo ($\alpha = 0,68$; $\omega = 0,66$). Os itens foram respondidos em escalas de 1 (Discordo Totalmente) a 7 (Concordo Totalmente).

Foi utilizada uma medida reduzida para mensurar níveis de crenças neoliberais, a partir do Inventário de Crenças Neoliberais (ICN; Bay-Cheng et al., 2015), adaptado e com evidências de validade. Foram selecionados para a presente pesquisa três itens, por fator, com as maiores

contribuições para o fator geral (Crenças Neoliberais) do instrumento, de acordo com a estrutura bifatorial encontrada no Estudo 2, totalizando 12 itens. As medidas reduzidas apresentaram bons índices de confiabilidade para mensurar crenças neoliberais ($\alpha = 0,93$; $\omega = 0,94$), bem como para as quatro dimensões presentes: Aceitação das Desigualdades ($\alpha = 0,85$; $\omega = 0,85$), Competição Natural ($\alpha = 0,83$; $\omega = 0,84$), Meritocracia ($\alpha = 0,83$; $\omega = 0,84$) e Oposição às Interferências do Governo ($\alpha = 0,86$; $\omega = 0,86$). Uma análise fatorial para a medida reduzida do ICN apresentou ótimos índices de ajuste (CFI = 0,99; TLI = 0,98; RMSEA = 0,031 IC de 95% [0,022; 0,040]; SRMR = 0,023). Os itens foram respondidos em escalas de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente).

Para mensurar a autoidentificação ideológica simbólica (Anexo M), foi utilizada uma medida adaptada do estudo de Azevedo et al. (2019), com três itens. No primeiro item, as pessoas indicaram a orientação política em uma escala de 1 (Esquerda) a 5 (Direita). No segundo item, os participantes indicaram o quanto eram a favor ou contra de pautas sociais e culturais progressistas e, no terceiro, indicaram o quanto eram a favor ou contra de pautas econômicas liberais. Algumas pautas foram selecionadas com base no estudo de Alves & Porto (2022), contando com seis pautas sociais (como, por exemplo, “adoção entre pessoas do mesmo sexo”, “direitos para grupos minoritários” e “separação da igreja do Estado”) e quatro pautas econômicas (como, por exemplo, “menor interferência do Governo Federal nas atividades econômicas e nos acordos entre empregadores e empregados” e “apoio a privatizações”). Os itens sobre as pautas foram respondidos em escalas de cinco pontos, sendo de 1 (Totalmente contra) a 5 (Totalmente a favor). A medida de autoidentificação ideológica simbólica apresentou índices de consistência interna satisfatórios ($\alpha = 0,76$; $\omega = 0,77$).

Para mensurar a intenção de se envolver em uma ação coletiva, considerando a defesa do Sistema Único de Saúde, Ações Afirmativas e Programas de Transferência de Renda, foram desenvolvidas três medidas, com base em estudos anteriores (Lantos et al., 2020; Moskalenko & McCauley 2009; Tausch et al 2011; Van Zomeren 2004). Neste sentido, cada medida foi composta por seis itens, cada um com uma ação coletiva (como, por exemplo, “Assinar uma petição em

defesa...”, “Participar de uma manifestação de rua em defesa...” e “Me associar a uma organização que luta em defesa...”), tendo em vista que o conteúdo relacionado à ação coletiva foi mantido, com uma alteração apenas no final de cada item, em que era identificada a política pública de interesse (como, por exemplo, “Participar de uma manifestação de rua em defesa das políticas de transferência de renda”). Para a medida de ações afirmativas, foi incluído como exemplo de política as “cotas sociais e raciais nas universidades”. Para a medida de transferência de renda, foi incluído o programa “Bolsa família” como exemplo. As medidas apresentaram ótimos índices de consistência interna: Sistema Único de Saúde ($\alpha = 0,83$; $\omega = 0,85$; Anexo G); Ações Afirmativas ($\alpha = 0,90$; $\omega = 0,91$; Anexo H); Programas de Transferência de Renda ($\alpha = 0,91$; $\omega = 0,91$; Anexo I). Os participantes responderam às medidas de intenção em escalas de 1 (Muito improvável) a 5 (Muito provável).

Foi utilizada uma medida de atenção devido ao grande número de itens no questionário. Neste sentido, os participantes eram orientados a escolher a opção número quatro (4) entre cinco pontos de resposta, sendo de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente). Também foi utilizado um questionário sociodemográfico. No questionário sociodemográfico, os participantes indicaram a idade, o gênero, a orientação sexual, identidade étnico-racial, o Estado de residência, a classe social subjetiva, a escolaridade, a ocupação e a religião.

Procedimento

Um questionário foi elaborado por meio da plataforma *Survey Monkey*, sendo divulgado por mídias sociais e e-mails, de modo on-line. Inicialmente, o participante leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordou com o termo para prosseguir no preenchimento do questionário, respondendo, assim, o questionário sociodemográfico. Em seguida, os participantes responderam o Inventário de Crenças Neoliberais, a medida para avaliar o autoritarismo de direita, a escala de orientação à dominância social. Após responderem as medidas mencionadas, responderam as medidas de ação coletiva. As três medidas, como variáveis dependentes, foram aleatorizadas entre os participantes para reduzir o efeito de ordem (Sansone et al., 2008). Antes de finalizar o preenchimento do questionário, os participantes responderam as medidas de motivações

epistêmicas, relacionais, existenciais e a medida de autoidentificação ideológica simbólica. A medida de atenção foi incluída no meio do questionário, especificamente na seção em que os participantes responderam a medida de motivações epistêmicas. As pessoas que receberam a pesquisa foram convidadas a compartilhar o questionário com pessoas próximas.

Análises de Dados

Para as análises de dados foram utilizados os Softwares R, versão 4.3.2, e RStudio versão 2023.06.1, com os pacotes *dplyr* (Wickham et al., 2023), *lavaan* (Rosseel, 2012), *psych* (Revelle, 2023), *car* (Fox & Weisberg, 2019) e *effectsize* (Ben-Shachar et al., 2020). Em primeiro lugar, foram excluídos os participantes fora dos critérios de inclusão (menores de 18 anos) e os participantes que não responderam adequadamente à medida de atenção. Logo após, com a amostra final, foram analisados os índices de consistência interna das medidas utilizadas. Foram realizadas análises fatoriais exploratórias para as medidas de motivações epistêmicas, de motivações relacionais, de autoritarismo de direita e de crenças neoliberais, tendo em vista a adaptação das medidas para o presente estudo.

Foi realizado o teste do modelo explicativo para engajamento na defesa de políticas públicas, de acordo com o apresentado na Figura 4. Para testar o modelo proposto, foram agrupados o dogmatismo e o fechamento cognitivo em uma variável latente (motivações epistêmicas) e a suscetibilidade à influência social normativa e a identificação com os brasileiros em uma outra variável latente (motivações relacionais). O estimador utilizado foi o *DWLS*, menos enviesado e mais robusto para a complexidade do modelo, bem como para dados ordinais. Adicionalmente, foram avaliados os índices de ajustes do modelo, as cargas fatoriais das variáveis latentes e os coeficientes de regressão do modelo. Por motivos exploratórios, foram testados modelos explicativos em que o fator geral (Crenças Neoliberais) foi substituído por cada fator específico do ICN, utilizando os itens que apresentaram melhor contribuição em cada domínio específico do construto.

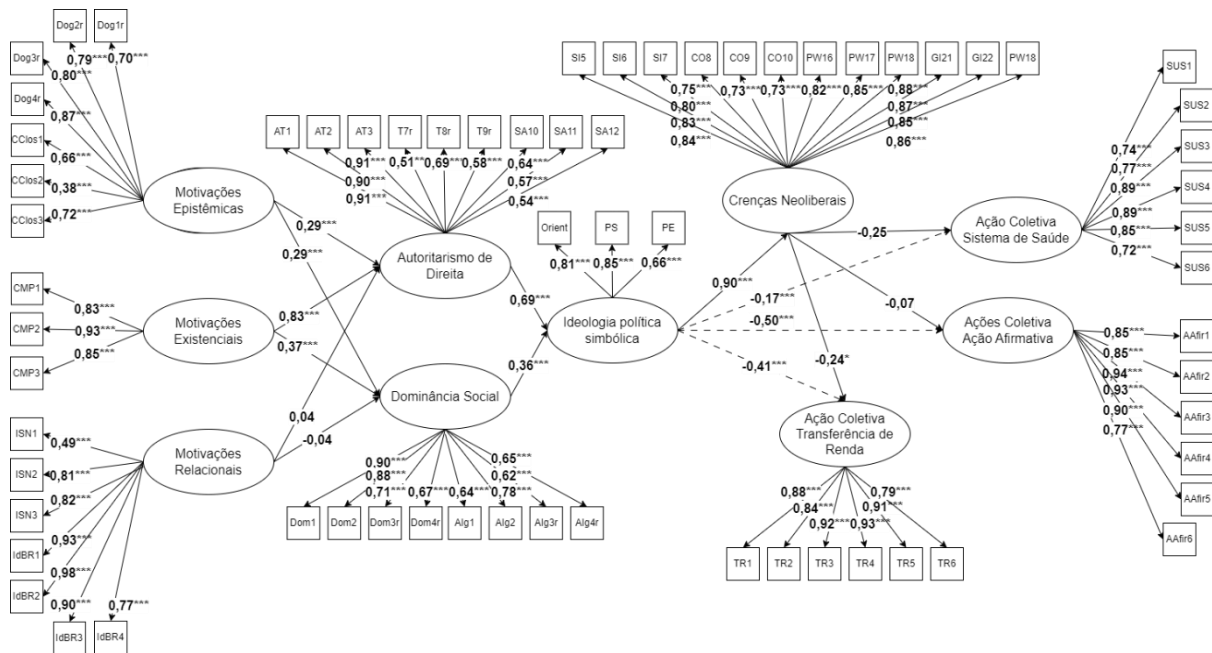
Resultados

Os achados demonstraram fortes contribuições dos construtos no modelo. De modo geral, o modelo apresentou índices de ajuste satisfatórios (CFI = 0,91; TLI = 0,91; RMSEA = 0,066 IC de 95% [0,064; 0,068]; SRMR = 0,11). Os resultados do modelo demonstraram que as motivações epistêmicas e existenciais predizem o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social, corroborando as hipóteses H1a, H2a, H1b e H2b. As motivações relacionais não predisseram o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social, rejeitando as hipóteses H1c e H2c. Ainda, o autoritarismo e a dominância social predizem uma autoidentificação ideológica simbólica conservadora, mais à direita, corroborando as hipóteses H3a e H3b. Também foi observado que quanto mais conservadora a autoidentificação ideológica simbólica, maiores os níveis de crenças neoliberais, corroborando a hipótese H4. Por sua vez, quanto maiores os níveis de crenças neoliberais, menor é a intenção de se envolver na defesa de programas de transferência de renda, apenas, corroborando a hipótese H5c.

Para as demais medidas de ação coletiva, a intenção de se engajar em uma ação coletiva para defesa do sistema de saúde não foi explicada pelas crenças neoliberais, nem pela ideologia política simbólica, rejeitando a hipótese H5a. A intenção de participar de uma ação coletiva na defesa de políticas de ações afirmativas foi explicada somente pela ideologia política, rejeitando a hipótese H5b. A hipótese H6 foi parcialmente corroborada, uma vez que as crenças neoliberais apenas mediaram, parcialmente, a ideologia política simbólica e a intenção de participar de ações coletivas na defesa de programas de transferência de renda. O modelo testado pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 5

Cargas fatoriais do modelo estrutural testado



Adicionalmente, os resultados detalhados para os caminhos do modelo podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6

Parâmetros do modelo estrutural explicativo de ação coletiva

Construto	B	EP	b	p	R ²
Autoritarismo de Direita					0,79
Motivações Epistêmicas	0,38	0,05	0,29	< 0,001	
Motivações Relacionais	0,07	0,06	0,04	0,202	
Motivações Existenciais	0,92	0,03	0,83	< 0,001	
Dominância Social					0,23
Motivações Epistêmicas	0,37	0,06	0,29	< 0,001	
Motivações Relacionais	-0,07	0,07	-0,04	0,335	
Motivações Existenciais	0,41	0,04	0,37	< 0,001	
Ideologia Política Simbólica					0,80
Autoritarismo	0,61	0,03	0,69	< 0,001	

Construto	B	EP	b	p	R ²
Dominância Social	0,32	0,03	0,36	< 0,001	
Crenças Neoliberais					0,82
Ideologia Política Simbólica	0,94	0,03	0,90	< 0,001	
Ação Coletiva – Sistema de Saúde					0,17
Crenças Neoliberais	-0,22	0,13	-0,25	0,103	
Ideologia Política Simbólica	-0,16	0,14	-0,17	0,256	
Ação Coletiva – Ações Afirmativas					0,41
Crenças Neoliberais	-0,09	0,12	-0,09	0,468	
Ideologia Política Simbólica	-0,50	0,12	-0,48	< 0,001	
Ação Coletiva – Programas de Renda					0,31
Crenças Neoliberais	-0,28	0,11	-0,27	0,011	
Ideologia Política Simbólica	-0,42	0,12	-0,38	< 0,001	

Foram analisados os efeitos indiretos, diretos e totais dos três caminhos propostos de mediação. Para ação coletiva na defesa do sistema de saúde público, não foi encontrado um efeito indireto significativo, $B = -0,21$, $EP = 0,13$, $b = -0,23$, IC de 95% [-0,40; 0,09], $p = 0,104$, mas o efeito total foi significativo, $B = -0,36$, $EP = 0,05$, $b = -0,40$, $p < 0,001$. O efeito total demonstra que existe uma associação entre as variáveis, mas não nas direções propostas no modelo explicativo testado. Foi encontrado um efeito total significativo da ideologia política na intenção de participar de ações coletivas na defesa de políticas de ação afirmativa, $B = -0,58$, $EP = 0,04$, $b = -0,56$, $p < 0,001$, mas não um efeito indireto significativo, $B = -0,07$, $EP = 0,11$, $b = -0,08$, IC de 95% [-0,29; 0,16], $p = 0,467$. Por fim, para ação coletiva na defesa de programas de transferência de renda, foi encontrado um efeito indireto significativo, $B = -0,26$, $EP = 0,10$, $b = -0,24$, IC de 95% [-0,49; -0,08], $p = 0,011$, indicando um efeito de mediação, embora parcial, e um efeito total significativo, $B = -0,68$, $EP = 0,04$, $b = -0,63$, $p < 0,001$.

Análises do Modelo por Fator do ICN

Foram analisados modelos com as dimensões separadamente para verificar os efeitos únicos de cada fator das crenças neoliberais, sendo a aceitação das desigualdades, a competição natural, a meritocracia e a oposição às intervenções do governo. Para cada fator, foram selecionados os itens que melhor explicavam ou apresentaram maiores cargas fatoriais por domínio específico da estrutura bifatorial encontrada no Estudo 2. No primeiro modelo, com o fator Aceitação das Desigualdades, foi observado um efeito indireto significativo na ação coletiva para defender o sistema público de saúde, $B = -0,21$, $EP = 0,08$, $b = -0,24$, IC de 95% [-0,37; -0,05], $p = 0,010$. Assim, foi observada a presença de um efeito direto da ideologia política não significativo, $B = -0,14$, $EP = 0,09$, $b = -0,16$, $p = 0,121$, e um efeito total significativo, $B = -0,35$, $EP = 0,04$, $b = -0,41$, $p < 0,001$, constituindo uma mediação total. Os resultados demonstraram que quanto mais conservador, maiores os níveis de aceitação das desigualdades, que, por sua vez, tendem a reduzir a intenção de defender o Sistema Único de Saúde.

No segundo modelo, com o fator Competição Natural, apenas a ideologia política simbólica explicou a intenção de engajamento em ação coletiva na defesa do sistema público de saúde, $B = -0,42$, $EP = 0,07$, $b = -0,49$, $p < 0,001$, das ações afirmativas, $B = -0,65$, $EP = 0,07$, $b = -0,65$, $p < 0,001$ e dos programas de transferência de renda, $B = -0,64$, $EP = 0,07$, $b = -0,63$, $p < 0,001$. A ideologia política demonstrou explicar a intenção de defender tais políticas em uma ação coletiva, independentemente dos níveis de crença na competição como natural e justa na sociedade. Neste sentido, não foram observados efeitos indiretos e diretos significativos considerando a dimensão competição natural.

No terceiro modelo, com a dimensão meritocracia, apenas foram encontrados efeitos diretos da ideologia política simbólica na intenção de defesa do sistema público de saúde, $B = -0,39$, $EP = 0,14$, $b = -0,46$, $p < 0,001$, das ações afirmativas, $B = -0,63$, $EP = 0,13$, $b = -0,63$, $p < 0,001$ e dos programas de transferência de renda, $B = -0,73$, $EP = 0,13$, $b = -0,70$, $p < 0,001$. Assim, a ideologia

política simbólica explicou a intenção de se envolver em uma ação coletiva para a defesa das políticas públicas, independentemente dos níveis da crença na meritocracia.

Por fim, no quarto modelo, com a dimensão de oposição às interferências governamentais, os resultados apontaram um efeito indireto da dimensão de oposição às intervenções do governo, $B = -0,45$, $EP = 0,20$, $b = -0,52$, IC de 95% $[-0,84; -0,06]$, $p = 0,023$, e um efeito direto não significativo da ideologia política simbólica, $B = -0,10$, $EP = 0,21$, $b = -0,11$, $p = 0,632$, na intenção de ação coletiva na defesa do sistema de saúde. Então, foi demonstrado que quanto mais conservador, maior a oposição às intervenções do governo com foco em políticas de justiça social, o que diminuiu a intenção de se engajar na defesa do sistema de saúde. Também foi observado que a ideologia política simbólica apresentou um resultado não significativo na intenção de defender as ações afirmativas, $B = -0,30$, $EP = 0,17$, $b = -0,30$, $p = 0,081$, e a dimensão oposição às intervenções do governo não apresentou efeito indireto, $B = -0,27$, $EP = 0,16$, $b = -0,26$, $p = 0,102$. Assim, neste modelo, a ideologia política, independente de níveis de oposição às políticas de justiça social do governo e da crença de que o governo atrapalhe a liberdade individual, não explica a intenção de defender as ações afirmativas.

Tendo em vista que as motivações relacionais não foram preditoras do autoritarismo e da dominância social, foram investigados modelos com os construtos das motivações relacionais separadamente. Foi identificado que quando utilizado apenas o construto de suscetibilidade à influência social normativa, a suscetibilidade apresentou predizer maiores níveis de orientação à dominância social, $B = 0,22$, $EP = 0,07$, $b = 0,18$, $p = 0,001$, mas não os níveis de autoritarismo de direita, $B = 0,04$, $EP = 0,05$, $b = 0,03$, $p = 0,453$. O modelo apresentou leves melhorias nos índices de ajuste ($CFI = 0,92$; $TLI = 0,91$; $RMSEA = 0,064$ IC de 95% $[0,062; 0,064]$; $SRMR = 0,097$). Além disso, foi encontrado que quando utilizado apenas o construto de identificação positiva com os brasileiros, a identificação positiva apresentou predizer maiores níveis de autoritarismo de direita, $B = 0,07$, $EP = 0,03$, $b = 0,07$, $p = 0,038$, e menores níveis de orientação à dominância social, $B = -0,09$, $EP = 0,04$, $b =$

-0,09, $p = 0,035$. O modelo, mais uma vez, apresentou leves melhorias nos índices de ajuste (CFI = 0,92; TLI = 0,92; RMSEA = 0,063 IC de 95% [0,061; 0,064]; SRMR = 0,094).

Nesses modelos adicionais testados, as demais relações entre as variáveis e os índices de ajuste dos modelos se mantiveram semelhantes como nos resultados apresentados para o modelo explicativo proposto e testado (Figuras 4 e 5), para o objetivo geral do presente estudo. De modo complementar, os índices de ajustes também se mantiveram satisfatórios. Apesar dos baixos efeitos, pode ser observado que os construtos separadamente apresentaram uma contribuição para o modelo, mas não quando foram agregados. Nessa direção, por motivos exploratórios, as categorias da variável de orientação política foram colapsadas em três categorias (esquerda, centro e direita), para a realização de análises de variância, com a finalidade de verificar as diferenças diante da suscetibilidade à influência social normativa e da identificação positiva com os brasileiros entre os grupos políticos. Foram selecionados aleatoriamente 80 participantes por categoria. Uma análise de poder *a posteriori*, com base em 80 participantes por grupo, totalizando 240 participantes para as análises de variância, demonstrou um poder de 94%, com um nível de $\alpha = 0,05$ e tamanho de efeito médio ($f^2 = 0,25$), por meio do G*Power, versão 3.1.9.7 (Faul et al., 2009).

A análise de variância entre grupos políticos com a suscetibilidade à influência social normativa não demonstrou diferenças significativas entre participantes com uma autoidentificação de esquerda (M = 1,38; DP = 0,54), de centro (M = 1,65; DP = 0,97) e de direita (M = 1,57; DP = 1,00), $F(2, 237) = 2,04$, $p = 0,132$, $\eta^2 = 0,009$. A análise de variância com a identificação positiva com os brasileiros também não demonstrou diferenças significativas entre grupos políticos de esquerda (M = 5,33; DP = 1,43), de centro (M = 5,54; DP = 1,57) e de direita (M = 5,31; DP = 1,79), $F(2, 237) = 0,52$, $p = 0,596$, $\eta^2 = 0,004$. As análises de variância com os construtos da medida de motivações relacionais demonstraram uma baixa variabilidade e uma relativa concordância na forma de responder tais construtos entre os grupos políticos.

Discussão

O objetivo do presente estudo foi o de testar um modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas públicas que visam o bem-estar social e a reparação de desigualdades. Especificamente, foram consideradas as intenções de engajamento em ações coletivas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), das Ações afirmativas e dos Programas de Transferência de Renda. De modo geral, o estudo apresentou uma análise complexa sobre as motivações psicológicas que influenciam na ação coletiva em defesa de políticas públicas no contexto brasileiro, com foco no SUS, nas ações afirmativas e nos programas de transferência de renda. Os resultados sugerem que fatores como o autoritarismo de direita, a orientação à dominância social, as crenças neoliberais e a ideologia política simbólica desempenham papéis significativos na formação das intenções de participação em ações coletivas.

As hipóteses foram parcialmente corroboradas. As motivações epistêmicas (H1a; H2a) e existenciais (H1b; H2b) apresentaram predizer maiores níveis de autoritarismo (H1) e de orientação à dominância social (H2), mas não as motivações relacionais (H1c; H2c). Em primeiro lugar, cabe destacar que as motivações epistêmicas e existenciais apresentaram predizer o autoritarismo e a dominância social na direção esperada (Hennes et al., 2012; Jost et al. 2003, 2009). Além disso, alinhado a tais achados, as motivações epistêmicas e existenciais, em conjunto, demonstraram ressoar valores centrais do conservadorismo – a tradição e a hierarquia, respectivamente (Jost et al., 2017b).

Ao decompor a medida de motivações relacionais em suscetibilidade à influência social e identificação positiva com o Brasil, para as análises dos modelos adicionais, foi identificado que a suscetibilidade à influência social normativa apresentou predizer apenas a orientação à dominância social, enquanto a identificação positiva com o Brasil apresentou predizer o autoritarismo e a dominância social, em direções opostas. A influência social normativa demonstrou predizer significativamente a orientação à dominância social, o que corrobora a noção de que conservadores possuem a necessidade de consenso grupal, bem como são mais propensos a valorizar a obediência

e a conformidade social (Jost et al., 2018). De fato, pessoas com maiores níveis de orientação à dominância tendem a legitimar estruturas hierárquicas estabelecidas como naturais (Jost et al., 2017a; Duckitt, 2001; Pratto et al., 1994), o que pode contribuir com uma maior suscetibilidade à influência social normativa. Assim, a suscetibilidade à influência social normativa parece ser um preditor relevante para a orientação à dominância social no modelo explicativo, mas não para o autoritarismo.

Diante de tais achados, por um lado, o modelo explicativo demonstrou que a influência social normativa parece corroborar a noção de que uma maior necessidade de compartilhar a realidade possui associação com uma ameaça potencial de exclusão social (Jost, 2018). Por outro lado, os achados podem indicar uma certa homogeneidade na suscetibilidade em relação à influência social normativa entre os brasileiros, o que tem implicações para estratégias de engajamento e mobilização social.

Entretanto, sobre os resultados da medida de identificação positiva com o Brasil, os efeitos apresentados foram marginalmente significativos. Assim, futuros estudos devem conferir a estabilidade dos resultados para conclusões mais consistentes e precisas. Os achados sobre a medida de identificação positiva não fornecem suporte suficiente para indicar uma contribuição de tal construto no modelo proposto. De todo modo, cabe ressaltar que a recém eleição de Lula, em 2022 (Magnano & Martins, 2023), pode ter favorecido a identificação positiva com os brasileiros para as pessoas de esquerda, enquanto os níveis de identificação positiva com os brasileiros por participantes que se identificaram com a direita ainda foram altos. Apesar disso, evidências demonstram que, com a ascensão da extrema-direita no poder, tendo em vista as eleições de 2018, as pessoas com uma orientação política mais à esquerda apresentaram maiores níveis de radicalismo, o que pode estar indiretamente associado com uma falta de representatividade nas autoridades públicas vigentes e com os sentimentos de desconexão, de estar sendo ignorado e de insatisfação (Glória-Filho & Modesto, 2019). De modo complementar, as pessoas com uma orientação política mais à direita tendem a apresentar maiores níveis de felicidade e satisfação com

a vida, independentemente da presença de desvantagens e desigualdades históricas entre os grupos sociais (Napier et al., 2020) Nesse sentido, para a presente pesquisa, os achados indicam uma possível variabilidade situacional da medida de identificação positiva com os brasileiros.

Além disso, o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social demonstraram prever uma autoidentificação ideológica simbólica (H3), corroborando o que prevê o Modelo de Processamento Cognitivo Dual da Ideologia e do Preconceito (Osborne, 2023), e que a resistência às mudanças (autoritarismo) e a aceitação das desigualdades (dominância social) são aspectos centrais do conservadorismo (Azevedo et al., 2019). Entretanto, é importante destacar a alta carga de predição do autoritarismo na autoidentificação ideológica simbólica. A partir da noção de que processos sociais, culturais e históricos tendem a moldar a percepção que as pessoas têm sobre si e sobre as outras (Teo, 2018), a imposição de um modelo neoliberal de sociedade no Brasil (Saad-Filho & Boffo, 2021) parece estar consonância com um conservadorismo brasileiro que se aproxima de tendências neoliberais e autoritárias. Ademais, o autoritarismo é uma fórmula para restringir a participação social, diante do medo da ameaça de ações coletivas e mudanças sociais estruturais (Silva, 2021).

Adicionalmente, a autoidentificação simbólica conservadora demonstrou prever o endosso de crenças neoliberais (H4). Tal achado corrobora o que vem sendo encontrado anteriormente sobre a aproximação do conservadorismo com as manifestações do neoliberalismo, por meio de atitudes ou crenças (Azevedo et al., 2019; Beattie et al, 2019). No entanto, as crenças neoliberais apenas apresentaram prever negativamente as intenções de participar de ações coletivas em defesa dos programas de transferência de renda (H5), bem como apresentaram um efeito de mediação parcial entre a autoidentificação ideológica simbólica e a ação coletiva para os programas de transferência de renda (H6), corroborando parcialmente nossas hipóteses. Isso posto, é importante observar que a autoidentificação ideológica simbólica demonstrou ser um preditor mais forte na intenção de defender os programas de transferência de renda. Ademais, a ideologia simbólica também apresentou prever uma menor intenção na defesa de políticas de ação afirmativa.

Como haviam referências para as políticas de ações afirmativas (Cotas raciais e sociais na universidade) e para os programas de transferência de renda (Bolsa Família), pode ser que tais referências possam ter salientado outras dimensões, como o preconceito racial e de classe (Campos & Junior, 2021; Mesquita, 2021; Osborne, 2023; Salata, 2020), além da polarização política em relação a tais pauta no Brasil (Andrade et al., 2020; Milhorange, 2021; Putzel, 2020). Não à toa, pessoas com uma orientação política mais à direita tendem a se opor aos Direitos Humanos no Brasil (Galli & Modesto, 2023). Já sobre o sistema de saúde, as intenções para defesa do SUS parece ocorrer independentemente da autoidentificação ideológica simbólica conservadora e do endosso de crenças neoliberais. Possivelmente, os esforços do SUS durante a pandemia (Rocha et al., 2021) podem ter influenciado tais resultados.

Contudo, ao analisar as dimensões separadamente das crenças neoliberais, foi demonstrado que apenas a aceitação das desigualdades e a oposição às intervenções do governo medeiam totalmente a relação entre ideologia política simbólica e ação coletiva para o SUS. Esses achados demonstram que, possivelmente, a legitimação da competição e o endosso da meritocracia não necessariamente implicam na falta de reconhecimento da importância dessas políticas em um país marcado por profundas desigualdades (Bettache et al., 2020)., Vale ressaltar, inclusive, que a aceitação das desigualdades e oposição às políticas de bem-estar são aspectos concernentes de pessoas de direita, mas pessoas de esquerda também tendem a ser influenciadas pela ideologia neoliberal e a apresentar manifestações do neoliberalismo, por meio de atitudes a favor do liberalismo econômico, como às ideias de que os impostos devem ser reduzidos e de que facilmente as pessoas abusam do sistema de proteção social (Azevedo et al., 2019 Teo; 2018).

Por outro lado, a competição natural e a meritocracia não apresentaram efeitos significativos na intenção de defesa das políticas públicas. A relação da aceitação das desigualdades e da oposição às intervenções do governo em uma menor intenção de defender o SUS destaca a importância dessas crenças na saúde pública. Isso sugere que maiores níveis de aceitação das desigualdades e de oposição às intervenções governamentais prejudicam uma maior solidariedade

em torno do SUS, mas não necessariamente maiores níveis de crença na competição como legítima e de endosso da meritocracia.

No entanto, algumas limitações devem ser apontadas. O estudo não utilizou uma medida operacional de ideologia política, o que seria interessante para comparar os resultados com a medida de ideologia política simbólica. Ainda, estudos futuros com o objetivo de investigar afinidades entre políticas públicas devem considerar possíveis estímulos na apresentação das políticas ou dos programas. Tais futuros estudos podem contar com variáveis para identificar a presença de respostas com vieses racistas e classistas. Recomenda-se também a adequação ou substituição da medida de suscetibilidade à influência social normativa. Por outro lado, as medidas podem ser mantidas para a avaliação de consistência e estabilidade dos achados neste estudo. Estende-se a recomendação de avaliação da medida de identificação positiva com os brasileiros para os estudos futuros. Outras medidas de motivações relacionais também podem ser utilizadas, como a percepção de consenso e o desejo de compartilhar a realidade, por exemplo (Stern et al., 2014),

No geral, as evidências demonstradas neste estudo indicam um desafio na mobilização das pessoas para a defesa de políticas de bem-estar social, considerando o Brasil. Isso implica em desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária, uma vez que tais evidências indicam efeitos pertinentes do conservadorismo e do neoliberalismo na contribuição com a manutenção das desigualdades vigentes e com a falta de inclusão no país.

Considerações Finais

O modelo estrutural explorou as relações entre motivações psicológicas e a intenção de participar de ações coletivas específicas. Destaca-se que as motivações epistêmicas e existenciais apresentaram predizer o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social, que, por sua vez, predisseram a autoidentificação ideológica simbólica mais à direita. Além disso, a ideologia política simbólica apresentou predizer as crenças neoliberais, que, por sua vez, impactaram negativamente na intenção de participar de ações coletivas para a defesa dos programas de transferência de renda. Isso pode resultar em maior apoio em cortes nos programas de bem-estar

social, principalmente considerando as políticas de distribuição de riqueza, e resistência a mudanças sociais progressistas. Complementarmente, foram evidenciados achados que destacam a polarização política no Brasil.

No entanto, foi observado que dependendo dos níveis de aceitação das desigualdades, da percepção da competição natural e legítima, de meritocracia e da oposição às intervenções do governo com foco no bem-estar social, as pessoas tendem a variar a afinidade com as políticas de interesse utilizadas no presente estudo. Pessoas com maiores níveis da percepção da competição como natural e níveis de comprometimento com a meritocracia, tendem a não demonstrarem necessariamente oposição ao SUS, Ações Afirmativas e Transferência de Renda.

Talvez, diante do cenário de profundas desigualdades, parece que as pessoas que entendem a competição como inerentemente natural e a se comprometem a lógica meritocrática, também podem apoiar políticas de proteção social, caso também apresentem níveis menores de aceitação das desigualdades e da percepção do governo como ineficiente para financiar programas sociais. É importante salientar a complexidade da implementação de um sistema de proteção social, porém, este estudo contribui para auxiliar a explicação do fenômeno sobre a baixa mobilização em ações coletivas para uma transformação social, a partir da Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada (TIPCSM ; Jost, 2021). Como prevê a TIPCSM, o conservadorismo possui uma função paliativa que atenua as percepções de injustiças sociais, o que tende a reduzir as intenções de participação em ações coletivas para a redução das desigualdades (Rothmud et al., 2016).

Diante do exposto, essa pesquisa apresenta implicações substanciais para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais no Brasil, apresentando os desafios na promoção da equidade, na participação cívica e na construção de consensos em torno de políticas públicas importantes. As descobertas também destacam a importância de estratégias educacionais e de comunicação para abordar as motivações psicológicas subjacentes que moldam as atitudes e comportamentos políticos.

Discussão Geral

O objetivo do presente estudo foi o de testar um modelo explicativo para ação coletiva em defesa de políticas públicas. Especificamente, procuramos avaliar os efeitos da ideologia política simbólica e das crenças neoliberais na intenção de participar de ações coletivas para a defesa do Sistema Único de Saúde, das Ações afirmativas e dos programas de transferência de renda. Assim sendo, o presente trabalho consistiu na apresentação de três estudos. O primeiro capítulo apresentou evidências de validade e precisão do Inventário de Crenças Neoliberais (ICN). O segundo capítulo apresentou evidências dos efeitos da ideologia política e das crenças neoliberais na ação coletiva em defesa de políticas públicas .

O Brasil possui imensas desigualdades, de variados tipos, e direitos civis que muitas vezes estão apenas formalizados na Constituição de 1988 (Campos et al., 2020; Silva et al., 2021; Machado & Andrade). Além disso, a implementação do modelo neoliberal de sociedade no país aprofundou as disparidades socioeconômicas presentes (Saad-Filho & Boffo, 2021). A efeito, percebe-se consequências severas para grupos socioeconomicamente desfavorecidos, principalmente considerando a população negra e pobre, diante do sucateamento dos serviços de proteção social (Coube et al., 2023; Oliveira et al., 2019; Rocha et al., 2021; Salata, 2020). O neoliberalismo enquanto ideologia pervasiva dominante favorece a manutenção do *status quo*. Nesta direção, o presente trabalho pôde avançar na compreensão de nuances das crenças neoliberais, da ideologia política simbólica e suas afinidades com as políticas públicas com foco no bem-estar social. Assim sendo, cabe destacar algumas contribuições teóricas e práticas.

Implicações Teóricas

Este trabalho contribui com o avanço da Psicologia Política no Brasil. Em primeiro lugar, sobre o Inventário de Crenças Neoliberais, ressalta-se a contribuição da adaptação de um instrumento que avalia manifestações de crenças neoliberais com evidências de precisão e validade para utilização no território brasileiro. Como observado no contexto estadunidense, as crenças neoliberais tendem a se manifestar no Brasil através de quatro fatores. Cabe destacar que alterações

na quantidade de itens foram realizadas na adaptação ao Brasil, a exemplo dos itens que mencionavam ações afirmativas. Tal fato também ocorreu em outros contextos culturais, como em Hong Kong, na Índia e na França (Beattie et al., 2019; Girerd & Bonnot, 2021). As exclusões dos itens que faziam menção às “ações afirmativas” não prejudicaram significativamente a solução final encontrada do ICN. No entanto, para estudos futuros, recomenda-se a realização de novas traduções desses itens, considerando também novas traduções para os demais itens excluídos, bem como a utilização de “políticas de cotas” para substituir “ações afirmativas”, com a finalidade de garantir uma maior equivalência de resultados e de preservar as informações propostas no instrumento original (Bay-Cheng et al., 2015).

Observamos ainda que os fatores do ICN apresentaram correlações positivas fortes, mas resguardam conteúdos distintos, que tendem a explicar diferentes resultados ao correlacionarmos com outras variáveis políticas ou sociais. O fator Meritocracia parece ser bem definido transculturalmente (Beattie et al., 2019; Girerd & Bonnot, 2021) e parece se apresentar como uma dimensão central das crenças neoliberais, enquanto a percepção de que as discriminações foram erradicadas, a noção da competição na sociedade como legítima e a oposição às políticas de bem-estar social demonstraram ser dimensões periféricas, contextualmente mutáveis (Abric, 2001; Moscovici, 1998). De todo modo, o ICN se apresenta como instrumento adequado e com ótimos índices de ajuste para ser utilizado no Brasil.

Já sobre o modelo explicativo testado, os resultados corroboram o que está previsto na Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada (Jost, 2021). Desse modo, foi possível replicar, embora parcialmente, um modelo constituído por uma subestrutura motivacional, que explica a adesão de uma ideologia política conservadora, e uma superestrutura discursiva, que tende a satisfazer objetivos motivacionais da ideologia, como a redução da incerteza e da insegurança (Federico & Malka, 2018).

Mais detalhadamente, as motivações epistêmicas e existenciais predisseram o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social. Como observado por Jost et al. (2017b), a sensação de

um mundo imprevisível e perigoso pode motivar as pessoas a preservarem o *status quo* e a legitimar hierarquias sociais desiguais. De fato, o autoritarismo e a dominância social compreendem, respectivamente, a resistência à mudança e a aceitação das desigualdades (Azevedo et al., 2019). As motivações relacionais não apresentaram resultados como o esperado, mas fornecem achados relevantes para investigações futuras.

Em primeiro lugar, a suscetibilidade à influência social normativa predisseram a orientação à dominância social, mas não o autoritarismo de direita (Jost et al., 2009). A orientação à dominância social tende a valorizar a presença de hierarquias sociais, em que grupos “inerentemente” superiores subjugam grupos considerados inferiores (Choma et al., 2020; Pratto et al., 1994), o que pode explicar uma maior suscetibilidade à influência social normativa. Mas uma maior adesão às normas sociais, além do apoio de práticas punitivas para os grupos que são percebidos enquanto violadores de tais normas, também está associada com o autoritarismo de direita (Osborne et al., 2023).

Por um lado, pode ser que, no Brasil, as pessoas de esquerda tendem a apresentar níveis altos de suscetibilidade à influência social normativa, o que pode explicar a continuidade de uma realidade com altas desigualdades. Por outro lado, tal medida pode ter demonstrado uma variabilidade situacional. Sobre a identificação positiva com o Brasil, a eleição do presidente Lula pode ter favorecido uma maior satisfação ao compartilhar a identidade com outros brasileiros para as pessoas que se identificam mais à esquerda. De todo modo, os dados foram coletados no primeiro ano do mandato de Lula e, por isso, pode ser que pessoas de esquerda não apresentem os mesmos níveis de identidade positiva com os brasileiros nos anos seguintes, como apresentaram neste trabalho.

Pessoas de esquerda tendem a apresentar menores níveis de felicidade e satisfação com a vida quando comparadas com pessoas de direita, porque contestar um *status quo* demanda ultrapassar a incerteza volátil perante uma transformação social, a insegurança de ameaças, como a ameaça à integridade física, e o pertencimento social a um grupo dominante na sociedade (Jost et

al., 2017a). Tendo em vista o que foi exposto sobre as motivações relacionadas, é importante considerar dois eventos que podem ter influenciado as respostas dos participantes nas medidas de suscetibilidade à influência social normativa e de identificação positiva com os brasileiros. Os dois eventos são: a transição de poder de um presidente de extrema-direita para um presidente de centro-esquerda; e as manifestações violentas de extrema-direita no dia 8 de janeiro, devido o descontentamento com a derrota nas eleições (Magnano & Martins, 2023).

Ademais, como previsto pelo TIPCSM (Jost, 2021) e pelo Modelo de Processamento Cognitivo Dual da Ideologia e do Preconceito (Duckitt & Sibley, 2017), o autoritarismo de direita e a orientação à dominância social compreendem duas visões de mundo que explicam a adesão da ideologia política conservadora e de atitudes políticas conservadoras. Todavia, cabe notar a relevância do autoritarismo de direita no modelo explicativo testado, além da associação alta do autoritarismo com as crenças neoliberais. Em síntese, o autoritarismo de direita e as crenças neoliberais demonstram uma grande contribuição com o modelo. Isso pode ser explicado culturalmente, uma vez que o modelo de sociedade neoliberal implementado nos últimos anos, de certa forma, abruptamente, apresenta tendências autoritárias, à medida que desconsidera a realidade de grupos estruturalmente marginalizados e desfavorecidos ao estabelecer políticas que desmantelam a rede de seguridade social (Saad-Filho & Boffo, 2021). Em outras, como propôs Jost et al. (2003), uma superestrutura discursiva fornece perspectivas ideológicas, ao tempo em que tais perspectivas satisfazem necessidades psicológicas motivacionais que visam estabilidade e proteção. Por isso, este trabalho traz evidências de uma ideologia neoliberal no Brasil com uma forte aproximação do autoritarismo de direita.

Porém, as crenças neoliberais não mediaram totalmente a intenção de participar de ações coletivas na defesa das políticas de proteção social, enquanto a ideologia política simbólica apresentou ser um preditor mais forte na intenção de defender políticas de ação afirmativa, com foco em políticas raciais e sociais, e de programas de transferência de renda, com foco no Bolsa Família. Isso levanta pelo menos três considerações.

O Brasil vivencia um período de intensa polarização política e as pautas socioeconômicas, que visam a neutralização de desigualdades e de discriminações, têm sido alvo constante de ataques por parte de setores conservadores e de lideranças políticas de extrema-direita (Agostini & Castro, 2019; Magnano & Martins, 2023; Milhorange et al., 2022; Rocha et al., 2021). Sobre as afinidades entre as pautas, pessoas mais conservadoras tendem a demonstrar uma maior rejeição às políticas que visam erradicar discriminações raciais e sociais. Não à toa, o Sistema Único de Saúde tem favorecido classes socioeconômicas mais altas (Coube et al., 2023) e, a exemplo de ações afirmativas, as cotas raciais são as que possuem uma menor prevalência desde a implementação da política, relevando uma polarização histórica sobre as discriminações raciais no Brasil (Campos & Junior, 2021).

Por último, a ideologia neoliberal influencia, em determinado nível, a vida de toda população. Por isso, é importante apontar que, considerando a Meritocracia como um fator central à ideologia neoliberal, pessoas com o maior endosso da crença na meritocracia, podem perceber a existência de injustiças estruturais no Brasil, que as discriminações não foram erradicadas, que políticas progressistas de bem-estar social são importantes para a população e que a competição não seja algo natural. Da mesma forma, as pessoas podem endossar a crença na meritocracia e justificar o sistema, se opondo às políticas de proteção social, considerar que as discriminações não existem mais, que o Estado é ineficiente e que a competição faz parte da natureza humana.

Implicações Práticas

Este trabalho fornece um instrumento adaptado e com evidências de precisão e validade para a mensuração das crenças neoliberais no Brasil. É importante ressaltar a necessidade de instrumentos psicológicos válidos e precisos para avaliar a ideologia neoliberal na sociedade. Tendo em vista que a ideologia neoliberal possui ramificações e consequências ideológicas relevantes para as relações sociais, acreditamos que o instrumento possibilitará uma melhor compreensão da dinâmica da ideologia neoliberal na sociedade brasileira, suas associações positivas e negativas, considerando o foco na pessoa e na sociedade, e seus efeitos em preferências e afinidades políticas.

Aliás, um Estado de bem-estar social no Brasil parece ser algo distante. O país atravessa diversas crises sociais, políticas e econômicas (Magnano & Martins, 2023). Além disso, possui diversas e altas desigualdades (Bettache et al., 2020), bem como é um contexto considerado politicamente instável (Vilanova et al., 2020). À medida em que as crises sociais aumentam a percepção de instabilidade e insegurança, as pessoas tendem a reforçar o sistema social vigente, mesmo que seja um sistema social opressivo.

Os achados deste trabalho podem contribuir na continuidade da investigação de motivações psicológicas presentes no território brasileiro, tendo em vista que as motivações epistêmicas, existenciais e relacionais podem ser crônicas ou contextualmente acentuadas (Jost et al., 2018), bem como relativamente universais (Federico & Malka, 2018). A identificação das necessidades psicológicas pode servir de base para a elaboração e implementação de estratégias e políticas com foco na satisfação de tais motivações, de modo que as pessoas não apresentem uma tendência a depender do “menu-ideológico” construído socialmente, que, por muitas vezes, tendem a favorecer a própria opressão por meio de crenças equivocadas ou confusas (Azevedo et al., 2019).

Além disso, o Brasil tem se dividido basicamente entre dois polos políticos intensamente polarizados. A respeito da ideologia política, este estudo demonstra efeitos da polarização política no país, acendendo um alerta para a necessidade de políticas que visem uma redução do contato negativo entre os grupos políticos.

Considerações Finais

O presente estudo contribuiu com a adaptação do Inventário de Crenças Neoliberais para o Brasil. De modo satisfatório, o instrumento adaptado para o país apresenta adequação para o uso. A solução final proposta para utilização no Brasil conta com 19 itens e quatro fatores, sendo: Aceitação das Desigualdades, Competição Natural, Meritocracia e Oposição às Intervenções do Governo. Estudos futuros podem contribuir com a investigação da estabilidade e consistência dos fatores do ICN. Ademais, o presente estudo apresenta a investigação de um modelo explicativo para ação

coletiva na defesa de políticas, com base na Teoria da Ideologia Política como Cognição Social Motivada (Jost., 2021).

Neste estudo, foi demonstrado que pessoas podem aderir ideologias justificadoras do sistema, a exemplo do conservadorismo e do neoliberalismo, por possuírem uma função paliativa que as motiva a acreditar que as relações sociais, instituições e leis são merecidas e legítimas. Paralelamente a isso, não necessariamente o neoliberalismo, mas a autoidentificação política possui uma enorme força no apoio ou na oposição frente às políticas públicas vigentes, o que revela desafios e perigos para a consolidação de uma agenda que vise a justiça social.

Referências

- Abric, J. C. (2001). A structural approach to social representations. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social: Bridging theoretical traditions* (pp. 42–47). Blackwell Publishing.
- Agostini, R., & Castro, A. M. (2019). O que pode o Sistema Único de Saúde em tempos de necropolítica neoliberal?. *Saúde em Debate*, 43(8), 175–188. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S813>
- Altemeyer, B. (1998). The other “authoritarian personality”. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 30, pp. 47–92). Academic Press.
[https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60382-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60382-2)
- Alves, P. C., & Porto, J. B. (2021). Measuring Political Ideology: Validity Evidence for a Two-Factor Model. *Trends in Psychology*, 30(1), 129–145. <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00093-z>
- Andrade (2020) Populism from above and below: the path to regression in Brazil, *The Journal of Peasant Studies*, 47(7), 1470-1496, <https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1680542>
- Avila, C. F. (2023). Movimentos sociais de direita, participação política e qualidade da democracia no Brasil contemporâneo: o momento bolsonariano em perspectiva. *Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça E Direitos Nas Américas*, 6(2), 112 a 134. <https://doi.org/10.26512/abya-yala.v6i2.45727>
- Azevedo, F., Jost, J. T., Rothmund, T., & Sterling, J. (2019), Neoliberal Ideology and the Justification of Inequality in Capitalist Societies: Why Social and Economic Dimensions of Ideology Are Intertwined. *Journal of Social Issues*, 75(1), 49–88. <https://doi.org/10.1111/josi.12310>
- Bay-Cheng, L., Fitz, C., Alizaga, N., & Zucker, A. (2015). Tracking Homo Oeconomicus: Development of the Neoliberal Beliefs Inventory. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 71–88.
<https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.366>

Beattie, P., Bettache, K., & Chong, K. C. Y. (2019). Who is the Neoliberal? Exploring Neoliberal Beliefs across East and West. *Journal of Social Issues, 75*(1), 20–48.

<https://doi.org/10.1111/josi.12309>

Ben-Shachar, M. S., Lüdtke, D., & Makowski D (2020). “effectsize: Estimation of Effect Size Indices and Standardized Parameters.” *Journal of Open Source Software, 5*(56), 2815.

<https://doi.org/10.21105/joss.02815>

Bernaards CA, Jennrich RI (2005). “Gradient Projection Algorithms and Software for Arbitrary Rotation Criteria in Factor Analysis.” *Educational and Psychological Measurement, 65*, 676–696. <https://doi.org/10.1177/0013164404272507>

Bettache, K., & Chiu, C.-Y. (2019). The Invisible Hand is an Ideology: Toward a Social Psychology of Neoliberalism. *Journal of Social Issues, 75*(1), 8–19. <https://doi.org/10.1111/josi.12308>

Branscombe, N. R., Weir, J. A., & Crosby, P. (1991). A three-factor scale of attitudes toward guns.

Aggressive Behavior, 17(5), 261–273. [https://doi.org/10.1002/1098-](https://doi.org/10.1002/1098-2337(1991)17:5<261::AID-AB2480170503>3.0.CO;2-8)

[2337\(1991\)17:5<261::AID-AB2480170503>3.0.CO;2-8](https://doi.org/10.1002/1098-2337(1991)17:5<261::AID-AB2480170503>3.0.CO;2-8)

Campos, L.A., & Júnior, J.F. (2021). One Policy, Two Contexts: Characteristics and Particularities of Brazilian Affirmative Action. *Transition, 130*, 199-208.

<https://www.muse.jhu.edu/article/794139>

Card K. G., & Hepburn K. J. (2023). Is Neoliberalism Killing Us? A Cross Sectional Study of the Impact of Neoliberal Beliefs on Health and Social Wellbeing in the Midst of the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Social Determinants of Health and Health Services, 53*(3), 363-373.

<https://doi.org/10.1177/002073142211340>

Chen, F. F., West, S. G., & Sousa, K. H. (2006) A Comparison of Bifactor and Second-Order Models of Quality of Life, *Multivariate Behavioral Research, 41*(2), 189-225.

http://dx.doi.org/10.1207/s15327906mbr4102_5

- Choma, B., Hodson, G., Jagayat, A., & Hoffarth, M. R. (2020), Right-Wing Ideology as a Predictor of Collective Action: A Test Across Four Political Issue Domains. *Political Psychology*, 41, 303-322. <https://doi.org/10.1111/pops.12615>
- Comrey, A. L., & Lee, H. B. (1992). *A first course in factor analysis* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Coube, M., Nikoloski, Z., Mrejen, M., & Mossialos, E. (2023) Persistent inequalities in health care services utilisation in Brazil (1998–2019). *International Journal of Equity in Health*, 22(25). <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01828-3>
- Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 33, pp. 41–113). Academic Press. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(01\)80004-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(01)80004-6)
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2009). A dual process motivational model of ideological attitudes and system justification. In J. Jost, A. Kay, H. Thorisdottir (Eds.), *Social and psychological bases of ideology and system justification* (pp. 292–313). Oxford University Press.
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2017). The dual process motivational model of ideology and prejudice. *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice*, 188-221.
- Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., & Heled, E. (2010). A Tripartite Approach to Right-Wing Authoritarianism: The Authoritarianism-Conservatism-Traditionalism Model. *Political Psychology*, 31(5), 685–715. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00781.x>
- Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., & Heled, E. (2010). A Tripartite Approach to Right-Wing Authoritarianism: The Authoritarianism-Conservatism-Traditionalism Model. *Political Psychology*, 31(5), 685–715. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00781.x>
- Dutt, A., & Kohfeldt, D. (2019). Assessing the Relationship between Neoliberal Ideology and Reactions to Central American Asylum Seekers in the United States. *Journal of Social Issues*, 75, 134-152. <https://doi.org/10.1111/josi.12312>

- Eskin, M., & Baydar, N. (2022). Do neoliberal values provide a fertile soil for suicidal ideation?. *Journal of affective disorders*, 314, 349-356.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149–1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>
- Federico, C.M. and Malka, A. (2018), The Contingent, Contextual Nature of the Relationship Between Needs for Security and Certainty and Political Preferences: Evidence and Implications. *Political Psychology*, 39, 3-48. <https://doi.org/10.1111/pops.12477>
- Fitz, C. C., Zucker, A. N., & Bay-Cheng, L. Y. (2012). Not all nonlabelers are created equal: Distinguishing between quasi-feminists and neoliberals. *Psychology of Women Quarterly*, 36(3), 274–285. <https://doi.org/10.1177/0361684312451>
- Fox, J., & Weisberg, S. (2019). *An R Companion to Applied Regression*, Third edition. Sage, Thousand Oaks CA. <https://socialsciences.mcmaster.ca/jfox/Books/Companion/>
- Galli, L. M., & Modesto, J. G. (2023). Polarization about Human Rights: Political Orientation, Morality, and Belief in a Just World. *Trends in Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s43076-023-00260-4>
- Ginn, H. G., Brown, H. L. P., Bay-Cheng, L. Y., & Zucker, A. N. (2022). Distinctly Neoliberal: A Latent Profile Analysis of Neoliberal Ideology and Its Associations with Sociopolitical Actions and Sexual Attitudes. *Social Justice Research*, 35, 275–295. <https://doi.org/10.1007/s11211-022-00397-0>
- Girerd, L., & Bonnot, V. (2021). Neoliberalism: An Ideological Barrier to Feminist Identification and Collective Action. *Social Justice Research*, 33, 81–109. <https://doi.org/10.1007/s11211-020-00347-8>
- Girerd, L., Jost, J. T., & Bonnot, V. (2023). How Neoliberal are You? Development and Validation of the Neoliberal Orientation Questionnaire. *International Review of Social Psychology*, 36(1), 11. <https://doi.org/10.5334/irsp.663>

- Girerd, L., Verniers, C., & Bonnot, V. (2021). Neoliberal ideology in France: A qualitative inquiry. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.686391>
- Gloria Filho, M., & Modesto, J. G. (2019). Morality, activism and radicalism in the Brazilian left and the Brazilian right. *Trends in Psychology*, 27(3), 763–777. <https://doi.org/10.9788/tp2019.3-12>
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., Coelho, J. A. P. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, T. S. (2010). Validade Fatorial Confirmatória e Consistência Interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo – GJWS. *Interação em Psicologia*, 14(1), 21–29. <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/12687/12789>
- Grzanka, P. R., Miles, J. R., Spengler, E. S., Arnett, J. E., & Pruett, J. (2020). Measuring neoliberalism: Development and initial validation of a scale of Anti-Neoliberal Attitudes. *Social Justice Research*, 33(1), 44–80. <https://doi.org/10.1007/s11211-019-00339-3>
- Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016) *Belief in a just world*. In Sabbagh, C., Schmitt, M. (Eds.), *Handbook of social justice theory and research*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0_8
- Hartwich, O. M. (2009). Neoliberalism: The genesis of a political swearword. *The Centre for Independent Studies*. <https://www.cis.org.au/wp-content/uploads/2015/07/op114.pdf>
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.
- Hennes, E. P., Nam, H. H., Stern, C., & Jost, J. T. (2012). Not all ideologies are created equal: Epistemic, existential, and relational needs predict system-justifying attitudes. *Social Cognition*, 30(6), 669–688. <https://doi.org/10.1521/soco.2012.30.6.669>
- Jost, J. T. (2019). A quarter century of system justification theory: Questions, answers, criticisms, and societal applications. *British Journal of Social Psychology*, 58(2), 263-314.
- Jost, J. T. (2021). *Left and Right: The Psychological Significance of a Political Distinction*. Oxford University Press.
- Jost, J. T., & Amodio, D. (2012). Political ideology as motivated social cognition: Behavioral and neuroscientific evidence. *Motivation and Emotion*, 36, 55–64.

- Jost, J. T., Federico, C. M., & Napier, J. L. (2009). Political ideology: its structure, functions, and elective affinities. *Annual review of psychology*, *60*, 307–337.
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163600>
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, *129*(3), 339–375. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Jost, J. T., Langer, M., Badaan, V., Azevedo, F., Etchezahar, E., Ungaretti, J., & Hennes, E. (2017a). Ideology and the limits of self-interest: System justification motivation and conservative advantages in mass politics. *Translational Issues in Psychological Science*, *3*, e1–e26.
<https://doi.org/10.1037/tps0000127>
- Jost, J. T., Ledgerwood, A., & Hardin, C. D. (2008). Shared reality, system justification, and the relational basis of ideological beliefs. *Social and Personality Psychology Compass*, *2*, 171–186.
- Jost, J. T., Stern, C., Rule, N. O., & Sterling, J. (2017b). The politics of fear: Is there an ideological asymmetry in existential motivation? *Social Cognition*, *35*(4), 324–353.
<https://doi.org/10.1521/soco.2017.35.4.324>
- Jost, J. T., van der Linden, S., Panagopoulos, C., & Hardin, C. D. (2018). Ideological asymmetries in conformity, desire for shared reality, and the spread of misinformation. *Current Opinion in Psychology*, *23*, 77–83. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.01.003>
- Jost, J.T. (2017), Ideological Asymmetries and the Essence of Political Psychology. *Political Psychology*, *38*, 167-208. <https://doi.org/10.1111/pops.12407>
- Kahn, J. H. (2006). Factor analysis in counseling psychology research, training, and practice: Principles, advances, and applications. *The Counseling Psychologist*, *34*, 684–718.
<https://doi.org/10.1177/0011000006286347>

- Katz, J., Gravelin, C. R., & O'Brien, C. (2018). Neoliberal beliefs and perceptions of unintended adolescent pregnancy after consensual or forced sex. *Sex Roles, 78*(11–12), 810–821. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0842-z>
- Kruglanski, A. W. (1990). Motivations for judging and knowing: Implications for causal attribution. In E. T. Higgins & R. M. Sorrentino (Eds.), *Handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior*, Vol. 2, pp. 333–368). The Guilford Press.
- Lantos, N.A., Kende, A., Becker, J.C., McGarty, C. Pity for economically disadvantaged groups motivates donation and ally collective action intentions. *European Journal of Social Psychology, 50*, 1478–1499. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2705>
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. Plenum Press.
- Lipkus, I. (1991). The construction and preliminary validation of a global belief in a just world scale and the exploratory analysis of the multidimensional belief in a just world scale. *Personality and Individual Differences, 12*(11), 1171–1178. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(91\)90081-L](https://doi.org/10.1016/0191-8869(91)90081-L)
- Machado, M. S., & Andrade, D. . A. de. (2022). Políticas públicas e ações afirmativas: um caminho (ainda) possível na busca pela igualdade e justiça de gênero no Brasil?. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL], 22*(2), 351–376. <https://doi.org/10.18593/ejll.27309>
- Magnago, C., & Martins, C. L. (2023). Crises contemporâneas: retrocessos sociais, políticas de saúde e desafios democráticos. *Saúde e Sociedade, 32*, e230228pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230228pt>
- Makowski D, Wiernik B, Patil I, Lüdecke D, Ben-Shachar M (2022). “correlation: Methods for Correlation Analysis.” Version 0.8.3, <https://CRAN.R-project.org/package=correlation>
- Mansolf, M., & Reise, S. P. (2017). When and why the second-order and bifactor models are distinguishable. *Intelligence, 61*, 120–129. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2017.01.012>

- Mariano, C. M. (2019). Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de investigações constitucionais*, 4, 259-281. <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>
- Medina-Zárate, J., & Oliveira, F.M.U. (2018) Why should we be interested in the specificity of subjectivity and neoliberalism in Latin America?. *Subjectivity*, 12, 281–287. <https://doi.org/10.1057/s41286-019-00083-8>
- Mesquita, G. (2021). The Rise and Fall of the Anti-Racism Agenda in Brazil from Lula to Bolsonaro. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, 10(1), 49-76.
- Milhorance, C. (2022). Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: Coalition politics, ideas, and underlying discourses. *Review of Policy Research*, 39, 752–770. <https://doi.org/10.1111/ropr.12502>
- Moscovici, S. (1988). Notes toward a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
- Moskalenko, S., & McCauley, C. (2009). Measuring political mobilization: The distinction between activism and radicalism. *Terrorism and Political Violence*, 21(2), 239–260. <https://doi.org/10.1080/09546550902765508>
- Napier, J. L., Bettinsoli, M. L., & Suppes, A. (2020). The palliative function of system-justifying ideologies. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 34, 129-134. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2020.03.002>
- Nascimento, T. G., Pimentel, C. E., & Adaid-Castro, B. G. (2016). Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo (EAFAG): Evidências de Sua Adequação Psicométrica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 239–248. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772201602187239248>
- Neves, J. A., Vasconcelos, F. A. G., Machado, M. L., Recine, E, Garcia, G. S., & Medeiros, M. A. T. (2022) The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): A tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil, *Global Public Health*, 17(1), 26-42, <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1850828>

- Nikas, J. (2023, January 10). *Brazil Riot: Pro-Bolsonaro Riots Laid Bare Threat to Brazilian Democracy*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/live/2023/01/09/world/brazil-congress-riots-bolsonaro>
- O'Donnell, A. (2018). Neoliberalism, ambiguity and the rise of populist movements. *International Journal of Social Economics*, 45(7), 1030–1041. <https://doi.org/10.1108/IJSE-05-2017-0202>
- Oliveira, R. G. D., Cunha, A. P. D., Gadelha, A. G. D. S., Carpio, C. G., Oliveira, R. B. D., & Corrêa, R. M. (2020). Racial inequalities and death on the horizon: COVID-19 and structural racism. *Cadernos de saude publica*, 36, e00150120.
- Osborne, D., Costello, T.H., Duckitt, J., Sibley, C. G. (2023). The psychological causes and societal consequences of authoritarianism. *Nature Reviews Psychology*, 2, 220–232. <https://doi.org/10.1038/s44159-023-00161-4>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.67.4.741>
- Putzel, J. (2020), The 'Populist' Right Challenge to Neoliberalism: Social Policy between a Rock and a Hard Place. *Development and Change*, 51(2), 418–441. <https://doi.org/10.1111/dech.12578>
- Revelle, W. (2023). psych: Procedures for Psychological, Psychometric, and Personality Research. Northwestern University, Evanston, Illinois. R package version 2.3.9, <https://CRAN.R-project.org/package=psych>
- Ricci, R. G. (2018). Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. *Saúde em Debate*, 42, 90-107. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S308>
- Riggirozzi, P. (2020), Social Policy, Inequalities and the Battle of Rights in Latin America. *Development and Change*, 51, 506-522. <https://doi.org/10.1111/dech.12571>
- Rocha, R., Atun, R., Massuda, A., Rache, B., Spinola, P., Nunes, L., Lago, M., & Castro, M. C. (2021). Effect of socioeconomic inequalities and vulnerabilities on health-system preparedness and

- response to COVID-19 in Brazil: a comprehensive analysis. *The Lancet Global Health*, 9(6), e782-e792.
- Rodriguez, A., Reise, S. P., & Haviland, M. G. (2016). Evaluating bifactor models: calculating and interpreting statistical indices. *Psychological Methods*, 21(2), 137.
- Roets, A., & Van Hiel, A. (2011). Item selection and validation of a brief, 15-item version of the Need for Closure Scale. *Personality and Individual Differences*, 50(1), 90-94
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. Basic Books.
- Rosseel, Y. (2012). "lavaan: An R Package for Structural Equation Modeling." *Journal of Statistical Software*, 48(2), 1–36. <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Rothmund, T., Becker, J. C., & Jost, J. T. (2016). The Psychology of Social Justice in Political Thought and Action. In Sabbagh, C., Schmitt, M. (Eds.) *Handbook of Social Justice Theory and Research* (275-291). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0_15
- Saad-Filho, A. (2020). Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019). *Latin American Perspectives*, 47(1), 9-27. <https://doi.org/10.1177/0094582X19881968>
- Saad-Filho, A., & Boffo, M. (2021). The corruption of democracy: Corruption scandals, class alliances, and political authoritarianism in Brazil. *Geoforum*, 124, 300-309. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.02.003>
- Salata, A. (2020). Race, class and income inequality in Brazil: a social trajectory analysis. *Dados*, 63.
- Sansone, C., Morf, C., & Panter, A. (2008). *The SAGE handbook of methods in social psychology*. SAGE Publications, Inc., <https://doi.org/10.4135/9781412976190>
- Santana, J. V., Fernandez, C. B., & Ferreira, B. J. P. (2018) Neoliberalism, Reduction of Social Rights, and Social Services in Brazil. *Journal of Human Rights and Social Work*, 3, 128–137. <https://doi.org/10.1007/s41134-018-0065-4>
- Shearman, S. M., & Levine, T. R. (2006). Dogmatism updated: A scale revision and validation. *Communication Quarterly*, 54(3), 275–291.

- Silva, S. A. D. (2021). Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, 24, 119-126. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>
- Soper, D.S. (2020). A-priori Sample Size Calculator for Structural Equation Models [Software]. <https://www.danielsoper.com/statcalc/calculator.aspx?id=89>
- Souza, L. E. C. D., Lima, T. J. S. D., Maia, L. M., Fontenele, A. B. G., & Lins, S. L. B. (2019). A hierarchical (multicomponent) model of in-group identification: adaptation of a measure to the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 32. <https://doi.org/10.1186/s41155-019-0131-6>
- Souza, M. B. D., & Hoff, T. S. R. (2019). O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180023.
- Stern, C., West, T. V., Jost, J. T., & Rule, N. O. (2014). “Ditto Heads”: Do Conservatives Perceive Greater Consensus Within Their Ranks Than Liberals? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 40(9), 1162–1177. <https://doi.org/10.1177/0146167214537834>
- Stöckli, S., & Hofer, D. (2020). Susceptibility to social influence predicts behavior on Facebook. *PLoS one*, 15(3), e0229337. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229337>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2007). *Using multivariate statistics* (5th ed.). Allyn & Bacon/Pearson Education.
- Tausch, N., Becker, J. C., Spears, R., Christ, O., Saab, R., Singh, P., & Siddiqui, R. N. (2011). Explaining radical group behavior: Developing emotion and efficacy routes to normative and nonnormative collective action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(1), 129–148. <https://doi.org/10.1037/a0022728>
- Teo, T. (2018). Homo neoliberalus: From personality to forms of subjectivity. *Theory & Psychology*, 28(5), 581–599. <https://doi.org/10.1177/0959354318794899>
- van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134(4), 504–535. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.134.4.504>

- van Zomeren, M., Spears, R., Fischer, A. H., & Leach, C. W. (2004). Put Your Money Where Your Mouth Is! Explaining Collective Action Tendencies Through Group-Based Anger and Group Efficacy. *Journal of Personality and Social Psychology*, *87*(5), 649–664.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.5.649>
- Vilanova, F., L. Milfont, T., Cantal, C., Koller, S. H., & Costa, Â. B. (2020a). Evidence for Cultural Variability in Right-Wing Authoritarianism Factor Structure in a Politically Unstable Context. *Social Psychological and Personality Science*, *11*(5), 658–666.
<https://doi.org/10.1177/1948550619882038>
- Vilanova, F., Milfont, T. L., & Costa, A. B. (2023). Short version of the right-wing authoritarianism scale for the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *36*, 17.
<https://doi.org/10.1186/s41155-023-00260-4>
- Vilanova, F., Soares, D., Duarte, M. de Q., & Costa, A. B. (2020b). *Validity Evidences of the Social Dominance Orientation Scale in the Brazilian Context*. SciELO Preprints.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.623>
- Vilanova, F., Sousa, D. A. D., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Cross-cultural adaptation and factor structure of the Brazilian version of the right-wing authoritarianism. *Trends in Psychology*, *26*(3), 1299-1316. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>
- Wickham H, François R, Henry L, Müller K, Vaughan D (2023a). dplyr: A Grammar of Data Manipulation. R package version 1.1.4, <https://github.com/tidyverse/dplyr>,
<https://dplyr.tidyverse.org>
- Wilcox, R. R. (1994). The percentage bend correlation coefficient. *Psychometrika*, *59*(4), 601–616.
<https://doi.org/10.1007/BF02294395>
- Wright, S. C., Taylor, D. M., & Moghaddam, F. M. (1990). Responding to membership in a disadvantaged group: From acceptance to collective protest. *Journal of Personality and Social Psychology*, *58*, 994–1003.

Zhang, X., Zhang, S., & Xu, H. (2023). Evaluating the dimensionality of L2 grit: A confirmatory bifactor model. *System*, *119*, Article 103144. <https://doi.org/10.1016/j.system.2023.103144>

Zucker, A. N., & Bay-Cheng, L. Y. (2021). Me first: The relation between neoliberal beliefs and sexual attitudes. *Sexuality Research & Social Policy*, *18*, 390–396. <https://doi.org/10.1007/s13178-020-00466-6>

Anexo A – Versão Inicial do Inventário de Crenças Neoliberais

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada ideia abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 5 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente	Discordo em parte	Não concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Itens

1. Políticas de ação afirmativa estão ultrapassadas agora que as pessoas são, em geral, tratadas como iguais. ^{a*}
2. Não existe discriminação hoje em dia que justifique a necessidade de políticas de ação afirmativa. ^a
3. Ações afirmativas não ajudam a acabar com a discriminação. Pelo contrário, aumentam a discriminação ao favorecer as pessoas com base na sua condição de minoria em vez de seu mérito. ^{a*}
4. Ações afirmativas são um problema porque tratam as pessoas de maneira desigual. ^{a*}
5. Na maioria das vezes, pessoas que se queixam de discriminação estão apenas culpando outras pessoas por seus próprios problemas. ^a
6. Acho que as pessoas imaginam mais dificuldades, a exemplo da discriminação, do que realmente existem. ^a
7. Com base na minha experiência e na de pessoas que conheço, acho difícil sentir pena de pessoas que se queixam de discriminação. ^a
8. As pessoas deveriam poder competir para garantir que a melhor vença. ^b
9. Ser competitivo faz parte da natureza humana. ^b
10. A competição é uma boa maneira de descobrir e motivar as melhores pessoas. ^b
11. Proteger as crianças da competição não as prepara para a vida adulta. ^b
12. Justiça é permitir que as pessoas tenham oportunidades iguais, mas não os mesmos resultados. ^{b*}
13. Qualquer um pode ter sucesso no mundo se aprender a jogar o jogo. ^c
14. Qualquer objetivo pode ser alcançado com trabalho duro e talento. ^c
15. Atualmente, quase todos os brasileiros são livres para viverem qualquer tipo de vida que desejarem. ^c
16. Diante de dificuldades, como a discriminação, os indivíduos precisam apenas ser fortes o

- suficiente para superá-las. ^c
17. Já fui recompensado por trabalhar duro, então não há razão para os outros não conseguirem o mesmo. ^c
18. Se você for inteligente e forte o suficiente, a discriminação não te atrapalhará. ^c
19. O sucesso na vida de uma pessoa é determinado mais por seus esforços pessoais do que pela sociedade. ^c
20. Qualquer um que esteja disposto a trabalhar duro pode ter sucesso no Brasil. ^c
21. Um problema dos programas sociais do governo é que eles atrapalham a liberdade individual. ^d
22. O governo é ineficiente e, portanto, não deve interferir no setor privado. ^d
23. O governo frequentemente prejudica a ambição individual ao realizar interferências. ^{d*}
24. O governo não tem o direito de tomar o que eu conquisto e dar para outra pessoa. ^{d*}
25. Programas sociais financiados pelo governo oferecem falsos incentivos e recompensas não merecidas. ^d

Nota. ^a. Aceitação das Desigualdades; ^b. Competição Natural; ^c. Meritocracia; ^d. Oposição às Interferências do Governo.

* Itens removidos da estrutura final encontrada para o Brasil.

Anexo B – Medida reduzida da Escala de Autoritarismo de Direita

Este questionário busca entender as suas opiniões sobre diversos temas sociais. Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 5 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente				Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Itens

1. Do jeito que as coisas estão indo nesse país, serão necessárias medidas severas para endireitar os meliantes, os criminosos e os perversos. ^a
2. A situação do nosso país está ficando tão séria que ações firmes seriam justificadas se eliminassem os desordeiros e nos levassem de volta ao nosso verdadeiro caminho. ^a
3. Ser gentil com criminosos só os encoraja a tirar proveito de sua fraqueza, sendo melhor agir de maneira firme e dura com eles. ^a
4. Quanto maior o número de pessoas preparadas para desafiar o governo, melhor para a sociedade. ^b
5. Quanto maior o número de pessoas preparadas para protestar contra o governo, melhor para a sociedade. ^b
6. Quanto maior o número de pessoas preparadas para criticar as autoridades, melhor para a sociedade. ^b
7. As pessoas deveriam ter as suas próprias preferências sexuais, mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade. ^c
8. Não há nada de errado com sexo antes do casamento. ^c
9. Não tem absolutamente nada errado com praias de nudismo. ^c
10. O segredo para uma boa vida é a obediência àqueles que estão no controle. ^d
11. As autoridades devem ser obedecidas porque elas estão na melhor posição para saber o que é bom para o país. ^d
12. Nosso país será melhor se obedecermos nossos líderes ^d

Nota. ^a. Autoritarismo; ^b. Contestação à Autoridade; ^c. Tradicionalismo; ^d. Submissão à Autoridade.

Anexo C – Versão reduzida da Escala de Orientação à Dominância Social

Os itens abaixo dizem respeito às relações entre os grupos na sociedade. Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 7 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente						Concordo totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Itens

1. Provavelmente é bom que alguns grupos estejam em posições superiores e outros em posições inferiores na sociedade. ^a
2. Uma sociedade ideal exige que alguns grupos estejam em posições superiores e outros estejam em posições inferiores na sociedade. ^a
3. Nenhum grupo deveria ser dominante na sociedade. ^{a*}
4. O princípio de que um grupo deve dominar outro é ruim. ^{a*}
5. É injusto tentar fazer com que os grupos sejam iguais. ^b
6. Nosso objetivo principal não deveria ser a igualdade entre os grupos. ^b
7. Não importa quanto esforço seja necessário, nós devemos nos esforçar para assegurar que todos os grupos tenham as mesmas chances na vida. ^{b*}
8. Nosso ideal deveria ser a igualdade entre grupos. ^{b*}

Nota. ^a. Dominância ; ^b. Anti-Igualitarismo.

* Itens invertidos.

Anexo D – Escala Global de Crenças no Mundo Justo

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada ideia abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 6 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente				Concordo totalmente	
1	2	3	4	5	6

Itens

1. As pessoas recebem o que elas têm o direito a ter.
2. Quando uma pessoa se esforça, ela é reconhecida e recompensada.
3. As pessoas ganham as recompensas e punições que merecem.
4. As pessoas se encontram com o infortúnio que elas mesmas trazem.
5. As pessoas conseguem o que merecem.
6. Penso que as recompensas e punições são atribuídas justamente.
7. Eu basicamente penso que o mundo é um lugar justo.

Anexo E – Medida de Autoidentificação Política Simbólica – Estudo 1

Por gentileza, indique como você se posiciona em relação às perguntas abaixo:

Itens

1. Em assuntos políticos, as pessoas falam de esquerda e direita. Na escala abaixo, marque a opção que melhor representa seu posicionamento político.

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita
1	2	3	4	5

Itens

2. De forma geral, como você se posiciona em relação a pautas sociais e culturais progressistas (por exemplo: ensino de questões sobre gênero e sexualidade na escola, casamento entre pessoas do mesmo sexo, apoio a políticas de cotas nas universidades).*
3. De forma geral, como você se posiciona em relação a pautas econômicas liberais (por exemplo: apoio a privatizações, menor interferência do Governo Federal nas atividades econômicas e nos acordos entre empregadores e empregados, redução dos impostos sobre as empresas).

Totalmente contra				Totalmente a favor
1	2	3	4	5

* Item invertido.

Anexo F – Medida reduzida da Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 8 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente							Concordo totalmente
1	2	3	4	5	6	7	8

Itens

1. O direito de portar armas é uma liberdade importante que os brasileiros deveriam assegurar. ^a
2. As pessoas deveriam poder ter armas em suas casas. ^a
3. A posse de armas é um valor básico do brasileiro. ^a
4. O acesso fácil a armas de fogo é provável resultar em um aumento da taxa de crime. ^{b*}
5. É muito fácil matar quando se tem armas disponíveis. ^{b*}
6. Armas estimulam a criminalidade. ^{b*}
7. Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime. ^c
8. A única maneira de garantir que você não será vítima de um crime é possuir uma arma de fogo. ^c
9. Possuir uma arma diminui as chances de uma pessoa ser vítima de crime. ^c

Nota. ^a. Direito; ^b. Crime; ^c. Proteção.

* Itens invertidos.

Anexo G – Medida de Ação Coletiva (Sistema de Saúde)

Sistema Único de Saúde.

Por favor, indique qual a probabilidade de você participar das seguintes ações em defesa do Sistema Único de Saúde, indicando um número de 1 ("Muito improvável") a 5 ("Muito provável").

Muito improvável					Muito provável	
1	2	3	4	5		

Itens

1. Assinar uma petição em defesa do Sistema Único de Saúde.
2. Doar dinheiro para uma organização que luta pela defesa do Sistema Único de Saúde.
3. Participar de uma manifestação de rua em defesa do Sistema Único de Saúde.
4. Me associar a uma organização que luta em defesa do Sistema Único de Saúde.
5. Oferecer meu tempo para trabalhar (ou seja, escrever petições, distribuir panfletos, recrutar pessoas etc.) para uma organização que luta em defesa do Sistema Único de Saúde.
6. Apoiar uma organização que luta em defesa do Sistema Único de Saúde mesmo que a organização às vezes infrinja a lei.

Anexo H – Medida de Ação Coletiva (Ação Afirmativa)

Políticas de ações afirmativas (exemplo: Cotas raciais e sociais na universidade).

Por favor, indique qual a probabilidade de você participar das seguintes ações em defesa das políticas de ações afirmativas, indicando um número de 1 ("Muito improvável") a 5 ("Muito provável").

Muito improvável					Muito provável	
1	2	3	4	5		

Itens

1. Assinar uma petição em defesa das políticas de ações afirmativas.
2. Doar dinheiro para uma organização que luta pela defesa das políticas de ações afirmativas.
3. Participar de uma manifestação de rua em defesa das políticas de ações afirmativas.
4. Me associar a uma organização que luta em defesa das políticas de ações afirmativas.
5. Oferecer meu tempo para trabalhar (ou seja, escrever petições, distribuir panfletos, recrutar pessoas etc.) para uma organização que luta em defesa das políticas de ações afirmativas.
6. Apoiar uma organização que luta em defesa das políticas de ações afirmativas mesmo que a organização às vezes infrinja a lei.

Anexo I – Medida de Ação Coletiva (Transferência de Renda)

Políticas de transferência de renda (exemplo: Bolsa família).

Por favor, indique qual a probabilidade de você participar das seguintes ações em defesa das políticas de transferência de renda, indicando um número de 1 ("Muito improvável") a 5 ("Muito provável").

Muito improvável					Muito provável	
1	2	3	4	5		

Itens

1. Assinar uma petição em defesa das políticas de transferência de renda.
2. Doar dinheiro para uma organização que luta pela defesa das políticas de transferência de renda.
3. Participar de uma manifestação de rua em defesa das políticas de transferência de renda.
4. Me associar a uma organização que luta em defesa das políticas de transferência de renda.
5. Oferecer meu tempo para trabalhar (ou seja, escrever petições, distribuir panfletos, recrutar pessoas etc.) para uma organização que luta em defesa das políticas de transferência de renda.
6. Apoiar uma organização que luta em defesa das políticas de transferência de renda mesmo que a organização às vezes infrinja a lei.

Anexo J – Medida de Motivações Epistêmicas

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 5 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente					Concordo totalmente
1	2	3	4	5	

Itens

1. Devemos promover diferentes pontos de vista. ^{a*}
2. Existem diferentes maneiras aceitáveis de resolver um problema. ^{a*}
3. É importante estar aberto a pontos de vista diferentes. ^{a*}
4. É desejável ter múltiplas perspectivas sobre um problema. ^{a*}
5. Eu não gosto de perguntas que podem ser respondidas de muitas maneiras diferentes. ^b
6. Eu fico irritado(a) quando uma pessoa discorda do que todas as outras em um grupo acreditam. ^b
7. Eu geralmente não consulto muitas opiniões diferentes antes de formar a minha própria opinião. ^b
8. Verificação de atenção: Por favor, marque a opção 4. ^c

Nota. ^{a*}. Dogmatismo; ^b. Fechamento Cognitivo (itens do fator Mentalidade Fechada); ^c. Medida de Atenção.

Anexo K – Medida de Motivações Relacionais

Identificação Positiva com o Brasil

Item

1. Você é Brasileiro?

Sim

Não

Obs: Caso o/a participante respondesse não, era encaminhado para a medida de suscetibilidade à influência social normativa na seção seguinte. Caso respondesse sim, na seção seguinte, responderia os itens da medida de identificação positiva com o Brasil.

Agora, pensando no fato de você ser brasileiro(a), por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 7 ("Concordo totalmente").

Itens

1. É muito bom ser brasileiro(a).
2. Eu me sinto muito bem em ser um(a) brasileiro(a).
3. Eu sou feliz por ser um(a) brasileiro(a).
4. Eu acho que os(as) brasileiros(as) têm muito do que se orgulhar.

Discordo
totalmente

Concordo
totalmente

1

2

3

4

5

6

7

Suscetibilidade à Influência Social Normativa

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 5 ("Concordo totalmente").

Itens

1. É importante que os outros gostem dos produtos e marcas que eu compro.
2. Quando compro produtos, geralmente compro as marcas que penso que os outros irão aprovar.
3. Se outras pessoas podem me ver usando um produto, geralmente compro aquelas marcas que elas esperam que eu compre.

Discordo
totalmente

Concordo
totalmente

1

2

3

4

5

Anexo L – Medida de Motivações Existenciais

Por favor, marque o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo, indicando um número de 1 ("Discordo totalmente") a 7 ("Concordo totalmente").

Discordo totalmente						Concordo totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Itens

1. A cada dia, conforme a sociedade se torna sem lei e selvagem, as chances de uma pessoa ser roubada, assaltada e até assassinada aumentam cada vez mais.
2. Meu conhecimento e experiência me dizem que o mundo social em que vivemos é basicamente um lugar perigoso e imprevisível, no qual os valores e o modo de vida das pessoas boas, decentes e morais são ameaçados e destruídos por pessoas ruins.
3. Parece que a cada ano há cada vez menos pessoas verdadeiramente respeitáveis e mais pessoas sem moral alguma, que ameaçam todos os outros.

Nota. Percepção de um Mundo Perigoso.

Anexo M – Medida de autoidentificação política simbólica – Estudo 2

Por gentileza, indique como você se posiciona em relação às perguntas abaixo:

Itens

1. Em assuntos políticos, as pessoas falam de esquerda e direita. Na escala abaixo, marque a opção que melhor representa seu posicionamento político.

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita
1	2	3	4	5

Itens

2. De forma geral, como você se posiciona em relação a pautas sociais e culturais progressistas (por exemplo: direitos para grupos minoritários, legalização e regulamentação das drogas, separação da igreja e do Estado, ensino de questões sobre gênero e sexualidade na escola, casamento e adoção entre pessoas do mesmo sexo).*
3. De forma geral, como você se posiciona em relação a pautas econômicas liberais (por exemplo: apoio a privatizações, liberalismo econômico, menor interferência do Governo Federal nos acordos entre empregadores e empregados, redução dos impostos sobre as empresas).

Totalmente contra					Totalmente a favor
1	2	3	4	5	

* Item invertido.